

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARÍLIA -
UNIVEM**

Tiago Tondinelli

*“Amizade, Direito e Paz: tradução, comentário e
explicação técnica do texto latino “Sobre a Amizade” de
Boncompagno de Signa”.*

Brasília - DF

2019

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARÍLIA - UNIVEM

Tiago Tondinelli

“Amizade e Direito e Paz: tradução, comentário e explicação técnica do texto latino “Sobre a Amizade” de Boncompagno de Signa”.

Projeto de Pesquisa apresentado ao Departamento de Pós-Graduação – em atenção às exigências regimentais do Programa de Pós-Doutorado, sob o título: “Amizade e Direito: tradução, comentário e explicação técnica do texto latino “Sobre a Amizade” de Boncompagno de Signa”.

Brasília - DF

2019

RESUMO

A educação jurídica pátria sofre em demasia em virtude das mazelas do democratismo da proliferação de vagas ofertadas por cursos superiores, sobretudo os da rede privada, sustentados por investimentos públicos específicos e atrelados a programas governamentais progressistas. Nada obstante crítica concisa de especialistas e da própria Ordem dos Advogados do Brasil, alertando acerca da ampliação das vagas, da expansão dos bancos escolares, sem o alcance de metas educacionais devidas, as ementas das disciplinas jurídicas inseridas geralmente pelo centralismo retórico ideologicamente valorizando a quantidade de estudantes nos bancos das universidades jurídicas em detrimento da qualidade, professores continuam a trabalhar em suas aulas com uma perspectiva histórica, pedagogicamente insuficiente, sobre um conceito jurídico, mostrando aos estudantes a “evolução histórica”, mas esquecendo o principal objetivo dos estudos jurídicos: a solução de problemas reais na sociedade. Obviamente, a presença de uma quantidade relevante de estudantes, muitos deles sem o conhecimento básico para a compreensão do fenômeno jurídico, cria uma necessidade imediata de uma troca do modo de ensinar por outra mais baseada em exemplos reais do cotidiano, menos em um conjunto truncado de definições abstratas afastadas da sensibilidade dos estudantes. Analisando a história da pedagogia em relação ao Direito, nas escolas, durante a Idade Média, sobretudo nos séculos XII e XIII, um problema similar fora enfrentado por alguns professores como Pedro Abelardo – em Paris – e Boncompagno de Signa – na Itália. Tal tempo foi marcado por um aumento de estudantes de todos os lados da Europa, falando várias línguas e de diferentes classes sociais, e procurando pelos cursos “livres e pagos” ministrados por esses professores. Para ser possível a exposição dos temas para um grupo tão diversificados de pessoas, eles criaram um sistema pedagógico preferindo a instrução com exemplos de casos reais a concepções gerais. Dentre estas exposições, destaca-se o texto original em Latim de Boncompagno de Signa - “Sobre a Amizade” – ausente, aliás, tradução em língua portuguesa. Este texto trata da importância da amizade para a construção de uma boa relação jurídica, estando abarrotado com muitos exemplos da sociedade medieval, de personagens históricas da época do autor. Ele expõe a ideia de lealdade, base de uma sociedade justa, em conformidade com o pensamento aristotélico e certamente influenciando a futura concepção de “direito e justiça” em Santo Tomás de Aquino. **Resta, então, evidente a relação ontológica entre a justiça, a amizade e a paz. Justiça dependente da “confiança” entre as pessoas dispostas na família, nos julgamentos, nas relações sociais; a compreensão do conceito de confiança, por sua vez, depende de fatores subjetivos, a “amizade e a paz interior” e objetivo, a “paz social ou concórdia”, uma apta atmosfera harmoniosa.**

Palavras-chave: Educação Jurídica. Modelo pedagógico. Idade Média. Amizade, Paz e Direito. Boncompagno de Signa.

ABSTRACT

The juridical education in Brazil is suffering a lot because of the disease of the “democratism” with the proliferation of study opportunities in many universities, especially the private ones that are financed by public investments linked in programs of the progressist governments. In spite of several analyses from the specialists in Education as well as the own Order of Attorneys in Brazil, alerting all the society about the increasing number of the vacancies, about the expansion of the juridical disciplines mainly inserted in a rhetorical centralism, putting in evidence the quantity of students in the law universities rather than their quality, teachers have been working in their classes with a simple and insufficient historical perspective about a juridical concept, showing to the students the definition and the “evolution”, but forgetting the principal goal of the law studies: the solution of real problems in the society. Obviously the presence of a huge quantity of students, many of them without the basic knowledge for the comprehension of the juridical phenomenon, creates an immediate necessity of a change in the way of teaching, based more on real examples of the daily life than a variety of abstract definitions far from the sensibility of the students. Analyzing the history of the pedagogy about the “Law”, in the schools, during the Medieval Times, specially in the 10th and 13th Centuries, a similar problem was faced by some medieval teachers, like Peter Abelard – in Paris – and Boncompagno of Signa – in Italy. That time was marked with the increasing of students from all over Europe, speaking several languages, from different social classes, and looking for the courses “*free and paid*” ministered and developed by those teachers. To be possible the exposition of the themes to such a diversified group of people, they created a pedagogical system, preferring the instruction with the examples of real cases to the general conceptions. One of these “expositions” is the text, original in Latin, of Boncompagno – “About Friendship” – absent of a Portuguese translation. This text deals with the importance of friendship to the construction of a good juridical relation, being stuffed with many examples of the medieval society, historical characters of his time. It exposes the idea of loyalty, which base to a fair society, according to the aristotelic thinking and certainly influencing the future conception of a “Law and Justice” in Saint Thomas Aquinas. **Reading the text, we observe the ontological relationship among justice, friendship and peace. Justice depends on the “confidence” of the people in families, in judgments, in society; the understanding of the concept of confidence is based on two subjective factors, “friendship and interior peace” and an objective one, “social peace or concord”, an correct harmonious atmosphere.**

Key-words: Juridical Education. Pedagogical model. Medieval Times. Friendship, Peace and Law. Boncompagno of Signa.

Sumário

Resumo

Abstract

Sumário

1 Tema

2 Justificativa

2.1 Introdução à vida e à obra de Boncompagno de Signa

2.2 A relação ontológica entre justiça e amizade

3 Delimitação do Problema

4 Formulação de Hipóteses

5 Título

6 Problematização

7 Objetivo Geral

8 Objetivos Específicos

9 Metodologia

10 Cronograma

11 Referências

12 Anexo – Esboço da Tradução em Língua Portuguesa

Texto Latino (original)

Currículo de Vida

1 TEMA

O projeto de pós-doutorado que se apresenta refere-se, materialmente, a uma tradução inédita do *latim*, com adaptações semânticas promovidas pelo proponente, e com comentários, sendo o texto latino escrito por um autor da Idade Média, Boncompagno de Signa, professor de Retórica e de Direito, influente estudioso nas Universidades de Bolonha e de Pádua, atuando entre 1165 e 1775.

Formalmente, como será exposto abaixo, trata de uma possibilidade de se promover um “giro” pedagógico em disciplinas propedêuticas do Curso de Direito, indo ao encontro da necessidade de um aumento qualitativo proporcional ao quantitativo, eis a hecatombe de “novos” estudantes de Direito adentrando no mercado.

Este projeto, como melhor será exposto, traz à luz um professor de importância relativa para a Idade Média, com nenhum livro traduzido e editado para o português, eis seu *latim* correntemente praticado no século XII: Boncompagno da Signa.

Nada obstante não adentrar no Panteão dos filósofos e juristas que tiveram ampla divulgação, Boncompagno afasta-se da rigidez do ensino universitário frenado por conceitos abstratos, preferindo a arte de ensinar atrelada a exemplos do cotidiano, à realidade, daí ser considerado por muitos, um precursor do ensino “humanístico”.¹

Ressalta-se que sua atuação como docente ocorrera oficialmente em Bolonha, mas, diante da mudança da perspectiva escolar de seu tempo, expandiu para outros centros, eis que seu grupo de alunos aumentou, passando os bancos acadêmicos e as escolas “livres” a serem ocupados não só por monges e clérigos, mas por jovens interessados de toda estirpe, daí a necessidade de atuação de “professores” com um espectro pedagógico concreto, capazes de ensinar por exemplos afetos ao cotidiano do ouvinte².

Os textos do autor são recheados de “exemplos” de sua época, sempre sob o estigma e o direcionamento das grandes ideias, dos elementos da ética aristotélica com o matizar da filosofia cristã, especialmente colorido por

¹ *Los estudiosos han visto en él desde la figura más prototípica del ioculator al estilo de los clerici vacantes, hasta uno de los introductores e inspiradores del humanismo (protohumanista lo ha llamado Benson 34)*. OCAÑA CORTIJO, Antonio. **OCAÑA CORTIJO, Antonio. HACIA LA FICCIÓN SENTIMENTAL: LA ROTA VENERIS DE BONCOMPAGNO DA SIGNA.** A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures, and Cultures, Volume 29, Number 1, Fall 2000, pp. 53-74 (Article).

² *Seu público (o dos professores da Idade Média) deixou de ser exclusivamente composto de jovens clérigos ou monges da região, acrescidos de alguns poucos filhos da aristocracia local. Desde então, todos os que, desejando fazer carreira ou por simples curiosidade intelectual, desejaram aprimorar seus estudos, não hesitavam em se pôr a caminho da escola, algumas bem distantes, onde recebiam ensinamento de alto nível, com mestre renomado e nova disciplina. Os próprios mestres, muitas vezes, passavam de uma escola a outra. O esquema antigo, diocesano, ruía por todas as partes e o novo papa escolar organizava-se em todo de alguns polos de excelência, dentre os quais Paris e Bolonha já despontavam, em meados do século XII, como os mais estáveis e mais prestigiosos.* LE GOOF Jaques. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval, v.2, p. 575.**

termos intimistas do neoplatonismo. Boncompagno foi autor de textos com traços profundos, com um estilo literário, muitas vezes, satíricos, e com séria crítica aos costumes.³

A mudança pedagógica promovida neste tempo repetiu-se em vários mestres, não apenas em Boncompagno. Destaca-se a similar tendência em outros professores, como Pedro Abelardo, a substituição do velho esquema de explicação conceitual pela dialética; a apresentação do ensejado, com uma linguagem dialogal, com personagens discursando sobre os referidos temas, aproximando a exposição teórica da vida dos estudantes ouvintes. É o tempo da liberdade de ensinar para qualquer interessado, do aumento dos alunos oriundos de várias partes do mundo, da transformação das “escolas” em “universidades” (de universal). Apenas para comentar, este cenário foi vivido também pelo já citado Abelardo, autor de obras assimiladas às de Boncompagno de Signa, como “*Sic et non*”, “*Ethica*” e “*Dialogus*”.⁴

Essa mudança pedagógica (de certa forma: “revolucionária”) cominou em escolas abertas por professores livres, sem controle da Igreja, frequentada pelos estudantes interessados de toda a sociedade local e estrangeira.

O esforço destes professores foi tanto que disciplinas até então desconsideradas como essenciais, meros apêndices da teologia, como o Direito e a Medicina, passam a assumir uma importância sem igual, uma autonomia teórica, constituindo-se os primeiros passos para a concepção de ciências específicas com preceitos próprios, tal como visto na atualidade:

Também o conteúdo do ensino evoluía rapidamente. O velho esquema vinculando artes liberais e sacra página ainda era válido em teoria, mas mudava de significação. Mais que a renovação da gramática, fundada nos clássicos é o estudo sistemático e profundo da dialética, essencialmente através da lógica de Aristóteles, que transforma ao mesmo tempo a forma e o conteúdo do ensino. Foi nas escolas parisienses seguindo mestres como Abelardo ou Gilberto de la Porrée, que se impôs o primado da dialética. Esta tinha a dupla função de introduzir no ensino problemas propriamente filosóficos e de propor um método universal de explicação de textos e de exposição da doutrina pelo viés da “sentença” e da “questão”. Abelardo, o primeiro a fazê-lo, para estudar o texto sagrado não hesitou em substituir o comentário místico tradicional

³ *El papel que las aulas universitarias tuvieron en este desarrollo del diálogo literario no me parece difícil de sospechar. Sólo desde la actividad de aprendizaje en diálogo con los textos {accessus ad auctores}, o mediante el método de las suasoriae y controversiae de las clases de retórica (y los avanzados progymnasmata) se puede explicar este auge de lo dialogal. La universidad, en una palabra, promueve en la literatura y el discurso un método dialogístico sin precedente desde la época grecorromana (Ghelinck, II). Son propios de esta época una reflexión sobre los textos literarios de la época clásica fomentada por el desarrollo y crecimiento del mundo universitario; una conciencia crítica que aflora en modos paródicos de enfrentarse a modelos culturales cuando la ciudad y su mundo se empieza a alzar como grupo de poder frente al monacal o simplemente clerical; un desarrollo de modalidades discursivo-dialógicas en literatura que se nutre de las prácticas discursivas de una sociedad que vive en contacto (comercial, administrativo, etc.) y no sólo en contemplación. OCAÑA CORTIJO, Antonio. HACIA LA FICCIÓN SENTIMENTAL: LA ROTA VENERIS DE BONCOMPAGNO DA SIGNA. A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures, and Cultures, Volume 29, Number 1, Fall 2000, pp. 53-74 (Article).*

⁴ Sobre Pedro Abelardo, cito minha Tradução em Língua Portuguesa: *Ética, ou Conhece-te a Ti Mesmo. Pedro Abelardo, Tiago Tondinelli (tradutor). ISBN 9788584910410. Editora Ecclesiae.* E minha tese de doutorado: *TONDINELLI, Tiago. Ética e Justiça no pensamento de Pedro Abelardo. PUCRS. <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2956>.*

pela dialética a fim de chegar a uma formulação tão racional quanto possível das verdades da fé cristão, à qual ele deu o nome de teologia. A seguir, todos os mestres parisienses do século XII aderiram ao método. Sua adoção propiciou integrar o mapa dos conhecimentos escolares, disciplinas até então desdenhadas, como o direito e a medicina. É da Itália, principalmente de Bolonha para o Direito, de Salerno para a Medicina, que veio a renovação. A partir de textos redescobertos ou traduzidos do Direito Romano ou da Medicina greco-árabe, os mestres capazes de utilizar os recursos da dialética inauguraram um tipo de ensino cuja reputação atraía, desde 1120-1130, numerosos alunos vindos do além-Alpes. A maioria destes mestres era leiga e as escolas que dirigiam escapavam inteiramente ao controle eclesiástico⁵.

Esta mudança conceitual de exposição dos grandes temas, presente nos mestres livres do século XII, foi esquecida no Renascimento, praticamente abandonada pelos teóricos iluministas, mais preocupados em defender seus “grandes sistemas abstratos”, menos em observar se as suas concepções abarcavam o cotidiano das pessoas.

Crê-se que esta opção hermenêutica influenciou a álea acadêmica, privilegiando um sistema de escrita técnica, de exposição pedagógica, a partir de temas conceituais em abstrato, preterindo a explicação casuística, o que exige do estudante ou do leitor um conhecimento prévio, capacidade de interpretar o conceito, confirmando-o ou não em sua concretude.

A capacidade de “confirmação” dos conceitos gerais não é facilmente observada, reduzindo-se a pessoas com formação propedêutica suficiente e atenção direcionada para a compreensão dos temas, incomum, infelizmente, na maioria dos estudantes pátrios atuais cujo aumento exponencial assemelha-se qualitativamente ao que ocorrera no século XII.

Esta semelhança reflete a necessidade de uma similaridade reprodutiva na execução pedagógica, o giro explicativo-temático promovido no século XII – a alteração do ensinar a partir de conceitos gerais, para a preferência por uma exposição dialética e casuística.

O efeito psicológico da utilização de textos que tratam de grandes ideias, com exemplos concretos, sobretudo para o alunado que adentra nos bancos acadêmicos (os “vários” hoje existentes na senda do Direito) é de importância profilática. O falso produto indevidamente recebido pelos alunos é o de que, no fim do curso, tornar-se-ão “protagonistas” da sociedade. Essa perspectiva, contudo, é, em regra, equivocada; uma letargia que pode desembocar em potencial depressão; um epicurismo sensualista exagerado, reduzindo a vida à busca por vantagens utilitaristas agrupadas em prazeres momentâneos.

É preciso a oitiva das vozes do passado – mas, sobretudo, a “compreensão” delas, por meio de acessibilidade textual e didática – a fim de seguir a premissa de Mário Ferreira dos Santos, em seu *Curso de Integração Pessoal* (Logos, 1960), segundo a qual a grã sabedoria do homem é o vivenciar e o administrar da “monotonia” da vida “comum”, eis que, por uma questão histórica e pessoal, dificilmente a incondicionada maioria dos estudantes será “protagonista dos livros de história”:

⁵ LE GOOF Jaques. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, v.2, p. 575.

Não devemos desanimar se há certa monotonia na vida. Somos hoje tão solicitados para a diversidade, que toda repetição nos parece roubar uma possibilidade de novidade. No entanto, a própria novidade acaba por nos cansar, porque temos uma capacidade limitada para o sempre-novo. Precisamos, por isso, saber alternar a diversidade com a repetição, e saber ver, naquela, a primeira, o que se repete e, na segunda, o que oferece de novo. Por acaso podemos ver uma coisa sob todos os aspectos? Pode alguém dizer que conhece tudo de qualquer coisa? Todas as coisas oferecem novidades, embora repetidas. Saber perdurar entre ambas é a melhor lição que nos oferece a vida, pois os excessos, neste como em muitos casos, só nos pode levar a aborrecimentos. Quem teima em ver (actualizar) apenas os aspectos repetíveis, acaba por aborrecer-se. Mas, é preciso ver que a vida é sempre nova, e nós, de certo modo, outros, cada dia que passa. Não prestemos tanta atenção ao que se repete. Procuremos o novo no que se repete, e o encontraremos.

G. K. Chesterton (Ortodoxia, 2007) lembra-nos de que a existência “na” cultura significa o valorizar da “aventura” da vida, da compreensão da prolixidade em se vivenciar o “ser”, mas assustadoramente o encarar do “dever ser” irrealizável. É na compreensão desta “irrealização” que se encontra a ascensão da humildade e, quiçá, com muita sorte, o valorar do local habitado, vivenciado apenas por si, nunca por outro:

Quem quer que se disponha a discutir o que quer que seja deveria sempre começar dizendo o que não está em discussão. Além de declarar o que se quer provar é preciso declarar o que não se quer provar. O que eu não me proponho provar, o que proponho que se tome como terreno comum entre mim e o leitor médio, é essa atração de uma vida ativa e imaginativa, pitoresca e cheia de curiosidade poética, uma vida como a que em todo o caso o homem ocidental sempre parece ter desejado. Se um homem diz que a extinção é melhor do que a existência, ou que uma vida insossa é melhor que a variedade e a aventura, então esse homem não é uma das pessoas comuns com quem estou falando. Se alguém prefere o nada. nada lhe posso dar. Mas quase todas as pessoas que conheço nesta sociedade ocidental no seio da qual vivo concordam com a proposição geral de que precisamos dessa vida de romance prático: a combinação de alguma coisa que é estranha com alguma coisa que é segura. Precisamos ver o mundo de tal modo que nele se combine uma idéia de deslumbramento com uma idéia de acolhimento. Precisamos nos sentir felizes nessa terra deslumbrante sem nunca nos sentir meramente confortáveis. É ESSA realização do meu credo que vou principalmente perseguir nestas páginas.

Não há como separarmos a formação pessoal, baseada nas virtudes cardeais, do domínio prático dos atos de justiça. Gritam-se pelos ares que se vive, atualmente, o momento da “remodelação moral e jurídica do país”, com as atuações do Ministério Público e das Instituições de Justiça “punindo os políticos ímprobos” e os agentes infectos.

Acontece que os operadores de tais ações, muitas vezes com alta compreensão técnica da lei, foram vítimas de um direcionamento acadêmico cuja compreensão das grandes ideias ficou adstrita a notas de rodapés. A profilaxia promovida pelos tomados pelos preceitos técnicos de nosso tempo constrói, sem embargos, “ótimos aplicadores da técnica jurídica”, porém conduzidos por uma compreensão envernizada de preceitos “abstratos”, intangíveis para atividades concretas.

Santo Tomás de Aquino (Summa Theologica, II-II, q. 71, ad.1) explica que a atividade dos profissionais da norma há de ser entendida pelo aspecto técnico (o “saber fazer”) e pelo aspecto ético (o “dever fazer”). Não há “justificativa” suficiente para que se considere justa a atividade de um profissional do Direito que defenda causas injustas, porque, a despeito de sua arte e técnica comprovadas – “sendo digno de louvor por sua perícia” – há de cair na injustiça “por sua vontade”, e não por sua habilidade:

O médico, acedendo em curar a doença de um enfermo em estado desesperador, a ninguém faz injúria; ao passo que o advogado, aceitando a defesa de uma causa injusta, lesa injustamente aquele contra quem presta o seu patrocínio. Logo, a comparação não colhe. Pois, embora seja considerado digno de louvor pela perícia na sua arte, contudo peca pela injustiça da vontade, que o leva a abusar dessa arte para o mal.

Mário Ferreira dos Santos (Dicionário de Filosofia e de Ciências Culturais, 1960) defende a relação ontológica entre a formação psíquica individual e a execução dos parâmetros da Justiça pelos aplicadores no futuro. Sem a compreensão concreta das virtudes “aplicadas à vida” não há compreensão do fenômeno jurídico:

A justiça consiste na atribuição, na equidade, no considerar e respeitar o direito e o valor que são devidos a alguém ou a alguma coisa. O domínio da justiça permite o equilíbrio da moderação, da temperança, da fortaleza e da própria prudência. Estas quatro virtudes cardeais, que lhes são acessórias ou subordinadas, nos limites marcados pela interatuação de umas sobre as outras, permitem formar o homem dentro dos mais altos valores. São assim as virtudes cardeais fundamentais, não só para a ordem social como para a pessoal, pois não pode haver homens sãos nem sociedades sãs, onde a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança não estejam presentes. Todo trabalho pedagógico tem de se fundamentar, primordialmente, na preparação de seres humanos para que adquiram, pelos meios mais aptos e eficientes, estas quatro virtudes, infelizmente tão pouco estudadas pelos modernos, que as esquecem e não lhes dão o valor que elas realmente têm.

Neste ponto, como já revelado pelo Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, a quantidade de cursos de Direito espalhados no território é maior do que o número deles presentes em todo o mundo⁶, o que, claramente, insere uma avalanche de alunos no mercado,⁷ cujo objetivo principal é a crença

⁶ *Brasil tem mais cursos de Direito do que todos os outros países do mundo juntos. País possui mais de 1.200 faculdades, contra 1.100 do resto do mundo Por da redação access_time 16 maio 2017, 13h28 - Publicado em 13 out 2010, 16h33 chat_bubble_outlinemore_horiz O Brasil possui 1.240 cursos superiores de Direito. Com esse número, o país se consagra como a nação com mais cursos de Direito do mundo todo. A soma total de faculdades de direito no mundo chega a 1.100 cursos. As informações foram divulgadas hoje, no blog Leis e Negócios do Portal IG. O número de advogados também é bastante alto, chegando a 800 mil. Mas, segundo o blog, poderiam existir muito mais. Conforme afirma a reportagem, se todos os bacharéis em Direito passassem no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – pré-requisito para poder advogar no Brasil -, o país computaria mais de três milhões de advogados. Cursos na mira do MEC. Apesar de o Brasil ter um grande número de cursos, alguns não são confiáveis. Muitos deles estão sob supervisão do Ministério da Educação (MEC) desde 2007, por apresentarem notas insatisfatórias no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e no Indicador de Diferença de Desempenho Esperado e Observado (IDD), segundo afirma o GUIA DO ESTUDANTE Profissões Vestibular 2011. Quando uma faculdade apresenta notas insatisfatórias, ela recebe a visita de uma comissão de especialistas e firma um acordo para promover as melhorias necessárias para a validação do curso. Quando as metas são cumpridas, o processo é arquivado. Caso sejam cumpridas parte dessas melhorias, é determinada a redução do número de vagas ofertadas. Nas situações em que as medidas não são exercidas, é instaurado um processo para o encerramento do curso.*

⁷ *País da advocacia Total de advogados no Brasil chega a 1 milhão, segundo a OAB. 18 de novembro de 2016, 15h23 Desde esta sexta-feira (18/11), o Brasil tem 1 milhão de advogados. Os dados são do cadastro nacional de profissionais mantido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Esse montante não inclui inscrições de estagiários e as suplementares. Se forem inseridos os totais dessas duas categorias, o total chega a 1,07 milhão. São Paulo ainda lidera a lista, com mais de 282 mil advogados, seguido por Rio de Janeiro (138 mil), Minas Gerais (102 mil) e Rio Grande do Sul (75 mil). Os estados brasileiros com menor número de advogados são Roraima (1,5 mil), Amapá (2,4 mil), Acre (3 mil) e Tocantins (5 mil). O IBGE projeta que a população brasileira neste ano chegou a 206 milhões de habitantes (segundo o instituto, um novo brasileiro nasce a cada 20 segundos). Numa comparação simples, há um*

firme de que, no fim dos cinco anos de seu curso, assumirão um “protagonismo” social. O natural e óbvio não alcance do almejado – diante da “venda de ilusões” – causa-lhes uma espécie de esquizofrenia profissional, o projetar “do que se quer ser, mas o que não se é”.

Gustavo Corção, em seu *Dois amores, Duas cidades* (Agir, 1960), afirma que a falta do alcance do falso modelo putativo, conscrito pelas instituições educacionais, o futuro inalcançável e faccioso, confecciona no afligido por esta “esperança descumprida”, o vício do amor-próprio, o adágio do egoísmo.

Tomado pela não realização de sua “esperança modelada pela superioridade cultural, social e financeira, modelo vendido pelas instituições de educação”; desencantado pela projeção de um ideário de importância social não recompensado; o acometido substitui a realidade de sua prática cotidiana, por uma série de insinuações espelhadas na perspectiva de falsa imagem, na busca do lucro como fim último como justificação tangível de sua atividade.

Mira-se nas coisas, como se tudo fosse produzido para ser por ele utilizado, preterindo a melhoria intelectual e cultural de si aos aplausos; dificultando a vida conjunta, na justa colaboração, por julgar o próximo insuficientemente capaz de compreender a sua “elevação”, uma interpretação pessoal (e falsa) do que ansiava para si:

Nos casos mais alarmantes, vê-se logo que tal indivíduo não está vendo nunca o objeto com esquecimento de si mesmo. Ao contrário, está sempre a se mirar no objeto como num espelho. E tudo, absolutamente tudo, será pretexto para uma projeção de si mesmo. Se o personagem é bem sucedido, o amor-próprio se dilata e se enfeita em vanglória. Se é mal sucedido, se transforma em amargo ressentimento. E quem não consegue aplausos prefere a irritação dos outros, prefere enfadar, aborrecer, embaraçar, do que passar despercebido. Dizia o adágio que natureza tem horror ao vácuo. O amor-próprio tem horror à obscuridade. Prefere aperceber sob as espécies de importunação e a perturbação a desaparecer e passar sem ser notado. Antes de produzir, por soma e multiplicação, as grandes discórdias totalitárias, o amor próprio se manifesta, desde os pequenos grupos, como o principal obstáculo à realização de uma tarefa comum. Dificulta a colaboração, justamente porque tende a isolar as pessoas na ocupação daquele primeiro e principal objeto, que é o eu-exterior, por assim dizer posto na soleira da alma, a impedir a saída dos atos generosos. O egoísta e vaidoso faz mais empenho em impor suas ideias, seu estilo, suas opiniões, do que em conseguir um resultado objetivo, ainda que esse resultado objetivo seja extremamente importante para ele, e até mesmo quando esse resultado corresponde a uma de suas paixões. A paixão principal está na soleira da porta de sua alma.

A condição de esperança não alcançada é a tensão final entre o ego e o “eu”. É ela que constantemente (ainda que em sua inconsciência) projeta a aparência de “ser” o que não é. Creia-se que tal atitude como defesa natural do resultado da desesperança produzida pela abstração técnica que lhe foi amplamente repetida, nos bancos acadêmicos; reflete o “desentendimento íntimo” entre o que pretendia.

Continua Gustavo Corção:

advogado para cada 205 habitantes — 0,5% da população é dessa categoria. Segundo o levantamento Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça, o Brasil tem 102 milhões de processos. Em outra comparação simples, são 102 processos para cada advogado.

Napoleão ou pulga? Os efeitos paradoxais do amor-próprio vêm da instabilidade interna criada pela falsa postura da alma. A posição falsa cansa, e pede outra posição falsa no extremo oposto. Daí a oscilação do erro e do mal. Ou a dialética interna. “Sou Napoleão ou pulga?” pergunta-se a si mesmo Raskalnikoff. Oscilações de tamanha amplitude revelam um coração ulcerado, um eu inflamado. E esse ferido quer logo ferir. O amor-próprio projeta no mundo exterior o seu desentendimento íntimo, sua íntima inimizade. Quer o mundo à sua imagem, e os deuses à sua semelhança. A primeira vítima da hostilidade do amor-próprio é o pobre ser angustiado que foge de si mesmo precipitadamente e tropeça em si mesmo.

A falta de uma concatenação concreta, efetiva e vigente entre o estudante de Direito e as premissas éticas repetidas e resguardadas pela Filosofia Clássica e Medieval, com a internalização destes preceitos na atuação diária e na percepção da realidade (limitações e possibilidades individuais), causa o desastre da prática jurídica presente.

Códigos de Ética e de Postura, aulas práticas para “aprimoramento” do profissional e do estudante são ineficientes, sem que o ouvinte tenha percepção de sua realidade, de suas limitações, de suas condições e, acima de tudo, dos fins factíveis de sua existência. Como dito, há uma falência indiciária na formação básica de grande parte dos que ingressam nos bancos acadêmicos de Direito, bem como um despreparo “sensível” de parte dos docentes, desconectados com esta triste realidade da ausência dos fundamentos culturais básicos para a conexão profícua do discente, com textos profundos da filosofia e do Direito, essenciais para a compreensão justa do fenômeno jurídico.

Na Questão 71, Art. 2, da já mencionada, *Summa Theologica*, o Doutor Angélico explica-nos que certas pessoas não de ser privadas de exercer qualquer atividade jurídica, diante de certas circunstâncias pessoais. Ao considerar a atividade de defesa da Justiça uma espécie de obra de misericórdia, na questão “*Se alguém pode ser, por direito, justamente privado de exercer o ofício de advogado*”, o doutor angélico diz o seguinte:

Certos ficam impedidos de exercer as obras em misericórdia, ora por incapacidade ora, por inconveniência. Pois, nem todas as obras de misericórdia convém a todos. Assim, não convém aos estultos dar conselhos nem aos ignorantes, ensinar.

(...)

Como a virtude corrompe pelo excesso e pelo direito, assim, uma coisa pode não convir a alguém por superabundância e por deficiência. E, por isso, certos são impedidos de patrocinar causas, por terem maiores obrigações, como é o caso dos religiosos e dos clérigos. Outros ainda, como os infames e os infiéis, por não terem capacidade para exercer tal ofício.

(...)

Alguém fica impedido da prática de um ato por duas razões: por incapacidade e por inconveniência. Mas, ao passo que a incapacidade absoluta exclui da prática do ato, a inconveniência não o faz de modo absoluto porque a força dessa inconveniência pode ser eliminada.

Assim, a incapacidade de certos que, não têm o senso interno, como os furiosos e os impúberes; e outros que não têm o externo, como os surdos e os mudos, impede-os de exercer o ofício de advogado. Pois é necessário ao advogado não só a perícia interior, que o torne capaz de demonstrar eficazmente a justiça da causa patrocinada, como também a capacidade de falar e de ouvir, de modo a poder defender-se e perceber o que lhe dizem. Por onde, os que sofrem dessas incapacidades são absolutamente proibidos de advogar, tanto para si, como para os outros.

Por seu lado, a inconveniência no exercer esse ofício fica eliminada de dois modos. Primeiro, quando a pessoa está sujeita a maiores obrigações. Por isso não convém aos monges e aos presbíteros serem advogados em qualquer causa, nem aos clérigos, no juízo secular; porque tais pessoas estão adstritas às coisas divinas. **De outro modo, por deficiência pessoa, quer do corpo, como se dá com os cegos, que não podem convenientemente intervir num juízo: quer espiritual, pois não é admissível que seja patrono da justiça de outrem quem em si mesmo a desprezou.** Por onde, os infames, os infiéis e os condenados por crimes graves não se admite que sejam advogados. Contudo, a necessidade pode suprir a essa inconveniência. E, por isso, as referidas pessoas podem exercer o ofício de advogado em defesa própria ou na dos que lhe sejam chegados.

Santo Tomás apresentou as limitações da atividade prática de advocacia. Explicou que os “estultos” e “ignorantes” possuem incapacidade técnica para exercer a vida jurídica com plenitude e, mesmo involuntariamente, poderão gerar, de seus atos, a injustiça. Também restringiu a arte de advocacia aos que possuíam incapacidades físicas, sobretudo na percepção sensorial para a construção de narrativa veraz, argumentação em juízo. Por fim, expôs a limitação espiritual e “ética”, presente nos que “desprezam a justiça para si mesmos”. Em resumo, as limitações são de três espécies: limitação intelectual (o estulto ou o ignorante); limitação física (o surdo, o mudo ou o furioso); limitação ética (o que despreza a justiça em sua intimidade).

Nada obstante, a limitação física ter sido mitigada por várias tecnologias que capacitam pessoas com deficiência física a atingir uma percepção suficiente, atuando em vários ramos jurídicos, permaneceram muitíssimo atuais as outras duas limitações ensinadas pelo Doutor Angélico: a limitação intelectual e a limitação ética.

A limitação intelectual se dá pela ausência de conhecimentos gerais e propedêuticos para práticas jurídicas. Note que, como explicado acima, a falta de compreensão e introspecção das grandes ideias – na casuística - presente e futura - do estudante e do profissional de Direito – cria um autômato técnico que, na melhor das hipóteses, reproduz textos prontos ou estruturas modais de peças jurídicas, sem a preocupação com a função nobilíssima do Direito. A limitação ética, por sua vez, envolve a indispensável condição do estudante de perceber-se na realidade; de julgar o mundo com humildade suficiente para não se considerar o detentor unísono da verdade; juízo livre de sua simplicidade.

Estes dois pontos são de difícil compreensão, nas situações de relevante aumento da comunidade de estudantes, cabendo um retorno indelével aos pensadores que já enfrentaram, na prática, coisa parecida, especialmente o mestre medieval Boncompagno de Signa, e, especificamente, seu interessantíssimo texto que trata da “amizade”.

2 JUSTIFICATIVA

2.1. A RELAÇÃO ONTOLÓGICA ENTRE JUSTIÇA, AMIZADE E PAZ.

Uma vez exposta a problemática – a carência da inserção da percepção do aspecto metafísico e ético da Justiça, como “modos de vida”, e não como atividade simplesmente utilitária; ventilada a solução – a apresentação de textos subsidiários sobre temas correlatos, tratando da construção pedagógica, por meio de casos; e, por fim, confeccionada a importância da virtude da humildade e da alteridade para a manutenção da verdade; resta a apresentação do texto escolhido a ser traduzido e comentado, à guisa da manutenção deste projeto.

O objeto temático “amizade”, como Santo Tomás esclarece, na *Summa Theologica*, é elemento *sine qua non* para o alcance do objetivo ventilado na primeira parte do projeto, matizando a humildade, a alteridade, o aspecto espiritual da ciência do Direito.

Na Questão 114, II-II, art. 2 da *Summa Theologica*, o Doutor Angélico expõe claramente a relação substancial entre a amizade e a justiça, comprovando que, sem a concepção efetiva da importância da amizade, nas relações sociais e o seu cultivo produtivo, não é possível que o Direito atue como ciência do justo. Defende-se com ardente convicção que este tema há de ser explorado de maneira fundamental, nos bancos acadêmicos, a fim de se promover a internalização do real significado do Direito na estrutura ontológica do estudante, daí o garimpar de um texto que trate da amizade com exemplos cotidianos, como advogado por Boncompagno de Signa.

Vejamos o que Santo Tomás nos explica sobre a Amizade e a Justiça.

Começa o Doutor expondo-nos o tema que será por ele investigado, a saber: “*Art. 2 – Se a amizade de que tratamos faz parte da justiça*”.

A amizade que tinha sido estudada no texto referia-se à “afabilidade” (*Questão 114: Da Amizade Chamada Afabilidade*). O Doutor explicava acerca da relação íntima de respeito, de entendimento e de compreensão compartilhada entre pessoas, rejeitando os mesmos vícios, louvando as mesmas virtudes, sem intuito necessariamente utilitário.

A dúvida surgia a Santo Tomás, no sentido de que, considerando a “justiça dura e intransigente”, poderia dela originar uma relação apazível e afável, a qual é aparentemente oposta a este aspecto de seriedade da justiça? A dúvida de Santo Tomás, base do artigo segundo, não é antiga. Na atualidade, sem devaneios, há grande discussão sobre a necessidade de o julgador ou de o próprio profissional da norma ter de assumir uma “neutralidade politicamente correta”, e uma “amizade” poderia “conspurar” decisões justas.

No íntimo, o adágio da “impessoalidade” desnatura o sentido do Direito, porque sustenta que os “bons” juristas seriam os idealmente “acima das relações humanas”, como se fosse possível advogados, juízes e promotores plainarem sobre o bem e o mal, desligando-se da realidade, um resquício das

heresias cátaras e albingenses⁸, defensoras da pureza utópica, em detrimento da vida concreta. A amizade possui um sentido político e moral, sustentado no conceito de honestidade e de confiança, que, ausente no mundo, inviabiliza a sustentação do Direito e o trato da Justiça.

Como de costume, no sistema tomista, a questão começa negativa. Santo Tomás apresenta o que irá ser por ele, pontualmente, superado, dizendo: *“O segundo discute-se assim. Parece que a amizade de que tratamos não faz parte da justiça”*.

No primeiro argumento, nega a relação entre justiça e amizade, sob a afirmação de que, enquanto, na justiça, há uma relação de troca (“dar a cada um o que lhe convém: aos virtuosos, os prêmios; aos viciados; as penas”), na amizade, ascender-se-ia uma relação gratuita, fundada no comprazimento desinteressado entre os amigos:

1. – Pois, é próprio da justiça levar-nos a pagar o, que devemos a outrem. Ora, isso não concerne à virtude de que tratamos, senão só fazer-nos conviver agradavelmente com os outros. Logo, tal virtude não faz parte da justiça.

Em seguida, com magnificência, supera a negativa, provando que não há contradição entre o prazer da amizade e o dever da justiça, eis que toda relação social depende da honestidade que confecciona a segurança das promessas, e, por conseguinte, cumpre balanço nas operações da justiça. A honestidade depende do prazer e da vantagem, daí qualquer bom julgamento só ser exequível, se baseado na confiança entre as pessoas; na honestidade das relações sociais que começa, em primeira mão, nas relações de amizade. Deste modo, há íntima conexão entre a justiça e a amizade, dando-se uma combinação assemelhada à existente entre o prazer do bom julgamento e o dever da obrigação dele resultante:

DONDE A RESPOSTA À PRIMEIRA OBJEÇÃO. – Como se disse, sendo o homem um animal naturalmente social tem o dever de honestidade de manifestar aos outros a verdade, sem a qual não pode perdurar a sociedade humana. Pois, como o homem não pode viver em sociedade sem a verdade, assim também não o pode sem o prazer; pois, conforme diz o Filósofo, ninguém poderia nem sequer por um dia conviver com um homem triste, nem com o que se afasta do prazer. Por isso, estamos obrigados, por um dever de honestidade, a conviver agradavelmente com os outros; salvo se por alguma causa se já necessário às vezes contristá-los,

⁸ As heresias em questão defendiam o maniqueísmo: de um lado, a matéria – má; de outro – o espírito – bom; de um lado, o Deus “bom” que criou o espírito; de outro, o deus mau, que criou a carne. Esse maniqueísmo foi difundido em várias comunidades que viviam segundo uma pobreza exagerada, negando qualquer contato físico e, muitas vezes, promovendo suicídios coletivos (endura). Por suas ideias unilaterais, defendiam a pureza dos “escolhidos”, preterindo os homens comuns, e, nesse caminho, esperavam o iminente fim do mundo, criando uma ideologia de que tinham, consigo, a verdade universal e única, sobreposta a toda mentira difundida pela filosofia grega, pelo Direito Romano e pelos pensadores da Igreja. Os albingenses e os cátaros – variações do maniqueísmo – foram perseguidos, filosoficamente superados por grandes estudiosos, no correr dos tempos, como Santo Agostinho e Irineu de Lião, mas suas ideias permaneceram difundidas em várias seitas secretas, no próprio ideário popular, eis que deram, na modernidade, origem a movimentos políticos como o nazismo (arianismo cántaro alemão) e o comunismo (gnose do paraíso terrestre). Há pensadores que consideram a busca pela pureza utópica um vício implícito na própria condição mental, um arquétipo que reaparece continuamente na vida e há de ser devidamente administrado.

Ainda dissuadindo o leitor, quanto à referida relação entre justiça e amizade, Santo Tomás apresenta a segunda objeção, pela qual, considerando o prazer como requisito da amizade, parecer-lhe-ia claro que este teria de ser “temperado” e “limitado”, pois o excesso de prazer poderia, em tese, estragar a amizade, tornando a relação entre os amigos uma troca pedante de autoelogios. Deste modo, caso o prazer da amizade seja limitado, e a temperança é quem o limita, aparentemente a amizade tornar-se-ia parte da temperança, e não da justiça:

2. Demais. – Segundo o Filósofo, esta virtude versa sobre o prazer ou a tristeza que têm lugar no convívio com os outros. Ora, moderar os prazeres excessivos é próprio da temperança, como se estabeleceu. Logo, esta virtude faz parte antes da temperança que da justiça.

A superação da objeção é magistral. O Doutor Angélico expõe que a limitação da temperança sobre o prazer refere-se ao sentido “sensual” de prazer (“oriundo dos órgãos da sensibilidade”, como o prazer sexual ou o prazer da alimentação), nada tendo a ver com o prazer da amizade, oriundo das relações de convivência. O excesso do prazer de amizade gera o pedantismo, um vício potencial da ordem moral, não superável pela temperança, como acima explicado, mas, sim, administrado pelo próprio conceito de justiça, interpretado sob o seu aspecto distributivo. Veja tratar-se simplesmente do frear do excesso da consideração do ponto máximo de tratamento do amigo, do evitar que a amizade faz-se nociva, a ponto de o “suposto amigo” nunca expor as deficiências do outro, traindo a confiança e a honestidade. Santo Tomás explica-nos que, se o prazer da amizade provier efetivamente da razão, nunca adentrará no pedantismo; nunca deixará de ser um “comprazimento racional”:

RESPOSTA À SEGUNDA. – À temperança pertence refrear os prazeres sensíveis. Ora, a virtude de que tratamos versa sobre os prazeres e a convivência, fundados na razão, que leva um a se portar convenientemente para com os outros. Ora, não é necessário refreá-los, a tais prazeres, como se fossem nocivos.

A última objeção apresentada pelo Doutor Angélico envolve a atuação concreta da amizade. Ao contrário da virtude da justiça, impessoal, abrangendo conhecidos e desconhecidos, a amizade surge entre pessoas conhecidas, pois não se pode ser amigo de um desconhecido. Esta diferença teleológica revelaria aparente lapso entre justiça e amizade:

3. Demais – É contra a justiça das coisas iguais a desiguais, como se estabeleceu. Ora, como diz o Filósofo, a virtude em questão versa tanto sobre conhecidos como sobre desconhecidos, tanto praticamos para com os com quem convivemos como para com os com quem não convivemos. Logo, esta virtude não faz parte da justiça, mas antes, ao contrário.

No entanto, Santo Tomás resolve o imbróglio, promovendo uma análise das duas virtudes, não por seus fins práticos, mas, por sua origem e por seus meios. A despeito de a justiça caminhar por um fim mais amplo – abrangendo desconhecidos e conhecidos – e a amizade, por um mais restrito – entre conhecidos -, há interdependência de meios entre si. A justiça objetiva a honestidade e a confiança entre as pessoas, dando a cada um o que lhe convém, segundo uma medida de equidade. O juízo possui autoridade (*autoritas*) apenas com a confiança da sociedade, por meio da adequação de seu cargo à sua função, e a mesma confiança é dada ao procurador (*pro curare*) por seu cliente.

Agir desonestamente é quebra de confiança, e finda “no pé” a execução da justiça.

A amizade tem, como requisito, a mesma honestidade explicada. O comprazimento entre os amigos; a melhoria de um, diante da presença do outro; a luta contínua, sob as mesmas armas, impreterivelmente dependente da confiança. A quebra de um destes elementos ocasiona fim da relação de amizade.

Note que justiça e amizade são frutos da convivência social honesta e da confiança privada. Não há justiça em uma sociedade em que a amizade não seja compreendida em sua integridade ontológica, daí uma íntima relação substancial entre ambas, ainda que se perceba diferença de execução, até porque, sustentam-se no agir, conforme as conveniências da reta razão⁹:

RESPOSTA À TERCEIRA. – As palavras citadas do Filósofo não se devem entender como significando que devemos conviver do mesmo modo com os conhecidos como com os desconhecidos. Pois, como acrescenta no mesmo lugar, não devemos ter as mesmas atenções com os amigos que com os estranhos, ou do mesmo modo contristá-los. Mas, devemos levar em conta, nesta matéria, o preceito de tratar cada qual segundo o exigem as conveniências.

Por fim, na solução da questão, o Doutor nos satisfaz com a comprovação cabal da relação substancial entre amizade e Justiça, trazendo à tona a opinião de Macróbio:

Mas, em contrário, Macróbio considera a amizade como parte da justiça.

SOLUÇÃO. – Esta virtude faz parte da justiça, por lhe estar anexa, como à virtude principal. Pois, tem de comum com a justiça o ser, como ela, relativa a terceiro. Mas, separa-se da ideia de justiça por não implicar a noção plena de débito, que obriga um para com outro pelo débito legal, cujo pagamento a lei obriga; nem por qualquer outro débito resultante de algum benefício recebido; mas só concerne a um débito de honestidade, dependente mais da parte que possui essa virtude, do que de outrem, e que o leva a lhe fazer ao outro o que a si mesmo quer que lho faça.

Ressaltemos que a amizade, pela resposta de Santo Tomás, é o primeiro ato de justiça, porque se baseia em fazer ao amigo aquilo que se considera justo que fosse feito a si mesmo. Na relação de amizade, o tratamento reservado a um amigo depende de uma análise interior e íntima, do “conhece-te a ti mesmo”, desconsiderando trocas utilitárias (“não se preocupando como débito de um benefício recebido”) ou obrigações legais (“não tratando de pagamento que a lei obriga”). O débito motriz da amizade é a honestidade de um tratar o amigo como gostaria que fosse pelo este tratado, o reconhecimento de sua própria intimidade.

⁹ Não à toa, a fortíssima crítica atual de decisões e de manifestações no âmbito jurídico baseadas em interesses políticos ou em “supostas relações de amizade” entre o agente político e o jurista. De fato, se houvesse uma amizade real como base, o amigo agiria muitas vezes contra o interesse espúrio do outro, pois amizade, no sentido racional, não é fazer tudo o que compraz o amigo, mas, sim, tentar acompanhá-lo no caminho da retidão e, quando se der eventual afastamento, ser o primeiro a agir com razoabilidade para trazê-lo de volta ao bem. A amizade justificada para justificação de atos imorais ou ilegais não é propriamente amizade, mas a uma relação de capciosa sobre a qual Boncompagno de Signa, no texto proposto para tradução, disserta com clareza tenaz.

Cimento da convivência social e comunitária, a amizade assume um papel de virtude especial, diversa das outras cujo resultado geralmente limita-se ao indivíduo praticante da virtude, justamente o que assegura Santo Tomás de Aquino, na esteira de Aristóteles, na Conclusão da Questão 114, art. 1 (Se a amizade é uma virtude especial):

SOLUÇÃO. – Como já dissemos a virtude, ordenando-se para o bem a uma ideia especial de bem, necessariamente corresponde uma ideia especial de virtude. **Ora, o bem consiste na ordem, como dissemos. Logo, na convivência geral, havemos de nos ordenar convenientemente para os outros, tanto pelas nossas obras como pelas nossas palavras, comportando-nos para com cada um conforme ele o exige.** E portanto deve haver uma virtude especial que observe essa **conveniência de ordem**. E essa se chama amizade ou afabilidade.

O bem é a CONVENIÊNCIA de determinada ordem para o indivíduo ou para o grupo, considerando os aspectos físicos e metafísicos norteadores do agente e do paciente. A ordem justa do grupo, amparada na Caridade, sustenta-se especialmente na “amizade”. Em outros termos, apenas se a pessoa reconhece seu grau de comprometimento e de sacrifício para com o outro e para consigo mesma é que será capaz de promover ações de amizade equilibradas, e, delas, construir uma convivência baseada na confiança.

Os reflexos de uma sociedade em que haja a pedagogia da confiança, o cultivar da verdadeira amizade são tão relevantes que englobam todas as relações humanas, inclusive as compartilhadas eventualmente entre inimigos. Por óbvio, não existe uma “amizade de reciprocidade” entre dois inimigos, mas pode ocorrer eventual relação de respeito, por conta da preservação da amizade com um terceiro, um amigo comum. Santo Tomás, na Questão 23, artigo 1 (Se a caridade é amizade), esclarece o reflexo da amizade, na relação entre os inimigos, do seguinte modo, matizando a função social desta virtude:

O homem tem dupla vida, - Uma exterior, a sensível e corpórea. E, por esta, não comunicamos nem temos sociedade com Deus e os anjos. - Outra a do espírito. E por esta temos sociedade com Deus e com os anjos. Na vida presente, de modo imperfeito; donde o dizer a Escritura: a nossa conversação está nos céus. Essa conversação porém há de ser perfeita na pátria, quando os seus servos servirão a Deus e verão a sua face, como diz a Escritura: assim, imperfeita nesta vida, a caridade será perfeita na pátria.

Não restam dúvidas de que a amizade é tão relevante na sociedade que obriga os inimigos a “respeitarem-se”, em virtude das relações sociais, eis que um inimigo pode ser “amigo” de terceiro que, por sua vez, o é do opositor do primeiro: a “conservação da ordem” pressuporia o respeito mútuo ponderado.

Na sequência do mesmo artigo acima citado, Santo Tomás diz que a amizade honesta não é simplesmente fundada na utilidade do amigo, mas, sim, na ascensão da virtude, na admiração pelo modelo de bondade do outro, na aspiração pela bonança espiritual, objetivando resguardo do “homem virtuoso”:

A **amizade honesta** não tem por objeto senão o homem virtuoso, como pessoa principal; mas, por causa dele, **amamos também as pessoas que lhe dizem respeito, mesmo sem serem virtuosas.** E deste modo, a caridade, que é por excelência uma amizade honesta, estende-se aos pecadores, que amamos com, caridade, por amor de Deus.

Há, portanto, de se separar a amizade utilitária e concupiscente (terrena) da amizade honesta (celeste), movida pelo respeito, pela virtude e pela

caridade, construída para que os amigos – de alguma forma – melhorem como pessoas, enalteçam o costume de se **defenderem**, desenvolvam e justifiquem a confiança, como princípio da comunicação e das regras de convivência.

Trazendo à tona novamente Aristóteles, Santo Tomás finda a questão 23 supramencionada, com a explicação da grã diferença entre a amizade de “interesse material” e a “amizade focada na virtude”, condenando a primeira (vício social) e exaltando a segunda (virtude comunitária):

Segundo o Filósofo, não é qualquer amor que realiza a noção de amizade, senão o amor de benevolência, pelo qual queremos bem a quem amamos. Se porém não queremos bem aos seres que amamos, e antes, queremos para nós o bem que há neles como quando amamos o vinho, um cavalo, ou causas semelhantes - não há amor de amizade, mas de concupiscência. Pois seria ridículo dizer que alguém tenha amizade ao vinho ou a um cavalo. Mas também não basta a benevolência para haver a amizade: é preciso um certo amor mútuo, porque um amigo é amigo de seu amigo. Ora, essa mútua benevolência se funda em alguma comunicação. E tal é o caso do homem que comunica com Deus, porque ele nos comunica a sua felicidade; e dessa comunicação, em que há de fundar-se a amizade, diz a Escritura: Fiel é Deus, pelo qual fostes chamados à companhia de seu Filho. Ora, o amor fundado nessa comunicação é a caridade. Por onde é manifesto, que a caridade é a amizade entre o homem e Deus.

A amizade, por isso, é o primeiro julgamento de equidade. É dela, aliás, que provêm os juízos de valor fundantes das relações de Direito. Sem a base moral dada pela “confiança”, não há possibilidade alguma da “ordem jurídica” se concretizar. O “respeito à lei”, por mera coerção e temor, e não por amor ao próximo e a si mesmo, tende a se dissolver no marasmo da desilusão e da desesperança ou na rigidez violenta da revolução.

O texto “Sobre a Amizade” de Boncompagno de Signa, tendo em vista seu máximo ineditismo e sua clareza expositiva, foi prognóstico do conceito fulcral de amizade, de sua importância para as construções científicas do Direito, tema posteriormente desenvolvido no século XIII, por vários teóricos, cuja redução máxima expositiva foi feita por Santo Tomás, na Summa Theologica.

A opção pelo comentário e tradução deste texto inédito de Boncompagno, com reflexos explicativos nas esferas sociais e jurídicas – sobretudo pelo espectro pedagógico – trata dessa perspectiva aristotélica, sumulada por Santo Tomás, referindo-se à importância social do entendimento e do cultivo da “amizade honesta”, e não da concupiscente; negando as meras relações utilitárias e abstratas, tão comuns na atualidade, cujos amigos são mais “virtuais” do que “reais”.

Observando-se, portanto, a relação exata e suficiente entre o conceito de justiça e a confiança, fundada, esta última, na segurança introspectiva - a própria da amizade - é indispensável que um ambiente apropriado e livre configure-se para a concretização da referida confiança entre os homens. A verdadeira amizade, base para a segurança dos julgamentos, não se faz, no meio da confusão, na mistura da tomada de decisões, baseadas em lutas internas, em que os egos inflamados assumem o lugar do interesse público e comum. Não há possibilidade mínima de confiança, se a regência entre os homens for comutada por interesses de ordem estritamente utilitária, caso esse que, uma vez ocorrendo, sustenta relações de “desconfiança” moral, de ensejos e de desejos ególatras.

Pois bem, não à toa, o conceito de “paz” possui um sentido diretamente relacionado à verdadeira amizade, não podendo ser simplesmente confundido com o momento temporal, em que “não há guerras”, eis que, nesse caso, tem-se, diante do espectador, o efeito “social” da falta de atos violentos, a “ordem jurídica do Direito sobre a Força”, a “paz social” ou concórdia.

Quando se pensa na “paz”, no sentido de condição íntima, palco para a verdadeira amizade se construir entre os homens, apresenta-se um paradigma interior, um elemento “subjetivo” correlacionado à amizade. A “paz” significa compreensão de si mesmo, aceite de suas próprias condições reais, e, com isso, entendimento dos limites, equívocos e possibilidades do próximo como se fosse si mesmo: é a ordem das paixões sobrepostas no outro. O aceite mútuo das limitações, a sinceridade na exposição “de si para si, de si para nós, de nós para Deus” traz à tona uma expectativa de atitudes “esperadas”, mote para a confiança e, por seu turno, substância da amizade.

Santo Tomás, na Questão 29, II-II, art. 1 da Summa Theologica, tratando especificamente da Paz, diferencia a “paz social” ou “concórdia” da “paz interior”, fonte da compreensão da condição íntima, do despertar da amizade.

A concórdia é paz, no sentido de “momento em que há ascensão de acordos e condutas entre os homens, sem a presença da violência das revoluções e das guerras”, obviamente se está diante de um efeito oriundo de “contratos cíveis”, de vantagens mútuas - de trato utilitário - nem sempre correlacionadas à “paz interior” e à sinceridade. É possível, por exemplo, que inexista paz interior junto com a concórdia, bem como, a própria concórdia pode ser indevidamente utilizada para criar-se o sério engodo de indevidamente substituir-se o conceito concreto de amizade por mera situação de vantagens imediatas de mútua convivência. Por isso, não se pode pensar em uma relação causal entre a verdadeira amizade e a paz utilitária ou a concórdia:

DONDE A RESPOSTA À PRIMEIRA OBJEÇÃO.— Agostinho, no lugar citado, refere-se à paz entre um homem e outro. E a essa paz chama concórdia, não qualquer, mas, ordenada; isto é, enquanto que um homem concorda com outro relativamente ao que convém a ambos. Pois, se um concorda com outro, não por espontânea vontade, mas quase coagido pelo temor de um mal iminente, essa concórdia não é verdadeiramente paz, porque a ordem entre os que concordam não é observada, mas antes, é perturbada por uma causa que veio trazer o temor. E por isso Agostinho disse antes, que a paz é a tranquilidade da ordem, cuja tranquilidade consiste em todos os apetites sensitivos de um mesmo homem estarem em quietação.

Ainda na mesma questão, coroa Santo Tomás o sentido acima exposto, ao dizer que o acordo relacionado a um “objeto” – ou seja, a um elemento que traga mútua vantagem social não gera a verdadeira unidade ou “união completa”, elemento mor da amizade:

RESPOSTA À SEGUNDA.— Se um homem estiver de acordo com outro relativamente a um mesmo objeto, nem por isso o seu acordo implica união completa, se não estiverem também em mútuo consenso todos os movimentos apetitivos do mesmo.

O Doutor Angélico demonstra que a verdadeira paz está no “consenso íntimo”, na conveniência ampla de “todos os movimentos apetitivos dos envolvidos”. Os inimigos não vivem no consenso mútuo de seus movimentos íntimos. Pelo contrário, entre os malquistados há clara oposição de meios e de

fins, a busca por destruição, por dissenso, por afastamento, por desilusão impera em suas vidas. A “concórdia” – paz útil – é possível entre inimigos (convivência tolerada para fins utilitários), mas nunca a “paz interior”, fonte da amizade. Justo por isso, Santo Tomás diz que a paz contrapõe-se à dissensão individual (do homem para consigo, o afastamento da pessoa da sinceridade referente a si) e, em seguida, à dissensão social (do homem para com o próximo, o afastamento da convivência mútua, em âmbito social). A concórdia, ao contrário, apenas se opõe à dissensão coletiva ou social, acéfala quanto à intimidade e à sinceridade:

RESPOSTA À TERCEIRA.– À paz se opõe dupla dissensão: a de um homem para consigo mesmo, e a para com outro. Ora, à concórdia se opõe só esta segunda espécie de dissensão.

Santo Tomás coroa seu entendimento da paz como “ordem interna do indivíduo para consigo”, o clarear da sinceridade na concretização da convivência com o próximo. Explica que a “concórdia” social – a convivência útil em comunidade – há de ser qualificada pela “paz”, pela ordem íntima, pois apenas com o coração pacificado, com a regularidade dos sentimentos, é que haverá um terreno propício para se mostrar-se a vera amizade, a confiança autêntica entre os homens:

SOLUÇÃO.–A paz inclui a concórdia e lhe acrescenta algo. Logo, onde há paz há concórdia, mas nem sempre há concórdia onde há paz, se tomarmos este nome no seu sentido próprio. Pois, a concórdia, no sentido próprio, é sempre relativa a outrem; pois, ela faz as vontades de diversos corações convirem num mesmo consenso. Mas também pode se dar que a vontade de um mesmo homem tenda para objetos diversos; e isto, de dois modos. De um modo, quanto às diversas potências apetitivas assim, o apetite ensitivo muitas vezes busca o contrário do apetite racional, conforme aquilo da Escritura: A carne deseja contra o espírito. De outro modo, quando uma mesma potência apetitiva tende para diversos objetos desejáveis, que não podem ser obtidos simultaneamente. E portanto, há de necessariamente haver contrariedade entre os movimentos do apetite. Ora, unir esses movimentos pertence essencialmente à paz pois o homem ainda não tem o coração pacificado, enquanto, embora já tenha algo do que quer, ainda lhe resta a vontade de outra coisa, que não pode ter simultaneamente com a que já tem. Ora, operar essa união não pertence essencialmente à concórdia. Por onde, a concórdia implica a união dos diversos apetites dos que desejam; ao passo que a paz, além dessa união, implica também a união dos apetites de um mesmo homem.

Na conclusão da Questão 29, II-II, art. 4 da Summa Theologica, acaba expondo que a paz é “efeito” importantíssimo das virtudes do homem, em especial da “caridade”, entendida como amor gratuito mutuamente considerado em âmbito social. Ela ampara o próximo, compreende suas limitações, ajuda-o, torna-o livre de qualquer interesse de ordem simplesmente utilitária. Na caridade vê-se o elemento objetivo – “concórdia” – e o subjetivo – “amizade”:

Como já dissemos quando determinados atos resultam uns dos outros, procedentes do agente, dependentemente de uma mesma razão, todos esses atos procedem da mesma virtude, e não, cada um de uma virtude particular, como bem se vê na ordem material. Assim, o fogo, aquecendo, liquefaz e rarefaz, sem ser nele uma a virtude liquefativa e outra, a rarefativa; mas, todos esses efeitos o fogo os produz pela sua só virtude calefativa. Ora, sendo a paz causada pela caridade, subordinada à razão do amor de Deus e do próximo, como demonstramos não há outra virtude, de que a paz seja o ato próprio, senão a caridade como também já dissemos, a propósito da alegria.

Portanto, pela perspectiva tomista apresentada – compêndio máximo da escolástica – resta evidente uma relação ontológica entre a justiça, a amizade e a paz. Como mostrado, a justiça é essencialmente dependente da “confiança”

entre julgados, julgadores e procuradores; a compreensão do conceito de confiança, por sua vez, depende de fatores subjetivos, a “amizade e a paz interior” e objetivo, a “paz social ou concórdia”.

2.2. INTRODUÇÃO À VIDA E À OBRA DE BONCOMPAGNO DE SIGNA.

Boncompagno nasce em Signa (Florença) entre 1165 e 1775, considerando as datas, em virtude de sua maior obra – *Tabule Salutationum* – composta em 1194 – com uma indicação referente a aproximadamente possíveis “trinta anos de vida”, como se lê em comentário no texto, uma “crítica de seus adversários”: “*Triginta annos nondum habes et Habraham vidisti*” (“Ainda não tens trinta anos e viste Abraão”).

Boncompagno provém de nobre família originária de Bolonha; seus primeiros estudos ocorreram em Florença. Mais tarde, sua atividade, como docente retornara ao berço, tendo em vista sua fortíssima personalidade, uma personagem notória entre estudiosos e alunos. Em Bolonha escrevera seu *Tractatus Virtutum*, em 1197; o *Notule auree* e o *La Palma*, em 1198; uma nova redação sobre temas didáticos de retórica é por ele desenvolvida em *Oliva*, em *Cedrus*, em *La Mirra* (todos de 1201), e, sobretudo, no conhecidíssimo *Breviloquium* (de 1203). Para o Papa Celestino III, em Roma, confeccionou uma carta de consolo ao povo florentino, um adágio do uso da retórica para justificativas jurídicas de trato político.

Boncompagno tornou-se um dos mestres mais festejados em Bolonha, promovendo vários debates sobre a *ars dictamis* (arte de ensinar por ditados, diálogos e disputas), influenciando o alunado.¹⁰ Não integrando a órbita eclesiástica, como parte do corpo professoral da Igreja, preferiu levar uma vida laica, de aulas esporádicas, contratado conforme as necessidades e circunstâncias¹¹. É entre 1198 e 1200 que compôs o *Liber de obsidione Acone*,

¹⁰ É justamente no século XIII, com a maturidade da escola de Bolonha, que surgem os dois grandes ditadores da “arte do ditado” (de fato, uma “triade de Bolonha”, com Bene de Florença como nome de menor impacto); por sinal, dois grandes rivais, cujas carreiras demonstram muito bem a ambição social atrelada à escrita de preceptivas do discurso epistolar, numa época em que se vê resplandecer a idade de ouro das comunas italianas. O primeiro deles, Boncompagno da Signa (c.1170-1240), considerado o “príncipe dos ditadores”, devido à sua coroação com louros pelo seu tratado *Boncompagnonus* (1215), foi professor em Bolonha, Florença, Veneza, Pádua e, finalmente, em Roma, onde obteve as mais altas prebendas da Cúria. No entanto, o mais importante e mais imitado de todos foi, sem dúvida alguma, Guido Faba (c.1180-1245), também mestre em Bolonha, depois em Siena, com seu *Summa dieta minis* (c.1228-1229). HIROYUKI SHIBATA, *Ricardo Literatura Ético-Política e Humanismo em Portugal. De D. Pedro, duque de Coimbra, às epístolas em verso de Sá de Miranda. Tese apresentada ao Departamento de Teoria/História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras, 2005.*

¹¹ Durante séculos, o número e a qualidade das escolas eclesiásticas do Ocidente flutuaram ao sabor das sucessivas “renascenças” (*Renascimento Carolíneo, Renascimento Otônida*), que marcaram a história cultura da alta Idade Média. Mas as coisas só começam realmente a mudar por volta de 1100. O que comumente denominamos a Renascença do século XII foi, antes de tudo, uma revolução escolar. Em um contexto global favorável (surto econômico, crescimento urbano, renovação do comércio e da circulação, reforma da Igreja, reestruturação dos poderes laicos, reabertura do espaço mediterrâneo), a rede escolar

dedicado a Ugolinio Gosia, professor de Direito de Bolonha. Tomado por fortíssimas relações com o ensino de Direito, Boncompagno escreveu em Roma dois tratados morais de suma importância, o *Opúsculo com comentário do Isagogo de Porfírio* e o *Sobre a Amizade*.

Em 1215, desenvolveu suas atividades escolares em Bolonha, e, em 26 de março deste ano, termina sua *Obra Maior*, lida e inserida entre as referências no Colégio dos Professores de Direito Canônico e Civil em San Giovanni in Monte.

Entre 1215 e 1220, atuou em Veneza e, seis anos depois (1226), foi revista a edição de sua obra e lida na catedral, na presença do legado apostólico Alatrino, do bispo Giordano, do teólogo Ciofredi e de todos os professores e os alunos presentes na cidade. Sua obra *V Tabule*, de conteúdo eminentemente prático, explica **como** se deve compor orações, testamentos, petições e cartas oficiais, resultado final magnífico, de 1235, a *Rethorica novíssima*. Em 1240, escreve para o bispo de Florença, o seu *Libelus de malo senectutis et sensi*, escrito sobre a velhice, focando a sabedoria do tempo e o aceitar da morte, temas comuns e necessários para o empreendimento de uma vida feliz e justa.

Nada obstante sua produção relevante e dedicação às aulas, por não ter sido inculcado no corpo oficial da Igreja, preferindo a liberdade de estudos liberais, Boncompagno morre na pobreza, passando o fim de seus dias, em uma simples hospedaria próxima à Florença.

A obra de Boncompagno despertava um preconceito nos intelectuais de seu tempo. Salimbene afirmava que Boncompagno era autor de escritos “bizarros”, dizendo, inclusive, estar diante do “*maximus truffator*” (“impostor máximo”). O motivo parece ser o de que Boncompagno evitava escritos baseados em conceitos gerais e abstratos, sempre aproximando seus estudos de casos por ele vivenciados, durante sua caminhada pelo mundo. Boncompagno conheceu a França, a Alemanha, a Dalmácia, e, foi além, chegando até Jerusalém, cruzando toda a Itália, em um tempo em que viagens tão longas não eram feitas por “pontes aéreas”, representando riscos de saques, assaltos e doenças¹².

transformou-se profundamente. Sem desaparecer por completos as velhas escolas monásticas passaram a segundo plano. Ao contrário, multiplicaram-se as escolas catedralícias. A estas se juntaram, também nas cidades, as inauguradas junto às abadias das novas ordens de cônegos regulares (Saint Victor, em Paris; Saint-Ruf, na Provença e no Languedoc). Cada vez mais mestres isolados, geralmente clérigos atuando individualmente e mal controlados pelas Igrejas, abriram escolas “particulares” onde recebiam, mediante remuneração, os alunos que se lhes apresentavam. Assim, não só se transformou e se consolidou a rede de escolas, como também mudou totalmente seu papel e suas condições de funcionamento. LE GOOF Jaques. Dicionário Temático do Ocidente Medieval, v.2, p. 574.

¹² Boncompagno es también profesor seguro de sí mismo y hasta rayano en la soberbia que gusta de lanzar guiños al lector-auditorio sobre su capacidad intelectual y que se explaya en las críticas sobre sus rivales. Sabemos, por su obra, que visitó numerosas ciudades italianas como profesor-preceptor y hasta que estuvo en varios períodos por Alemania. Sus obras además (ver el resumen más abajo) nos dan numerosos datos sobre las circunstancias de composición de las mismas, sobre las rivalidades profesionales de Boncompagno, así como la vida estudiantil y profesoral de la época. **OCAÑA, Antonio Cortijo. EL TRATADO LA PALMA DE LA VICTORIA DE BONCOMPAGNO DA SIGNA (EDICIÓN Y TRADUCCIÓN). Revista de poética medieval, 9 (2002), pp. 87-159.**

Boncompagno sempre se mostrou extremamente sensível com os estudantes pobres, rancoroso com os “doutores” escolares, de modo que, por muitas vezes, preferindo a liberdade à riqueza material, zeloso, frente à sua independência, transmitiu seus conhecimentos, quase nada recebendo em troca.

Atento à relação entre o conceito e à realidade é considerado, por muitos, como um antecipador do humanismo, não à toa fora chamado de *Principes dictatorum* – “príncipe dos ditados”, no sentido de que as “aulas” eram ditadas e buscava-se a retórica, o falar bem e as disputas, como base da ciência humana. Seus pilares didáticos foram, portanto, construídos sob as regras de Cícero (*De Inventione*) e de Prisciano.

Preocupado com a clareza nas ideias essenciais, pregou um estilo casuístico, baseado no “*dictare in presentia*” (“dizer e convencer na presença dos ouvintes, por discurso acessível”), em contraposição ao sistema mais comum de seu tempo, repetido pelos aurelianenses; sistematizado em conceitos amplos, ricos e elaborados (“*proverbia et obscura dictamina*”), muitas vezes de difícil compreensão. Por óbvio, esta proposta de Boncompagno, liberta de todo esquema, do excesso de rigor e das palavras rebuscadas, gerou oposição. Não à toa também foi satirizado por Bene de Florença como o “*ridiculus Geta*” na obra *Candelabrum*.

Boncompagno purgou a retórica jurídica das obscuras ornamentações que abstraíam o discurso do problema real, esvaziando a sua objetividade. Foi atento a uma literalidade de caráter humanístico, às casuísticas que facilitavam a solução intentada na lide. Nesse caminho, ridicularizava os ditos “*nudi grammantes*” cujo discurso longo, cheio de floreios, não resolvia nem expunha objetivamente o problema¹³.

As obras de importância para o Direito, escritas por Boncompagno, privilegiaram os problemas reais, o cotidiano do profissional da norma, sendo resumidamente a explicação das práticas notariais e de registro (*Oliva*); das práticas sobre documentos acerca de estado civil em geral (*Cedrux*); da confecção de testamentos (Mirra); dos privilégios legais (*X Tabule*).

No *Rethorica Novissima*, há texto específico aos estudantes de Direito, e, na contramão da tentativa oficial de se estabelecer uma norma de comportamento universalmente válida, o mestre propunha a doutrina da relatividade da universalidade do Direito Romano, afirmando que há de ser adaptado conforme o ‘novo’ direito imperial, orientado pelos glosadores, tendo em vista as necessidades locais e pontuais.

Nesta esteira, Boncompagno criou as normas dos estatutos, afirmando serem “leis particulares”, aplicáveis, segundo as necessidades do momento e das circunstâncias, com valor transitório, mantendo, no entanto, como direito contínuo e unitário, não a rigidez das normas do Direito Romano, mas, sim, as do Direito Comum, oriundo das relações sociais e da aplicação dos princípios gerais pela comunidade.

¹³ Cf. *The Rhetoric Canon*, Brenda Deen Schildgen, Wayne State University Press, Detroit, p. 177.

A observação da realidade e o modo de procedimento do indivíduo, em busca de vantagens pessoais, pondo abaixo os preceitos do Direito embasados em valores morais fundamentais, fazem com que Boncompagno, em seu *Sobre a Amizade* e em seu *Sobre a Velhice*, tenha promovido crítica feroz às convenções sociais, aos costumes torpes que limitavam as relações humanas a uma busca utilitária, reduzindo os preceitos norteadores do Direito e da Moral à obtenção da melhor vantagem, matizada pelo engodo de não se respeitar o próximo.

O giro narrativo que valoriza a realidade sobre a abstração conceitual se opõe ao modelo “expositivo e teórico” ascendente no Ocidente, sobretudo em obras clássicas como as de Cícero. Por óbvio, Boncompagno não nega a tradição, mas propõe um modo de exposição dos grandes temas aproximados aos exemplos cotidianos de seus alunos, como afirma Sarina Nathan:

Entre os tediosos tratados de gramática, de filosofia, de matérias jurídicas que abundavam na literatura da Idade Média, aparece-nos subitamente os de Boncompagno e nos trazem atenção por uma certa singularidade dos modos com os quais se põe o autor a desenvolver o tema. Para ele, não basta trazer à tona – “nu e cru” – os seus preceitos, ele ama, pelo contrário, adorná-los com anedotas e fatos do cotidiano de seu tempo, e, introduzindo na exposição dos temas mais áridos, se assim o for, nem sempre propositalmente, exemplos relacionados à vida real e a suas memórias, inserindo em tudo que escreve algo de “vivo”, de pessoal, dando relevância ao argumento, insculpindo em nós o interesse por sua obra.¹⁴

Esta relação íntima entre a narrativa casuística de ‘personagens’ e a realidade de seu tempo, segundo Antonio Cortijo Ocaña, concentra-se especialmente em três obras de Boncompagno: *Rota Veneris* (que trata da velhice), *Ars Amoris* (que trata do amor) e *De Amicitia* (que trata da amizade). De certo modo, por explicar com exemplos, os equívocos dos homens e as desesperanças subministradas pela mentira, são obras “subversivas”:

Esta obra de 39 capítulos es sin duda de las más interesantes de Boncompagno. Junto a Los males de la vejez y ancianidad y la Rueda del Amor, constituye **una tríada hasta cierto punto subversiva**. En ellas el maestro de retórica ataca la tradición como modelo cultural. Con la Rota Veneris nos presenta, en clave de humor ciertamente, una reescritura del Cántica canticorum bíblico “adaptado” a los tiempos. Las relaciones hombre-mujer se ven como un proceso fluido, iniciado por el cartero epistolar, en el que los individuos (hombre-mujer) adquieren entidad como sujetos de escritura. Podríamos decir que son, hasta cierto punto, dueños de su destino amoroso. Otra característica de relevancia es que en esta obra se intenta hacer una descripción psicológica de la personalidad humana en lo relativo al amor, o lo que es lo mismo una catalogación de tipos amorosos. Y a diferencia de la catalogación bíblico-sermoneística o filosófica, **Boncompagno adopta la realidad como referente. Con De sene y De amicitia, Boncompagno se lanza al cuestionamiento de la tradición cultural. Sin duda que el florentino tiene como modelos que combatir los dos trataditos homónimos de Cicerón. Y del mismo modo que insiste una y otra vez en sus obras retóricas en la distancia que le separa en teoría retórica del modelo ciceroniano, ahora aboga por una distancia del mismo si cabe mayor**. Ya se ha visto que De sene no elogia la vejez por su sabiduría, prestigio y

¹⁴ *Fra i tediosi trattati di grammatica, di filosofia, di materie giuridiche che abbondano nella letteratura del medioevo, rifulsero subito quelli di Boncompagno ed attirarono l'attenzione per una certa singolarità di modi con cui si compiace svolgere la materia. A lui non basta dar nudi e crudi i suoi precetti, egli ama invece adornarli con aneddoti e fatti no tevoli del suo tempo, e, introducendo nella esposizione delle materie più aride, se pur non sempre a proposito, esempi attinti alla vita reale ed ai suoi stessi ricordi, porta in tutto quello che scrive qual cosa di vivo, di personale che dà rilievo all' argomento e acuisce in noi l' interesse per opera sua. NATHAN, Sarina. Introdução à tradução do Liber de amicitia, ROMA, 1909, p.3.*

autoridad moral, sino -de nuevo con base en la realidad—se lanza a describir los males que llegan en la vejez, el deterioro físico, el abandono por parte de la sociedad, la dificultad, en suma, de una edad a la que la realidad del nuevo mundo ciudadano relega a segundo término. **Ahora con De amicitia Boncompagno abunda en estas mismas características de rechazo de la tradición y pintura psicológica de la realidad.** El libro podría catalogarse a medio camino entre pintura costumbrista y análisis psicológico behaviorista. Un diálogo-disputa entre el Cuerpo y el Alma, moderado por la Razón, dará paso a la distinción entre amicitia celestis y amicitia terrena, es decir, al consabido tema del Buen y Mal Amor. Sin duda que Dios es el origen y fin de la amistad-amor concebida en su más alto grado. Pero sospechamos que Boncompagno no está interesado realmente en explicitar estas ideas. Su tratado es en realidad un catálogo de 26 tipos de amigos, sus motivaciones para la amistad y su comportamiento específico. De paso se nos ofrece la realidad social, moral y política de finales del siglo XII, especialmente en Italia, aunque con pinceladas de Alemania, Inglaterra, España y la recién vencida Constantinopla. Estamos muy lejos del helio ciceroniano y de la doctrina neoplatónica, pues a Boncompagno le interesa sobremedida pintar las manifestaciones de los que se dice amigos en la realidad concreta de la vida del momento. Dote de percepción, afán de observación del natural, pintura realista, literatura e historia contemporánea, análisis psicológico de la conducta humana: todas estas son, pues, las marcas de género de esta nueva literatura que interesa a Boncompagno.¹⁵

A relação imprescindível entre a obra de Boncompagno de Signa e o *Direito* é relatada em recentíssimo artigo de Luca Core, doutorando da Universidade de Padova, cujo comentário inicial de seu artigo reproduz-se, abaixo:

Em relação à figura e à obra de Boncompagno de Signa, Magister de Gramática e de Retórica no Studium de Bolonha entre os anos cravados entre o século XII e o XIII, muito ainda para se estudar, malgrado a atenção a ser reservada por filólogos, historiadores e juristas. Autor, cuja maior parte permanece inédita e com edições parciais, **Boncompagno** merece, contudo, ser levado em conta pela amplitude de seus interesses que não se concentravam nos argumentos de caráter mais especificamente retórico e estilístico, mas, também, em relação a temas de conteúdo e jurídico. Não é de se surpreender que de fato um intelectual curioso, um douto e seguro detentor do próprio labor de ensinar – liberalidade que detinha – foi capaz de escrever obras que mantiveram pontos de contato com a disciplina jurídica, quando consideramos o meio cultural em que se viu e quando se deu grande parte de sua existência: Bolonha, importante centro cultural em que justamente no fim do século XI, mas, sobretudo, no século XII, o estudo do Direito Romano viu-se diante de um renascimento concomitante com o desenvolvimento dos comerciantes e da vida política cidadã. Que o aprendizado da cultura jurídica liga-se ao da retórica, por conta do ensinamento tradicionalmente, é fato conhecido desde a antiguidade clássica. Mas o que é importante afirmar é que a idéia da “arte da argumentação” (“perguntar e responder”) era compreendida no período medieval como um ensinamento propedêutico das escolas para o jurista no Studium bolonhês onde, ao lado de outros cursos disciplinares, como medicina e filosofia, a cultura literária era considerada premissa fundamental para o estudo das leis, bem como uma sólida preparação retórica contribuía para notário ou o advogado mais seguro na língua escrita e na capacidade oratória, da qual devia possuir boníssima competência. Não por acaso, Irnerio, talvez o mais célebre professor de Direito da Idade Média, comentador do Digesto de Justiniano, e não menos que o fundador da escola de Direito de Bolonha no século XII, não só conhecia a arte retórica, mas, atentava-se em estudar a tradição dos glosadores, tendo sido professor em uma escola de artes liberais e autodidata como jurista, confirmava a **relação solidária entre as duas disciplinas.**¹⁶

¹⁵ OCAÑA, Antonio Cortijo. EL TRATADO LA PALMA DE LA VICTORIA DE BONCOMPAGNO DA SIGNA (EDICIÓN Y TRADUCCIÓN). *Revista de poética medieval*, 9 (2002), pp. 87-159.

¹⁶ “Sulla figura e l'opera di Boncompagno da Signa, Magister di Grammatica e Retorica nello Studium di Bologna negli anni a cavallo tra XII e XIII secolo, molto ancora rimane da studiare, malgrado l'attenzione riservatagli da parte di filologi, storici e giuristi. 1 Autore la cui produzione rimane per la maggior parte tuttora inedita o parzialmente edita, Boncompagno merita tuttavia di essere preso in considerazione per la vastità dei suoi interessi che si concentra non solo su argomenti di carattere più prevedibilmente retorico

O momento político em que viveu Boncompagno foi marcado por uma alteração no sistema jurídico italiano, considerando a autonomia das cidades desta região, a prevalência contínua da influência técnica do pensamento filosófico difundido pelos pensadores cristãos. A decisão judicial executada por uma “magistratura única”, fixada em um funcionário estrangeiro e assalariado, começa a ser substituída por um sistema de solução, por meio de conselheiros locais – decisão judicial nas comunas. São juízes provenientes da sociedade, atentos ao problema específico da lide. E isto tudo se dá frente às necessidades, criando-se uma participação mais ampla e distribuída, deixando de ser o julgamento situação de mero confronto direto, passando a ser análise das partes devidamente organizadas para a disputa judicial, conforme a solução técnica almejada.

A nova diretriz, o sistema “*podestare consiliare*” (“do poder do conselho”), enfoca a ampla importância do debate objetivo, racional e técnico, de natureza essencialmente oral. A retórica - a “*ars dictaminis*” - especialidade de Boncompagno – passa a ser uma disciplina propedêutica para a prática jurídica.¹⁷ É justamente esta correlação entre a retórica e as decisões judiciais que sustenta o nexos ontológico entre os escritos e os estudos de Boncompagno de Signa e o Direito, não mais considerado como uma ciência abstrata, de memorização de princípios, e, desde então, atividade racional de convencimento para solução de problemas concretos. É, por meio dessa proximidade entre a retórica “nova” e o imbróglio das lides que caminha a obra do autor:

Boncompagno, Buoncompagno ou Boncompanus de Signa (1165-1240) também procurou unir a lei e a retórica em seu trabalho, já que ele pensou que ambos os príncipes e oficiais da Comuna e da Cúria, i.e, todos aqueles que tratam de forma direta ou indireta da política, tinham a necessidade de, consigo, ter juristas que soubessem como escrever uma carta, um diploma, um tratado, e, até mesmo, um discurso, como normalmente há de ocorrer para tal atividade. Ele fora o professor mais famoso de “*ars dicaminis*” na escola de Bolonha e escreveu inúmeros trabalhos. Entre estes trabalhos, (Candelabrum, ou Pratum Eloquentia, Retórica

*e stilistico, ma anche su soggetti di contenuto storico e persino giuridico.*² Non stupisce infatti che un intellettuale curioso, un dotto e sicuro detentore del proprio mestiere quale egli fu potesse scrivere opere che avessero punti di contatto con la disciplina giuridica, se si considera il milieu culturale in cui visse ed operò per gran parte della sua esistenza: Bologna, importante centro culturale in cui già verso la fine dell'XI secolo, ma soprattutto nel XIII, lo studio del diritto romano vide una rinascita in concomitanza con lo sviluppo dei commerci e della vita politica cittadina.³ Che l'apprendimento della cultura giuridica si legasse per tradizione a quello della retorica è noto fin dall'antichità classica.⁴ Ma ciò su cui qui è importante ora soffermarsi è che l'idea dell'«arte del dire e del parlare»⁵ era avvertita in piena epoca medievale come un insegnamento propedeutico nella scuola per giuristi dello Studium bolognese dove, accanto ad altre discipline come la medicina e la filosofia, la cultura letteraria veniva considerata premessa fondamentale allo studio delle leggi, in quanto una solida preparazione retorica contribuiva a rendere il notaio o l'avvocato più sicuro nella lingua scritta e nella capacità oratoria, di cui doveva possedere buone competenze.⁶ Non a caso Irnerio, forse il più celebre professore di diritto del Medioevo, commentatore del Digesto giustiniano nonché fondatore stesso della scuola di diritto a Bologna nel XII secolo, non solo conobbe l'arte retorica ma, se si presta ascolto alla tradizione dei glossatori, fu insegnante in una scuola di arti liberali e autodidatta come giurista, a conferma del sodalizio tra le due discipline.” CORE, Luca. **Per la storia del diritto privato: la mirra di boncompagno da signa. un formulario notarile del xiii secolo. Dottorando di ricerca - Università di Padova.** JUS CIVILE.

¹⁷ Cf. ARTIFONI Enrico. **Boncompagno da Signa, i maestri di retorica e le città comunali nella prima metà del Duecento. A stampa in Il pensiero e l'opera di Boncompagno da Signa, a cura di M. Baldini, Signa 2002, pp. 23-36.**

Antiqua) Boncompagnus relatou a ars dictaminis ou a Rhetorica Novissima que competiu contra o livro De Inventione ou Rhetorica Vetus (velha retórica de Cícero). No prólogo do Rhetorica Antiqua, usando a forma jurídica de um testamento do autor, Boncompagno intitula-se herdeiro de Cícero, justo neste estilo epistolar, e afirmou que a retórica deveria ser a imperatriz das artes liberais e dos estudantes tanto de direito civil quanto de direito canônico.¹⁸

A prática da oratória desenvolvida na obra de Boncompagno, na sistemática jurídica “nova”, revela sua importância pontual na compreensão da história medieval do Direito:

Diz-se, então, que a instauração progressiva do sistema “podestare consiliare” (de poder conciliar) conquistava algumas escolhas político-culturais aos que detinham competências específicas em matéria de doutrinas da palavra, tratando-se de oradores, de detratores, de notários, de juizes de e homens do Direito. Este sistema se apoiava, de fato, de maneira determinante às práticas de escrita e de oralidade. Por um lado, o desenvolvimento da autoconsciência do organismo comunal na época das decisões simplesmente pelo poder de decidir coincide com a grande obra que provém da documentação precedente em formas novas: não mais, como antes, documentação esparsa e episodicamente conservada, mas livros organizados dos direitos alardeados do ente político da cidade, promovidos com poder coercitivo e contendo prólogos (é o caso precoce do velho Caleffo de Siena, iniciado em 1203-1204) que é censurado entre a fase do esquecimento e da incuria (a fase consolar) e uma fase da memória e da sistematização (a fase do poder conciliar). Por outro lado, a legalidade se torna mais certa e controlável, porque começa com o trabalho de redação dos estatutos – o Cedro de Boncompagno – dedicado aos estatutos, aparece em 1201.¹⁹

É exatamente nas comunas italianas que os mestres de retórica atendem à necessidade do “novo Direito”, desenvolvendo-se a arte viva “de falar

¹⁸ *Boncompagno, Buoncompagno o Boncompagnus da Signa (c. 1165-c 1240) also sought to join law and rhetoric in his work, since he thought that both princes and officials of the Commune and of the Curia, i.e. all those dealing with politics, had the need to have good jurists who knew how to write a letter, a diploma, a treaty, even a speech, as the case might be. He was the most famous teacher of the ars dictaminis in the school of Bologna and wrote numerous works. among them, Boncompagnus (or Candelabrum, or Pratum Eloquentia, or Rhetorica Antiqua) related to the ars dictaminis, and Rhetorica Novissima, which competed against the book De Inventione, also known as Rhetorica Vetus, by Cicero. In the prologue of Rhetorica Antiqua, in the juridical form of the author's testament, Boncompagno named his heiress in the epistolary style, and affirmed that she would be the empress of liberal arts and of the students of both civil and canonical laws.* **MARCHILI, Luis Alberto. How To Legislate With Wisdom and Eloquence – The Art of Legislation Reconstructed from The Rhetorical Tradition. Philosophy of Law. Rhetoric. Art of legislation. Legislative Drafting. 1st edition, spanish, Editorial Dunken, Buenos Aires, 2009, 498 p. 16x23 cm. ISBN 978-987-02-4047-1.**

¹⁹ Va detto ora che l'instaurazione progressiva del sistema podestare consiliare richiedeva alcune scelte politico-culturali a quanti detenevano competenze specifiche in materia di dottrine della parola, si trattasse di retori, di dettatori, di notai, di giudici e uomini del diritto. Questo sistema si appoggiava infatti in maniera determinante sulle pratiche della scrittura e dell'oralità. Da un lato lo sviluppo dell'autocoscienza dell'organismo comunale nell'età podestare coincide con una grande opera di raccolta della documentazione precedente in forme nuove: non più, come prima, documentazione sparsa ed episodicamente conservata, bensì organici libri dei diritti vantati dall'ente politico cittadino, promossi dai podestà e forniti di prologhi (è il caso precoce del Caleffo vecchio di Siena, iniziato nel 1203-1204) che prospettano una cesura netta tra un'età dell'oblio e dell'incuria (la fase consolare) e una età della memoria e della sistemazione (la fase podestare). D'altra parte la legalità si fa più certa e controllabile, perché comincia il lavoro di redazione scritta degli statuti: il Cedrus di Boncompagno, dedicato agli statuti, è appunto del 1201. **ARTIFONI Enrico. Boncompagno da Signa, i maestri di retorica e le città comunali nella prima metà del Duecento. A stampa in Il pensiero e l'opera di Boncompagno da Signa, a cura di M. Baldini, Signa 2002, pp. 23-36.**

bem”, reconhecida deste a antiguidade clássica, em tratados famosos. Esse é o “saber complexo” dos professores de retórica e de Direito, os mestres italianos:

Os mestres oradores italianos, como Boncompagno de Signa, tornaram a retórica um método de expressão política. Para a maior parte deles, a retórica não é uma técnica ou uma disciplina específica no campo do saber, mas ela é o saber por si só. Ela engloba com efeito todos os domínios do conhecimento e da vida em comum de uma sociedade. Ela é também uma forma de sabedoria, porque o fim do governo dos homens é o saber mais complexo, o mais difícil para tanto é atentar-se a este fim, sendo, também, o ato mais elevado. O livro da “tesouraria”, do orador florentino Brunetto Latini, composto em 1293, expõe esta concepção administrativa de maneira programática. O plano em três partes deste tratado enciclopédico revira as hierarquias tradicionais e o conhecimento escolástico: o livro I trata das ciências naturais, que são consideradas “os últimos contadores”; o livro que estuda a ética é “pedras preciosas”; a obra culminante no livro III, consagrada à retórica e intitulada “o fim”: “seja como o ouro sobreposto a todos os materiais de metal, igualmente a ciência de falar bem e de governar as pessoas, arte mais nobre que ela, no mundo, não há”. Física e ética são materiais, conhecimentos indispensáveis para a síntese das relações entre os homens, estes seres dotados de palavra, que governa com a palavra.²⁰

O giro pedagógico presente no período de Boncompagno, sobretudo nas escolas italianas, é celebrado como um dos grandes momentos da ascensão da retórica jurídica, com autonomia plena, frente a outros ramos do saber. A valorização do professorado da arte de falar (“*ars dictamis*”) acende relevantemente.

A obra de Boncompagno passa, portanto, a servir de elemento iniciativo para a arte de bem administrar a cidade, aproximando os dirigentes dos súditos que, por sua vez, bem treinados no “falar bem”, levantavam suas

²⁰ *La culture des élites dans les communes d’Italie à partir du XI^e siècle est, répétons-le, un paradigme de l’expression rhétorique : nulle part ailleurs dans l’Europe médiévale, l’usage public de la parole et de l’écrit obéissant aux règles strictes de la composition n’a connu un semblable développement. L’autonomie acquise à partir de la fin du XI^e siècle par les régimes consulaires des communes dans la gestion des affaires collectives de la res publica et dans la prise de décision politique a multiplié de fait les occurrences de la prise de parole argumentative. Dans chaque commune, aux moins deux conseils se réunissaient chaque semaine pour débattre les orientations de la politique appliquée par les consuls : la délibération collective devenait la matrice des décisions. Les citoyens disposaient d’un accès plus direct à la justice, qui n’était pas médiatisée par l’autorité du seigneur : une pratique discursive comparable se développait dans les enceintes judiciaires, fondée sur la comparution des parties en présence et l’échange, oral ou écrit, d’arguments contradictoires ; les plaidoiries d’avocats y trouvaient l’occasion de se déployer. Comme toute institution d’autorité politique, la commune était aussi une société de représentation, dans laquelle les cérémonies publiques avaient une fonction d’auto-régulation sociale très ordonnée. Pendant leur déroulement, la prise de parole en public était la médiation principale qui liait dirigeants et gouvernés. Proclamation des décisions écrites par des hérauts publics ; discours d’ambassadeurs députés par une autre puissance ; harangues aux troupes partant en guerre ; discours de laïcs devant des confréries professionnelles ; discours politiques devant une vaste assemblée populaire, ou *ars concionandi*, représentaient autant de modalités et d’occasions de développer une construction argumentative. Les règles de composition de ces discours étaient le plus souvent élaborées par le groupe des juges et des notaires, le plus représentatif de la culture urbaine. Leur éducation n’avait pas dissocié l’étude des lettres de celle du droit. Grâce à cette double formation, ils savaient mettre en forme le droit savant pour des concitoyens qui en ignoraient le contenu ; on faisait aussi appel à ces médiateurs pour exercer des responsabilités pour lesquelles la capacité à formuler une pensée claire, à transcrire des idées abstraites était également importante. JANSSEN Philippe. La rhétorique, base et horizon thématique du savoir politique dans l’Italie médiévale. Revista NOESIS. 15 | 2010 : Le savoir peut-il se passer de rhétorique? p. 157-178.*

reinvidicações, promoviam oralmente suas defesas, dando possibilidade, aliás, para o desenvolvimento de grupos de advogados, aptos e pulsantes para a representações das lides em juízo.

Estamos, portanto, presentes em um período histórico de peculiar incremento da arte de defender, por meio de discursos bem elaborados, com valorização das ciências clássicas de lógica e de retórica, tudo engrenado por um espírito filosófico e ético deste tempo:

A cultura das elites nas comunas da Itália, a partir do séc. XII é, repetimos, um paradigma da expressão retórica: em nenhuma outra parte da Europa medieval, o uso público da palavra e da escrita obedecendo a regras estritas da composição conheceu tal desenvolvimento. A autonomia adquirida a partir do fim do século XI entre os regimes consulares das comunas na gestão dos negócios coletivos da res publica e na tomada de decisão política multiplicaram de fato as ocorrências da valorização da palavra argumentativa. Em cada comuna, ao menos dois conselheiros se reuniam toda semana para debater as orientações da política aplicada pelos conselhos: a deliberação coletiva derivava da matriz das decisões. Os cidadãos dispunham de um acesso mais direto à justiça que não era mediado pela autoridade do Senhor: uma prática discursiva comparável se desenvolve nas sendas judiciárias, fundadas na comparação das partes presente e na troca decisória, oral ou escrita, de argumentos contraditórios; com este sistema novo, deu-se a possibilidade da formação de bancas de advogados. Como toda instituição de autoridade política, a comuna era também uma sociedade com representação, na qual as cerimônias públicas tinham uma função de auto regulação social muito ordenada. Durante seu desenvolvimento, o uso da palavra em pública era a mediação principal que ligada os dirigentes aos seus governados. Proclamação das decisões escritas pelos arautos públicos, discursos de embaixadores mandados por outras potências, discursos às tropas na partida para as batalhas, discursos aos leigos, durante conferências acadêmicas, discursos políticos durante uma grande assembleia popular, ou "ars condicionandi", representando muitas modalidades e ocasiões para desenvolver uma construção argumentativa. As regras de composição dos discursos foram mais frequentemente elaboradas pelo grupo dos juizes e dos notários, o mais representativo, aliás, da cultura urbana. Sua educação não tinha sido dissociada do estudo das cartas e do Direito. Graças à esta dupla formação, eles sabiam formalizar o Direito clareando-os para os concidadãos que ignoravam seu conteúdo; fazia-se também apelo a estes mediadores para exercer as responsabilidades para as quais a capacidade de formular um pensamento claro para transcrever as ideias abstratas que eram igualmente importantes.²¹

²¹ *La culture des élites dans les communes d'Italie à partir du XIIe siècle est, répétons-le, un paradigme de l'expression rhétorique : nulle part ailleurs dans l'Europe médiévale, l'usage public de la parole et de l'écrit obéissant aux règles strictes de la composition n'a connu un semblable développement. L'autonomie acquise à partir de la fin du XIe siècle par les régimes consulaires des communes dans la gestion des affaires collectives de la res publica et dans la prise de décision politique a multiplié de fait les occurrences de la prise de parole argumentative. Dans chaque commune, aux moins deux conseils se réunissaient chaque semaine pour débattre les orientations de la politique appliquée par les consuls : la délibération collective devenait la matrice des décisions. Les citoyens disposaient d'un accès plus direct à la justice, qui n'était pas médiatisée par l'autorité du seigneur : une pratique discursive comparable se développait dans les enceintes judiciaires, fondée sur la comparution des parties en présence et l'échange, oral ou écrit, d'arguments contradictoires ; les plaidoiries d'avocats y trouvaient l'occasion de se déployer. Comme toute institution d'autorité politique, la commune était aussi une société de représentation, dans laquelle les cérémonies publiques avaient une fonction d'auto-régulation sociale très ordonnée. Pendant leur déroulement, la prise de parole en public était la médiation principale qui liait dirigeants et gouvernés. Proclamation des décisions écrites par des hérauts publics ; discours d'ambassadeurs députés par une autre puissance ; harangues aux troupes partant en guerre ; discours de laïcs devant des confréries professionnelles ; discours politiques devant une vaste assemblée populaire, ou ars concionandi, représentaient autant de modalités et d'occasions de développer une construction argumentative. Les règles de composition de ces discours étaient le plus souvent élaborées par le groupe des juges et des notaires, le plus représentatif de la culture urbaine. Leur éducation n'avait pas dissocié l'étude des lettres*

3 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

“*Sobre a Amizade*” (“*De amicitia*”) é composto em 1205, pautado em um debate com três personagens representando a tríade regente da natureza humana, presente em cada indivíduo: o Corpo (aspectos sensuais); a Alma (aspecto contemplativo) e a Razão (aspecto lógico).

O Corpo inicia, argumentando que a amizade, para si, diante de seu descontentamento com os homens, não deve de fato existir; a Alma, por sua vez, defende a amizade, contemplando-a como “algo não terrestre, mas divino”. Diante disso, dá-se a apresentação (e solução) de trinta questões sobre a amizade, tudo julgado pela terceira personagem, a Razão.

A obra foi escrita com intuito de se apresentar aos alunos uma espécie de manual para ajudar o leitor a identificar e a classificar os vários tipos de pessoas que continuamente buscam ganhar a confiança de outro, apresentando-se uma espécie de “fenomenologia da amizade”.

O texto, por óbvio, não corresponde a uma simples obra “escolar” do autor, mas é completamente cheio de anedotas, de lendas e de histórias famosas, apresentando personagens da antiga literatura, do cotidiano do autor.²² Boncompagno descreve, em separado, vinte e seis tipos diferentes de amigos, uns bons; outros, ordinários e, por fim, os maus. Boncompagno, durante o texto, lista nobres da Europa e do Ocidente, apresentando-os como “modelos a serem reconhecidos”, trazendo à tona o alto valor do sacrifício e da nobreza típica das Cruzadas²³.

O texto latino “*De amicitia*” não possui tradução em língua portuguesa ou mesmo edição brasileira, existindo, no entanto, três versões traduzidas mais conhecidas:

a) em espanhol - *La Rueda del Amor, Los males de la Vejez y la Senectud, La Amistad* – ISBN 84-249-2752-4. Editorial Credos. 2005.

b) em inglês - *Boncompagno da Signa, Amicitia and De malo senectutis et senii* – Dallas Medieval Texts and Translations, 15. Dunne M. 2012.

c) em italiano Liber de amicitia da S. Nathan, in *Miscellanea di lett. del Medioevo*, a cura della Società filologica romana, 1910 ou *Amicitia di maestro Boncompagno da Signa*. Edizione a cura di Sarina Nathan, ROMA, 1909.

de celle du droit. Grâce à cette double formation, ils savaient mettre en forme le droit savant pour des concitoyens qui en ignoraient le contenu ; on faisait aussi appel à ces médiateurs pour exercer des responsabilités pour lesquelles la capacité à formuler une pensée claire, à transcrire des idées abstraites était également importante. JANSSEN Philippe. *La rhétorique, base et horizon thématique du savoir politique dans l'Italie médiévale*. Revista NOESIS. 15 | 2010 : Le savoir peut-il se passer de rhétorique? p. 157-178.

²² Cf. DUNNE, Michael. RECHERCHES DE THÉOLOGIE ET PHILOSOPHIE MÉDIÉVALES. Biblioteca 6 – Amor amicitiae: On the Love that is Friendship pp. 149-151.

²³ Cf. HYATTE, Reginald. THE ARTS OF FRIENDSHIP – The idealization of Friendship in Medieval and Early Renasissnce Literature, pp. 200-204.

Originalmente, o texto latino localiza-se em *Documenta Catholica Omnia*, na tábula *De Rebus Laicorum*, na matéria *De Medioevali Aetate*, no argumento *De Philosophia*, 1165-1240, disposto livremente no sítio eletrônico oficial do Vaticano: http://documentacatholicaomnia.eu/50_20_10-De_Philosophia.html

Tratando-se de um latim “casuístico”, relacionado a um modelo de exposição temática textual, objetivo e com períodos curtos explicativos, é preciso que, além da literalidade da tradução, o responsável pela análise e tradução adaptada do texto consiga conectar o sentido dado pelo Professor de Signa, às necessidades e às possibilidades do leitor atual, sem destoar o fim último pleiteado pelo mestre.

Como proposto na parte inicial do projeto, o intuito não se resume em apresentar um texto rigorosíssimo, impossível de ser discutido pelo leitor “comum” da atualidade. A distância que separa o modelo de pensamento de Boncompagno do nosso é **relevantíssima**. O latim é objetivo, claro, de uma “secura” fonética que se afasta do veludo sonoro do português, do espanhol ou do francês, tendo como escopo a exposição textual, a busca pela finalidade.

Não à toa, os trovadores dos tempos de Abelardo (século XII), em suas gestas e canções populares, mesclaram o latim com frases e tons da linguagem popular – o vernáculo – eis a ascensão do convencimento dos belos sentimentos pela música trovadoresca.

Ressalta-se ter sido Boncompagno um dos primeiros que lecionaram e trataram os temas de interesse escolar em retórica, em Direito, por ele desenvolvidos, em língua vernácula (língua nativa de um país), deixando de lado o latim escolar, como única escrita erudita, preterindo a narrativa fria à inovação de uma manifestação teórica “dialogada”, a presença de personagens explicando os grandes temas, como fizera em sua *De Amicitia* e *Rota Veneris*²⁴.

No texto “Sobre a Amizade”, o autor se utiliza inicialmente de uma “conversa” entre o corpo e a alma, proposta nova da literatura vernácula em que o narrador desaparece da cena, e os personagens passam a dialogar²⁵.

²⁴ *Una de las innovaciones de más calado en la Rota Veneris es la utilización de la epístola como recurso que crea una ficción de dialogismo. La narratio se convierte así en diégesis dialogada y con ello se incorpora en la obra literaria un modo especial discursivo de exposición y relato. Se enmarca en un molde superior, ajeno a la carta misma, y en el que el lector lee las misivas no sólo como praxis, como exemplum del tratado dictaminal, sino en la pretensión ficcional de que hay una línea narrativa que las une.* **OCAÑA CORTIJO, Antonio. HACIA LA FICCIÓN SENTIMENTAL: LA ROTA VENERIS DE BONCOMPAGNO DA SIGNA. A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures, and Cultures, Volume 29, Number 1, Fall 2000, pp. 53-74 (Article)**

²⁵ *La recepción y cultivo de la teoría retórica en la Edad Media se da irremediamente la mano con la práctica de la literatura vernácula. La reflexión que desde las aulas del rhetor se hace del discurso da pábulo a una elucubración sobre la palabra escrita en la que pasado (literatura latina clásica) y presente (literatura latina e incipiente vernácula) se aunan. No es extraño que sea hacia el siglo XII (cuando se desarrolla la gran labor del primer ars dictaminis) el momento en que surgen los primeros testimonios de "literatura" en vernáculo. La epistolografía, además, juega un papel de primer orden en el desarrollo del posterior humanismo (R.L. Benson 31). Me interesa, sobremanera, destacar el papel organizativo del discurso que la epistolografía o ars dictaminis juega en el desarrollo de la prosa literaria en la Edad Media*

As duas personagens discutem o problema da amizade. O corpo, por ser influenciado continuamente pelas necessidades do mundo, reclama da presença da amizade nas relações humanas, justamente por ser utilizada de modo equivocado pelos homens, causando para si mais males do que bens, permeada pela mentira. A alma, por sua vez, afirma que a amizade tem de seguir a reta razão, não caindo em vício insanável; tenta, neste sentido, expor como deve ser executada, sobretudo pelo fato de a verdadeira amizade não ter sua origem no mundo terreno, mas, sim, platonicamente, no corpo arquétipo das ideias. Inicialmente o Corpo se opõe freneticamente à Alma, negando a validade da amizade, daí a intervenção da “razão”, passando a ouvir o discurso, com intuito de restaurar o justo conceito de amizade, fundamental para a construção das instituições de Justiça.

O sistema narrativo de Boncompagno é o de “personificar” o Corpo, como aguerrido defensor de um tema “material” e “determinista” de conceitos sobre os comportamentos dos homens; a Alma, como promotora da defesa de valores mais altos; a Razão, como julgadora sábia, detentora da balança para a imanência da verdade. De pronto, nota-se uma narrativa apropriada para o entendimento de tema tão sisudo.

Para promover um convencimento suficiente no “corpo”, a “razão” – sob a voz subterrânea de Boncompagno – expõe curiosas “espécies” de amizade “falsas” ou “inanes”, defendendo que uma sociedade cujo vértice se dê por conta destas relações espúrias estará fadada a conviver com instituições (jurídicas e políticas) insuficientes para o atingimento da justa convivência.

Nesse íterim, o autor apresenta-nos o conceito de “sinceridade”, como sustentáculo da verdadeira amizade. A sinceridade pressupondo uma organização íntima, uma harmonia de respeito próprio que se impõe ao próximo. Harmonia de sentimentos interiores, tranquilidade da alma, paz interior que se concretiza moral e juridicamente na paz social ou concórdia. Enquanto, entre inimigos, é possível uma convivência utilitária – baseada em vantagens – a concórdia (quicá equivocado conceito de “paz perpétua”) - entre os amigos, por outro lado, mostra-se indispensável a sinceridade de sentimentos, a abertura de desejos e a clareza de expectativas, isto é, amizade amplamente dependente da ordenação interior de sentimentos, a paz íntima, e, porque não dizer, o perdão.

Como forte dose sarcástica, o autor, em vários casos, satiriza os amigos falsos, os histriões, os utilitaristas, os mentirosos e muitos outros que, sob o manto da “amizade”, apenas buscam ascensão social ou vantagens

tardía. En particular a través del artificio de la serie discursiva, o serie de cartas que se unen en hilo narrativo, se crean entre los siglos XII y XIII obras literarias que aunque en esencia son trataditos epistolares pueden leerse como obras independientes. También está aún por investigar la relación que quepa ver entre el desarrollo de la comedia elegiaca y el ars dictaminis. Las dos son modalidades de un supragénero dialogístico y significan para la literatura de los siglos XII y XIII la aparición redescubrimiento) de un género en que el narrador desaparece de escena y en que los personajes pueden dialogar libremente entre sí (a veces semejando un dialogus dramatis personarum, a veces un dialogus in absentia entre correspondentes). OCAÑA CORTIJO, Antonio. *HACIA LA FICCIÓN SENTIMENTAL: LA ROTA VENERIS DE BONCOMPAGNO DA SIGNA*. A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures, and Cultures, Volume 29, Number 1, Fall 2000, pp. 53-74 (Article).

pecuniárias, cuja supremacia nas relações sociais trará de fato o domínio da desonestidade e da falta de confiança.

Boncompagno, então, promoveu uma radiografia na relação de amizade. Explica as espécies de amizade. O **amigo vocal**, aquele que apenas “se diz companheiro, mas, na primeira oportunidade, trairá”; o **amigo condicional**, apenas aceitando um favor se, em seguida, receber o troco vantajoso e prazeroso; o **amigo sofista**, o que engana, a fim de obter vantagem posterior, aproximado de comerciantes desonestos que não dizem a total verdade sobre a natureza de seus produtos; o **amigo retrógrado**, que muda de opinião a cada cinco minutos; o **amigo “afortunado”**, que busca a amizade com alguém com fama e que lhe traga reconhecimento social; o **amigo “mercador”**, que dá um presente, esperando receber o dobro; o **amigo viperino**, que busca a amizade com os “senhores”, como se estivesse a caçar recompensas; o **amigo capcioso**, que, diante do “amigo”, adula-o, mas, uma vez afastado, denega-o; o **amigo fingido**, que, durante seu discurso de louvor ao “amigo”, no fim, deixa-lhe uma pinçada de escárnio e de difamação; o **amigo voluptuoso**, tomado por amizade com o que lhe traga satisfação física; o **amigo cego**, submetido totalmente pelo fascínio, diante de uma linda mulher; o **amigo fútil**, que, como uma fechada fumaça de fogueira, findando o fogo, desaparece por completo, sem deixar qualquer rastro; o **amigo “ventoso”** que grita aos ares sua amizade, só para divulgar ser conhecido de determinado figurão; o **amigo de vidro** (vítreo), cuja amizade é tão frágil que trinca, diante de uma mínima ofensa; o **amigo “devido ao inimigo”**, aquele que o é apenas por ter ódio de uma determinada pessoa; e, por fim, o **amigo de ferro (férreo)**, que prende as coisas nas outras pessoas, e nunca desprende-se das suas.

Após a exposição das espécies de amizade, novamente apresenta-se a Razão com seu julgamento, o discurso final, explicando o que é de fato a “inimizade”, como ela traz consigo a “traição”, pondo abaixo qualquer possibilidade de ordem social, impedindo a ascensão da Justiça na sociedade formada por interesseiros.

Neste íterim, o objetivo de Boncompagno é, antes de tudo, o de apresentar um “quadro” social de seu tempo, com forte intuito pedagógico, influenciando diretamente o modo de vida dos alunos, a execução de obras sobre o conceito de Justiça pelos prelados, juízes e os profissionais da “norma”.

4 FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES

Visto a delimitação do problema, referente à importância do texto e do comentário “Sobre a Amizade” resta evidente estarmos diante de um “checking point” na educação jurídica pátria, e, de certo modo, no baluarte de uma falência do modelo pedagógico, a partir de conceitos “abstratos”, sem análise casuística, aproximação da ciência, com a realidade de cada indivíduo, seus problemas concretos e locais.

O tema amizade provou-se elemento permeando a “segurança” jurídica, no sentido de crença firme na solução das lides pelos aplicadores da

norma, no reflexo social e natural dali presumido. Sendo assim, o equívoco foi construído por hipóteses, para as quais forma apontadas foram algumas soluções:

a) O aperfeiçoamento e a inversão no modelo de apresentação de temas para os estudantes brasileiros de Direito da atualidade, sobretudo os elencados nos bancos das universidades e das faculdades privadas, com resguardo de uma retórica pedagógica, subministrada por meio de resolução de casos, pela análise e pelo alcance final do conceito.

b) A valoração de temas concretos, na vida do estudante, em especial, a indicação da relação entre lealdade, **paz interior, concórdia** e Direito, sob o estigma substancial do conceito de amizade, tendo em conta os exemplos presentes no texto latino do professor Boncompagno de Signa, uma vez traduzido e comentado.

Nesta trilha, a exegese de uma Filosofia do Direito efetiva resguardar-se-ia neste processo pedagógico de ampla importância na formação dos estudantes, afastando a limitação do conceito de educação jurídica a um “grande” negócio, em que vendem-se sonhos, e colhem-se pesadelos.

5 TÍTULO

Em reiteração: a pesquisa centrou-se na análise da realidade do alunado de Direito, sobretudo na majoração deste grupo pelas universidades e faculdades privadas por força das políticas públicas progressistas, e do abismo pedagógico entre o modelo de exposição de temas (por conceitos) e não por casos (casuística), dando-se, então, o desequilíbrio teleológico nos fins últimos da educação jurídica. Em seguida, coroando e solucionando o problema, apresentou-se proposta de tradução e cotejamento do texto latino “Sobre a Amizade” de Boncompagno de Signa, um exemplo de temática relevante para os estudantes da forma de exposição hipóteses a serem solucionadas. Por tais razões recebeu o título de: *“Amizade e Direito: tradução, comentário e explicação técnica do texto latino “Sobre a Amizade” de Boncompagno de Signa”*.

6 PROBLEMATIZAÇÃO

Após exposição, restaram demonstrados dois elementos problemáticos no eixo concreto a que se refere a pesquisa:

a) O lapso pedagógico entre o alunado dos cursos de Direito – sobretudo os de entidades particulares – e grande parte das ementas (modelos pedagógicos) inanes de um sistema de análise dos conceitos prioritariamente por casos.

b) A atuação de professores ‘livres’, objetivamente no período localizado no século XII de nossa Era, que, diante da quantidade de estudantes de todo o mundo, nas cidades de Paris e de Bolonha, apresentaram temas

filosóficos e jurídicos, por meio de exemplos (partindo de casos), obtendo ótimos resultados.

c) A tradução e comentário de texto latino inédito – Sobre a Amizade – de Boncompagno de Signa, no que tange às relações entre os fundamentos da amizade e a gênese do “*dever ser*”, a lealdade como palco do Direito, tudo isso em consonância com reverberações futuras na síntese temática proposta por Santo Tomás de Aquino.

7 OBJETIVO GERAL

I) Traduzir para língua portuguesa, com cotejamento do texto conforme traduções em línguas modernas, o inédito trabalho “*Sobre a Amizade*” de Boncompagno de Signa, promovendo explicação técnica e proximidade substancial entre a virtude da Justiça e a prática da reta amizade – **paz interior e concórdia**, prolegômenos da ciência e da prática jurídicas.

8 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I) Traduzir, apresentar e comentar texto latino inédito de Boncompagno de Signa – *De amicitia* –, com notas explicativas, aproximando aspectos da virtude da justiça com a prática da reta amizade.

II) Confeccionar introdução explicativa – texto técnico – tanto para apresentação da importância específica do autor e de seu texto, quanto para a indicação da amizade **subjetivamente consubstanciada pela paz interior e objetivamente concretizada na concórdia ou na paz social**.

III) Inserir na Academia de Direito um autor sem traduções editadas em língua portuguesa, praticamente desconhecido entre os estudiosos pátrios, pouquíssimo citado em obras de Filosofia do Direito, nada obstante seus textos com conteúdos atualíssimos.

IV) Comprovar a importância de autores da Idade Média que trataram de temas de filosofia do Direito e de Ética, sobrepondo-os a muitas tendências jurídico-filosóficas modernas.

V) **Tratar de explicação técnica sobre as relações entre amizade, paz e Direito, sobretudo, por meio de comentários de autores da Idade Média, em especial, de Santo Tomás de Aquino.**

9 METODOLOGIA

Tratando-se de tradução, comentário, cotejamento de texto latino, bem como, análise do contexto do tema “amizade” (recurso de casos), com a importância de tal empreendimento na vida acadêmica do estudante, utilizar-se-ão dos mecanismos metodológicos seguintes:

Mecanismo básico – acúmulo de informações com reverberação aprofundada de ordem acadêmica.

Mecanismo qualitativo – tratar intensamente, com um perfil predefinido, no captar de informações valiosas oriundas de opiniões técnicas.

Mecanismo bibliográfico – utilização de material já elaborado, publicado e definido, sobretudo para amparo de traduções e de superação de eventuais equívocos teóricos observados.

Mecanismo descritivo – reunião das ferramentas acima expostas para a produção expositiva do tema, com descrição pormenorizada do conceito e da finalidade última aduzida.

A reunião dos mecanismos dará ensejo para a instrução pelo método dedutivo, pela condução à finalidade do projeto telado, em respeito às versões do texto em outras línguas modernas, bem como, no que tange ao tema principal, análise técnica do conceito de amizade nos autores referendados.

10 CRONOGRAMA

Ano da pesquisa: 2019	Mar	Abril	Mai	Jun	Jul	Ag	Set	Out	Nov
Aquisição da obra em inglês - <i>Boncompagno da Signa, Amicitia and De malo senectutis et senii</i> – Dallas Medieval Texts and Translations, 15. Dunne M. 2012 e <u>COTEJAMENTO e COMPARAÇÃO com tradução do latim já findada.</u>	x	x							
Aquisição da obra em italiano Liber de Amicitia da S. Nathan, in Miscellanea di lett. del Me-dioevo, a cura della Società filologica romana, 1910 ou Amicitia di maestro Boncompagno da Signa. Edizione a			x	x					

cura di Sarina Nathan, ROMA, 1909 e <u>COTEJAMENTO e COMPARAÇÃO com tradução do latim já findada.</u>									
Participação em aulas, palestras e outras atividades determinadas pelos responsáveis e coordenadores do programa, tratando do tema da pesquisa.					x	x	x		
Pesquisa e aprimoramento das notas de rodapé e do texto da pesquisa, tendo em conta autores relevantes e relacionados ao tema.					x	x	x		
Reformas do texto, com confecção de introdução explicativa, aproximação entre A Amizade e o Direito.								x	
Apresentação e revisão final do trabalho.									x

11 REFERÊNCIAS

ARTIFONI Enrico. Boncompagno da Signa, i maestri di retorica e le città comunali nella prima metà del Duecento. A stampa in Il pensiero e l'opera di Boncompagno da Signa, a cura di M. Baldini, Signa 2002.

PEDRO ABELARDO, Ética ou conhece-te a ti mesmo. Trad. Tiago Tondinelli. Editora Ecclesiae, 2015,

BONCOMPAGNO DA SIGNA, De malo senectutis et senii: un manuale duecentesco sulla vecchiaia. Edizione critica e traduzione a cura di

Paolo Garbini, Firenze, SISMEL et Edizioni del Galluzzo (Edizione nazionale dei testi mediolatini, 10 ou Serie II, 5), 2004, lxxviii + 36 p.

BONCOMPAGNO DE SIGNA, Rota Veneris: A Facsimile Reproduction of the Strassburg Incunabulum with Introduction, Translation, and Notes by Josef Purkart, Delmar et New York, Scholars' Facsimiles and Reprints, 1975.

BONCOMPAGNO DA SIGNA, Rota Veneris a cura di Paolo Garbini, Roma, Salerno Editrice (Minima, 53), 1996, 101 p.

BONCOMPAGNO DA SIGNA, El Tratado del amor carnal o rueda de Venus: motivos literarios en la tradición sentimental y celestinesca, ss. XIII-XV. Edición, traducción y notas de Antonio Cortijo Ocaña, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra (Anejos de Rilce, 43), 2002, 162.

BONCOMPAGNO DA SIGNA, La rueda del amor; Los males de la vejez y la senectud; La amistad. Traductores Antonio Cortijo Ocaña, Luisa Bleca; Madrid, Gredos (Clásicos medievales, 30), 2005, 202 p.

BONCOMPAGNO DA SIGNA, La lettre d'amour au Moyen Âge. Textes présentés, traduits du latin et commentés par Étienne Wolff, Paris, Nil (Le cabinet de curiosités), 1996, 156 p.

BONCOMPAGNO DA SIGNA. Boncompagni Liber de obsidione Ancone. Tomo VI, parte III: A. 1173, a cura di Giulio C. Zimolo, Bologna, Zanichelli (Rerum italicarum scriptores, 6, 3), 1937, lix + 108 p. + [3] p. de pl.

BONCOMPAGNO DA SIGNA, L'assedio di Ancona. Liber de obsidione Ancone, a cura di Paolo Garbini, Roma, Viella (I libri di Viella, 19), 1999, 187 p.

BONCOMPAGNO DA SIGNA, Amicitia, di Maestro Boncompagno da Signa. Edizione a cura di Sarina Nathan, Roma, Società filologica romana (Miscellanea di letteratura del medio evo, 3), 1909.

BONCOMPAGNO DA SIGNA, La rueda del amor; Los males de la vejez y la senectud; La amistad. Traductores Antonio Cortijo Ocaña, Luisa Bleca; Madrid, Gredos (Clásicos medievales, 30), 2005, 202 p.

BONCOMPAGNO DA SIGNA, Opera Omnia Boncompagni (1194-1243). Latin texts with English translations of the works of Boncompagno da Signa. Includes other medieval sources. Steven M. Wight, 1998.

DOCUMENTA CATHOLICA OMNIA, tábula De Rebus Laicorum, na matéria De Medioaevali Aetate, no argumento De Philosophia, 1165-1240, disposto livremente no sítio eletrônico oficial do Vaticano: http://documentacatholicaomnia.eu/50_20_10-_De_Philosophia.html.

PURKART, Josef, « Spurious love letters in the manuscripts of Boncompagno's Rota Veneris », Manuscripta, 27, 1984.

HYATTE, Reginald. THE ARTS OF FRIENDSHIP – The idealization of Friendship in Medieval and Early Renaissance Literature, E.J.BRILL, New York, 1994.

DUNNE, Michael. RECHERCHES DE THÉOLOGIE ET PHILOSOPHIE MÉDIÉVALES. Biblioteca 6 – Amor amicitiae: On the Love that is Friendship, PEETERS, 2004.

JANSEN Philippe. La rhétorique, base et horizon thématique du savoir politique dans l'Italie médiévale. Revista NOESIS. 15 | 2010 : Le savoir peut-il se passer de rhétorique?

RUHE, Ernstpeter, « Enanchet — "semplice compilatore"? », Neuphilologische Mitteilungen, 71:1, 1970.

LE GOOF Jaques. Dicionário Temático do Ocidente Medieval, EDUSC, 2015.

MARCHILI, Luis Alberto. How To Legislate With Wisdom and Eloquence – The Art of Legislation Reconstructed from The Rhetorical Tradition. Philosophy of Law. Rhetoric. Art of legislation. Legislative Drafting. 1st edition, spanish, Editorial Dunken, Buenos Aires, 2009, 498 p. 1 6x23 cm. ISBN 978-987-02-4047-1.

WITT, Ronald G. "Boncompagno and the Defense of Rhetoric." Journal of Medieval and Renaissance Studies, 16(1), 1986.

VOLTOLINA Giulietta. "Lo sacmibo epistolare nella società medioevale attraverso l'opera inédita di um magister dell'Università di Bologna: Boncompagno da Signa". *Rivista diCultyura clássica e Meiovelace*, 30, 1988, pp. 45-55.

PUKART, Josef. "Boncompagno of Signa and the Rhetorica of Love". In Medieval Eloquence: Studies in the Theory and Practice of Medieval Rhetorica, ed. James J. Murphy Berkeley: University of California Press. 1978, pp. 319-330.

BRENDA Deen Schildgen. The Rhetoric Canon, Wayne State University Press, Detroit, pp. 170-190.

CORTIJO OCAÑA. Antonio: De amicitia, amore et rationis discretione. Breves notas a propósito de Boncompagno da Signa y el Siervo libre de amor. Revista de poética medieval, 16 (2006), 23-52.

_____. HACIA LA FICCIÓN SENTIMENTAL: LA ROTA VENERIS DE BONCOMPAGNO DA SIGNA. A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures, and Cultures, Volume 29, Number 1, Fall 2000, pp. 53-74 (Article).

_____. EL TRATADO LA PALMA DE LA VICTORIA DE BONCOMPAGNO DA SIGNA (EDICIÓN Y TRADUCCIÓN). Revista de poética medieval, 9 (2002), pp. 87-159.

HIROYUKI SHIBATA, Ricardo. Literatura Ético-Política e Humanismo em Portugal. De D. Pedro, duque de Coimbra, às epístolas em verso de Sá de Miranda. Tese apresentada ao Departamento de Teoria/História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras, 2005.

TONDINELI, Tiago. Ética e Justiça no pensamento de Pedro Abelardo. PUCRS. <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2956>.

Sobre a Amizade

Início do livro dedicado à amizade

1. PRÓLOGO

Como a amizade alonga-se por todos os lados, circulando a órbita celeste, a estender suas mãos sobre os filhos dos homens, com intuito de observar (e ajudar) alguém que a esteja estudando ou investigando, eis, aqui, o diálogo de Boncompagno, entre o corpo e a alma.

Desta conversa, nasce a matéria de disputa na qual o Corpo não desiste de lamentar acerca dos circunlóquios de seus amigos, enquanto a Alma, desapontada, trata de acusá-los, estribada em motivos racionalmente fundados.

Neste panorama, vemos a razão assumindo o posto de juiz ordinário, tratando de buscar a união das outras partes do homem.

Assim, primeiro, vem o Corpo a defender-se, a questionar; prosseguindo, em seguida, a Alma, e, assim por diante, seguindo a ordem de todas as questões apontadas para o deslinde do tema.

O Corpo diante de seu ofício de procurador, introduzindo o tema debatido, foi o primeiro a iniciar, com sua acusação:

2. ALEGAÇÃO DO CORPO

- Oh, razão, imperatriz de todos os homens mundanos, pela qual os reis reinam e a justiça é conservada na terra; que corriges com a vara de teu império todo o universo; que permaneces firme em teu altíssimo trono, conferindo o que é devido a cada um; peço-te, suplico-te, estendo-te as minhas preces para que sejas digno que tu me observes, que me ouças, que razoavelmente julgues o que te proponho.

Além disto, prezo para que eu não esteja a te aborrecer com algo sem importância; que não te incomode com o que não convém ou com algum tema fora de teus domínios.

Ora, nada tenho contra a minha alma, porque eu sou uno com ela, mas creio que é preciso compreendê-la efetivamente, eis que suspiro, sofro e choro, vulnerado pelas lanças de meus [supostos] amigos, quando vejo claramente que não há verdadeira amizade neles.

3. ALEGAÇÃO DA ALMA

- Óh Corpo, parece que não pertences à linha do gênero humano, principalmente vendo teu modo incivilizado, por meio do qual tens falado, bem como expressado tão irregularmente o teu discurso:

Quem pede calor ao fogo? Quem pede bebida à água? Quem interroga se existe brancura na neve? Será que o Corpo é assim tão fraco?

De fato, a ti tem sido postulado pela Razão que deves habituar-te sempre a falar com inteligência, mas isto tem sido como requerer à humanidade que demonstre algo [pertencente a si e] que seja ridículo.²⁶

Logo, quando pões juntas, lado a lado, todas as coisas semelhantes, tal esforço mostra-se inútil aos sentidos, eis que não é possível encontrar a culpada, atribuindo-lhe a justa pena.²⁷

Demais, informo-te da enormidade de teu erro, no fim de teu discurso, ao dizer: “nada tenho contra a minha alma, porque sou uno com ela”.

Será que esqueceste que a carne conspira contra o espírito e, vice-versa, o espírito contra a carne?

Eu fui criada da natureza angélica, enquanto tu foste feito da terra: será que não percebes que vieste do barro e, por isto, nasceste da terra? E, mesmo assim, diante de tudo isto, ainda disseste-me que eras uno comigo?²⁸

Eu seria capaz de conhecer o passado, o presente e o futuro, caso não estivesse amarrada pela tua podridão.

O Corpo, enquanto corrompido, oprime a alma em sua habitação terrena, limitando os sentidos a alcançar os pensamentos mais altos.

E, ainda assim, [mesmo depois de tantas limitações que impões à alma, tens coragem de dizer:] “sou uno com ela”?

Muito bem, eu reconheço que todo o “inteiro” é [necessariamente] constituído por suas partes; e que o “ente integral” tem, como predicado, a “unidade”. Todavia, também sei que em qualquer totalidade, uma parte presume a

²⁶ A percepção do ridículo (risível) é dada pelo olhar do outro, e não do portador da ridicularidade. N.t.

²⁷ Isto porque o “Corpo” é mundano, pertence ao grupo das “coisas do mundo”, escravo cronotrópico, daí a impossibilidade de ele julgar seus próprios pares, por meio de leis materiais, eis o antecipar da crítica do julgamento físico de conceitos místicos, os quais vão além da matéria: vício absoluto do neoteísmo cientificista. N.t.

²⁸ O diálogo é tipicamente influenciado pela corrente neoplatônica, a comum oposição entre “corpo” e “alma”. O autor não se utiliza da distinção aristotélica de “alma” e “razão” (alma como capacidade formais específica do ser: alma racional, alma animal, alma vegetal), mas como sinônimo de racionalidade – a capacidade de abstrair as formas da realidade. Essa oposição (alma x corpo) é superada pelo pensamento tomista, ainda que explicada (mais como coordenação harmônica, menos como conflito íntimo), nas Confissões de Santo Agostinho e por autores da patrística. N.t.

outra²⁹ e o que é abundante de lodo, [tomado de natureza terrestre], sabe-se que se afasta do caráter reflexivo, [próprio da razão.]

Assim, quando de fato tu dizes estar a ser vulnerado pelas lanças de teus amigos, até podes ter razão, evidentemente se estiveres a referir-te aos amigos “aparentes” e aos enganadores³⁰.

Entretanto, creio ser muitíssimo insensato de tua parte se por causa destes “amigos” passes a suspirar, a lamentar, e a gemer, ainda que por um pequeno instante, pois este mesmo sofrimento é presente na vida de várias pessoas, infinitamente transpassadas por estas mesmíssimas lanças.

Certamente, os males e os infortúnios que acometem muitas pessoas em toda hipótese devem ser tolerados com paciência.

Por fim, também me disseste no desfecho de teu discurso: “vejo claramente que não há verdadeira amizade neles”.

Por acaso será que a tua conclusão não é infantil, digna totalmente de vergonha? E isto precisamente pelo simples fato de que, como a amizade é [substancialmente] incompreensível, por consequência não me parece possível que o seu efeito possa ser demonstrado com mais evidência [que ela própria].

Por isto, considero que tu findaste de modo inepto o teu discurso, de maneira que o louvor que poderias ter alcançado com ele – observando o início - evanesceu profundamente no término, eis que um fim ineficaz descredita qualquer a totalidade de qualquer discurso.

Devo, no entanto, conduzir-me, [afastando-me] daquele que está no vício, [aproximando-me] do que está na virtude e, diante disto tudo, quem honra a amizade, [cultivando-a com vigor], não desconfia do serviço dela em nossas vidas, pelo contrário, espera ser reanimado por ela.

Além disto, não se deve crer que a amizade se funda nos próprios amigos, porque sabe-se que sua principal fonte se encontra retida no Altíssimo.

E digo-te mais: considero que apresentaste inicialmente um conceito útil de amizade, mas, agora, ouvindo a continuidade de teu discurso, nada mais encontro daquilo que disseste no começo, parece-me, portanto, que acabas por te consumir, [perdendo-te] puerilmente no meio de tantas e tantas palavras.

²⁹ *Pars prejudicat parti*: o todo é harmônico, mantém a sua unidade pela relação potencial (encaixe ontológico) de uma parte com outra. Por óbvio, não está o autor referindo-se ao mecanicismo oco, mas há características potenciais e formais de cada ente, tornando possível sua relação unitária com outro. Desta potencialidade harmoniosa das partes, verifica-se a realidade dos universais. N.t.

³⁰ *Amici Umbratiles et vocales*: literalmente “amigos anuviados e sonoros” – obviamente trata daqueles que se dizem amigos (daí as mentirosas frases saídas de suas bocas com altas promessas de amizade), assumindo ademais uma aparência falseada (homens cujas sombras de amizade são maiores que eles próprios (“anões com sombras de gigantes”, como nos dizia Mário Ferreira dos Santos). N.t.

4. A reposta do corpo

- O que eu posso fazer? Minha alma está conturbada comigo, pois perdi meu vigor em alegar e dizer [as minhas razões], quando de fato estou a limitar-me com discurso de contenção, e tu, ao contrário, trata de atacar a quem deverias estar a curar; e, então, trazes impedimentos a quem terias de consolar.

Por tudo isto, neste momento, dirijo-me a ti, oh Razão, que regula com moderação igual e simultaneamente as coisas celestiais e terrenas, para que tu compreendas a proposição dos condolentes³¹; peço-te além disto que compreendas quem diante de ti apresenta-se a pedir desculpas para te narrar um grave infortúnio que lhe acalenta.

Começarei pela criação do mundo, tratarei dos princípios das coisas, do movimento dos corpos superiores e da substância da qual os corpos são fundados, e, então, indo além de tais objeções, passarei a responder a cada uma delas, [uma a uma, com toda atenção.]

³¹ “Os motivos dos que rogam”. N.t.

5. A interrupção da razão.

- Freia com um arreio de silêncio a tua boca, pois vejo que abandonastes o tema com o qual tinhas iniciado, permanecendo a insistir com palavras vãs, flutuando em pensamentos vagos e redundantes.

Ora, um adepto da prolixidade como tu te mostras está longe de ser reconhecido por todos os que o ouçam, pois pessoa assim permanecerá muito mais propensa [a ser levada a sério], apenas por brevíssimos momentos.

A brevidade é o instrumento pelo qual comodamente tocamos o tema principal de um discurso, e, em seguida, seu tema secundário, que, por seu turno, não é deixado de lado por conta utilidade mostrada pela própria brevidade.

Logo, não se deve insistir no tema da criação do mundo, no dos princípios das coisas, no do movimento dos corpos superiores e no da natureza pela qual a alma funda [a vida] no corpo, porque só Aquele que criou todas estas coisas é que de fato as conhece, ainda que não nos seja desconhecido que alguns filósofos têm apresentado opiniões inanes sobre estes assuntos, e, com seus discursos e sentenças, acabem convencendo várias pessoas incautas.

Justo pelo que disse, faço-te o seguinte questionamento, esperando a tua resposta: “Já ouviste algum mortal dizer que, em alguma das criações, estivera presente, junto com o Criador? Já vira algum mortal presumir que ele tenha existido nos princípios de todas as coisas e, que, por isto, apresentar-se-ia capaz de distinguir os princípios criadores das criaturas? Ou já presenciou algum homem afirmar ter acompanhado de perto a infusão [da vida] nas almas?”

[Continuo, oh corpo:] “- Quem, por sua vez, distinguiu os elementos, estabelecendo os devidos locais de cada um deles e, em seguida, criou as distâncias entre as sete esferas planetárias que permanecem firmes sob o zodíaco, seguindo o círculo do firmamento? Quem deu chamas ao fogo e o abrilhantar aos raios? Quem compreendeu que a sublimidade [da luz do dia] se faz com o movimento [celestial] do firmamento ao centro, enquanto a obscuridade da visão [na noite], pela conjunção das linhas [celestiais]? Quem, por acaso, separou as águas dos mares com um sopro de ar e as tornou neste momento doces?”

O verdadeiro dá-se somente por quem todas as coisas vivem em Deus, artífice do universo inteiro, em quem, aliás, a integridade existe, sem qualquer defeito.

Oh Deus, [só mesmo] por tua sutilidade (a sutilidade divina) é que o galo não canta na hora devida; a águia dominadora não enche suas plumas; o rouxinol não cantarola nas árvores; os filhotes de leão não rugem no deserto; e o golfinho não leva os corpos dos defuntos, por seus próprios esforços, do mar para o litoral!

Certamente, tu informaste, com diferença natural específica, todas as terras, as águas, os animais racionais e irracionais, as árvores, as plantas, os vegetais, os pássaros, os peixes, os répteis, e todas as coisas presentes na “máquina do mundo”, conferindo a cada um as suas propriedades, as quais, segundo os filósofos das coisas naturais, referem-se a quaisquer elementos tomados pelo quente e húmido, pelo frio e seco, cujas qualidades acidentais e potenciais, eles dizem, poderiam ser normalmente misturadas, por conta dos esforços de seus assíduos estudos.

Acontece, Senhor, que as naturezas das coisas [criadas por ti] não mudam nem podem mudar, os Filósofos apenas são capazes de conhecer a qualidade natural das coisas pelos efeitos delas no mundo, [nada mais.]

Eu também vejo que, por tuas ordens, toda semente atirada na terra produz seu próprio gênero de planta, e, ainda que sejam jogadas várias sementes [semelhantes], cada uma exprimiu o mesmo gênero.³²

E, como estava dizendo, só acreditarias que tu conheces algo sobre a criação do mundo, sobre os princípios das coisas, sobre o movimento dos corpos superiores ou como a alma é infundida nos corpos, se [ao menos] fosses capazes de converter a natureza amarga do absinto em doce; ou de mover o Coliseu, as Termas ou a Blaquerna para Compostela!

Todavia, se não fazes tais prodígios creio que não mais posso crer em nada disto, porque as coisas do mundo (não amplamente dominadas por ti) podem ser arrancadas, construídas e destruídas por mãos mortais, enquanto as coisas celestiais estão longe de nós, tendo sido criadas pelas próprias mãos do sumo artífice, que fez o sol com poder sobre o dia; e a lua, sobre a noite.

Continuando meu pensamento, sabe-se que o céu é assim nomeado porque é “oculto” (“*celatum*”), porque foi dado o céu ao Senhor do céu; e a terra, aos filhos dos homens, então, as portas dos segredos celestes não se abrem aos mortais.

Além disto, não nego que a condição humana não seja capaz, em algumas situações, de prever, pelos sinais celestes, certos fatos futuros por conjecturas, como aconteceu contigo em várias oportunidades, quando conheceste a verdade completa por meio do semelhante.

Que não te esforces em procurar os conhecimentos mais altos do que ti, como acontecem com os que laboram em disputar sobre a Trindade com muita sutileza, pois, enquanto sobrevoares teus pensamentos na solidão das coisas ocultas, cortadas as asas da visão do futuro, passarás a correr em um labirinto de mentiras e perderás o conhecimento útil sobre coisas que possivelmente poderiam ser por ti conhecidas.

³² O autor nos traz uma impressão da teoria das causas seminais de Santo Agostinho. A prova inconteste da existência do ser “presentado” no mundo é a PERMANÊNCIA da natureza intrínseca da semente nas plantas e nos frutos dela resultantes. Nota-se a perspectiva pitagórica (aritmética) da formalidade (potencialidades) intrínsecas que nos é magistralmente explicada, por Mário Ferreira dos Santos em *Pitágoras e o tema do Número*. N.t.

Portanto, retornaremos neste ponto a tratar da amizade, observando com mais atenção para que não aumentes mais digressões e para que não passes a dar voltas em temas inúteis.

E tudo isto porque a digressão que não respeite a matéria substancial que lhe deu origem, por similitude ou por cor, gera no ouvinte ou no leitor um tédio abominável.

6. Posição do Corpo

- Se o estilo com o qual concluis teu discurso não pinta com candura ígnea a matéria que iniciaste, não se deve admirar que, algumas vezes, uma inteligência debilitada não seja capaz de ascender até o centro lúcido [da verdade], sobretudo quando a origem da alma - de natureza angelical -, não é perceptível pela inteligência humana, bem como desconhecido por ela o modo como infunde-se nos corpos. Por isto, eu rabisco com simplicidade, com um lápis de plumo na pedra, porque meu ouvido empalidece como âmbar, no negrume da ferrugem³³.

Pois bem, como tu não desistes de me pressionar, pelo poder de tua magnitude, forçando-me a penetrar nos mais altos segredos, mas, ao mesmo tempo, me impões um silêncio respeitoso, então, pergunto-te: o que devo fazer? Silenciar-me? Se, sim, de que modo?

Pois a razão, justamente raciocinando, confirmou as alegações da parte contrária, ouvindo por óbvio as objeções subsequentes, por isto acabei perdendo-me do tema e do motivo de minhas alegações iniciais.

Diante disto, se o juiz de primeira instância já expõe, no princípio do julgamento, uma claríssima alegação a favor de uma das partes, se for possível para a outra parte, deve esta evitar este juiz, porque é nulo o direito, quando estabelecido por um julgador que dê preferência a uma das partes, e que não seja capaz de modificar sua opinião, como acontecia com os antigos sofistas³⁴.

Logo, se o juiz nos apresenta a razão contrária, antes do ingresso da própria causa da lide, o que será preferido por ele no momento de proferir sua sentença?

Não creio que haja alternativa que convenha, permitindo que o membro golpeie a cabeça, de modo que renuncie totalmente às alegações e aplique-me a ti com toda afeição. Razão, rogo-te e suplico-te para que não me proponhas a ensinar a mim como devo agir neste ponto...

³³ A resina “âmbar”, de origem vegetal, normalmente é dourada, no entanto, assume um envernizar (escurecimento), formando-se em contato com as impurezas do solo ou do ar, assumindo o nome de firniss. N.t.

³⁴ Os sofistas já tinham, desde o início de seus discursos, uma opinião certa sobre o tema de seus discursos, de modo que o correr da apresentação servia apenas para o “florear” e para o convencer do ouvinte acerca desta posição pré-concebida. O discurso sofisticado, portanto, não pressupunha que seu promotor buscava, por meio da técnica da boa oratória, alcançar a verdade e o mais razoável (ainda não conhecida), mas, tão somente, tratava da mera extensão de convencimento a outras pessoas. Um juiz com uma posição pré-definida, um pré-julgamento, terá um discurso, na sentença, que apenas confirma o que sempre acreditou, deixando de ter o papel intermediário, passando a ser um suspeito. N.t.

7. Resposta da Razão

- Trataste do tema sobre os princípios das coisas e sobre o movimento dos corpos superiores, por um ponto de vista deveras humilde, eis que, tomado por uma injúria corrosiva e por um [suposto] crime a mim imputado, passaste a suspeitar de mim, mesmo antes de iniciar exposição da causa deste debate; e, depois deste início, na continuação de teu discurso, permaneceste como quem duvida da norma reta.

Portanto, observando teu discurso proferido de um modo e tuas alegações, de outro, perdeste igualmente o direito, porque, primeiro, iniciaste a me louvar, por causa da verdade, mas, depois, na continuidade de teu discurso, passaste a me reprovar por [uma suposta] austeridade!

E posso te dizer que com tal discurso, também tu decaístes [em tuas razões], quando **o iniciaste com audácia**, terminando-o com humildade, continuamente renunciando às alegações que te eram feitas, mas sem deixar de postular por teus pedidos.³⁵

Logo, peço-te que ponhas a arrogância de lado, submetendo-te à lei, sem presumires negativamente a amizade, chamando-a de desonesta, mas que, antes disso, com muito zelo e cuidado, interrogues a tua alma sobre a natureza e sobre os gêneros dela, e, caso te faltar algum dado em alguma parte de tua exposição, certamente ela se completará, suprimindo o defeito, no fim do discurso.

³⁵ Um modo mais coerente de convencimento seria o de se iniciar com humildade, com fala mansa e baixa, para, no fim, utilizar-se de um arremedo emotivo, requerendo o intuito principal, com audácia. N.t.

8. Resposta do Corpo.

(8.1) - O representante do Juiz Celestial me preceitou, como estás a escutar até agora, para que eu te interrogue sobre a amizade e seus gêneros.

Por isto, imploro-te que me respondas minhas perguntas, dividindo-as por capítulos, e, em seguida, tens de me apresentar repostas uma a uma, distintamente, satisfazendo tanto a mim, quanto as outros que eventualmente as mesmas dúvidas tiverem.

Sumarizo-as, então:

9. O que é a amizade?
10. Por que se chama amizade?
11. Qual o efeito total da amizade?
12. Sobre o amigo.
13. Sobre o amigo junto do amigo.
14. Sobre o amigo fiel.
15. Sobre o amigo igual.
16. Sobre o amigo senhor.
17. Sobre o amigo subordinado.
18. Sobre o amigo real.
19. Sobre o amigo falante.
20. Sobre o amigo repentino.
21. Sobre o amigo condicional.
22. Sobre o amigo imaginário.
23. Sobre o amigo sombrio.
24. Sobre o amigo sofista.
25. Sobre o amigo orgulhoso.
26. Sobre o amigo arrependido.
27. Sobre o amigo eventual.
28. Sobre o amigo interesseiro.
29. Sobre o amigo capcioso.
30. Sobre o amigo viperino.
31. Sobre o amigo fingido.
32. Sobre o amigo voluptuoso.
33. Sobre o amigo cego.
34. Sobre o amigo fútil.
35. Sobre o amigo ventoso.
36. Sobre o amigo de vidro.
37. Sobre o amigo por causa do inimigo.
38. Sobre o amigo férreo.

(8.2). Eis os trinta capítulos que se relacionam com as questões respectivas, de modo que eu procurarei resolvê-las utilmente com proclame da razão.

Por isto, tu, por teu turno, deves ler com atenção o que será resolvido nessas questões, porque, quando a carne não é digerida no estômago, acabamos por vomitá-la, assim um estudo rápido e volátil não permanece em nossa memória.

9. O que é a amizade?

Amizade é o efeito do poder divino, que a suma natureza executa nos anjos e nos homens, de modo que, a amizade é a rainha celestial eleita como habitando somente nos virtuosos, e que também pode ser, em alguns casos, definida do seguinte modo: “a amizade é a raiz da inocência, a propagadora da alegria total, a sinceridade da fé verdadeira, a solidez de toda alegria, o fundamento da paz, a origem de todos os bens”.

10. Por que se chama amizade?

Diz-se “amizade” justo pelo “amigo supremo”, isso é, Deus, sobretudo por Ele ser vivo e verdadeiro, e que ama o gênero humano, conferindo a cada um dos homens o livre arbítrio para que sejam capazes de também amar³⁶.

³⁶ Leiamos a citação de Cícero, em sua Carta a Lúlio Sobre a Amizade: *“Est enim amicitia nihil aliud nisi omnium divinarum humanarumque rerum cum benevolentia et caritate consensus; qua quidem haud scio an excepta sapientia nihil melius homini sit a dis immortalibus datum.”* (“A amizade não é outra coisa, a não ser o consenso entre todas as coisas humanas e divinas com benevolência e caridade, e que não conheço – com exceção da sabedoria – nenhuma outra melhor que ela dada aos homens pelos deuses imortais”). A comunhão entre os homens, respeitando-se mutuamente, é uma imagem da comunhão e da harmonia das coisas divinas, daí a amizade ser uma espécie de reflexo de Deus em nós no trato comunitário. N.t.

11. Qual o efeito total da amizade?

É impossível compreender integralmente o efeito da amizade, porque a amizade é regulada pelas coisas celestiais e terrestres, de modo que nada pode ser definido como “bem”, sem que também o seja o seu efeito.

Nota o seguinte: a amizade desconhece qualquer mácula de crime, ignora todo grau de pecado, e, por uma certa sutilidade indescritível, circuita continuamente o mundo, em um grande giro no céu.

Ela estende as palmas de suas mãos de um mar a outro, contemplando sutilmente o ausente, não sendo pesarosa com o negligente – plantando, por aqui; regando, por lá; sempre produzindo um alimento.

A amizade foge dos vícios, insere as virtudes, minimiza a soberba, amplia a humildade, eis ser sobre esta última que ergueu seu próprio trono.

Ela cresce justamente na ausência [do amigo], revigorando-se em sua presença, não sendo violada pelo ouro nem corrompida pelas moedas e pela prata nem persuadida por qualquer preço, e, [acima de tudo,] ela não está sujeita a um temor servil, permanecendo constante, junta e igualmente presente entre os homens sublimes bem como entre os abjetos.

Pois bem, são estes os efeitos da venerável amizade, sem a qual não pode existir alegria na vida presente.

12. Sobre o amigo.

Se desejás compreender o sentido de “amigo” com uma palavra genérica, poder-se-á entendê-lo em vários sentidos sendo muitas vezes gerado por ironia e equivocidade.

Explico. Ironia, como quando disse Nosso Senhor ao traidor Judas: “Amigo, a que vieste?”³⁷ Equivocidade, pois não é possível saber se faz menção ao amigo fiel ou ao infiel, pelo que se diz: “Nada é comparado ao amigo fiel”³⁸.

Nota, portanto, que este nome amigo pode ser associado, no momento da fala, com qualquer adjetivo, originando-se da frequente repetição dos mais diligentes, bem como do uso comum.

Logo, observa-se que o significado do substantivo “amigo” varia continuamente, conforme o adjetivo que o acompanha.

³⁷ Mt. 26,50.

³⁸ Ecl. 6,15.

13. Sobre o amigo junto do amigo.

O amigo que está junto de seu amigo cresce e germina, como se estivesse nascendo do próprio amigo, sucessivamente propagando-se como as vinhas da vida.

Ora, quando a raiz de uma árvore frutífera se insere nos ramos de outra, surgem novos brotos, nascem frutos exuberantes, e, da mistura doce dos bens, resulta a virtude fortíssima, os frutos passam aparecem por todos os lados.

14. Sobre o amigo fiel.

O amigo fiel é assim chamado em virtude da “fé”. Obviamente, não da “fidelidade carnal”, eis que amigo fiel, conserva a amizade ilibada, tanto nos momentos prósperos, quanto nos desafortunados.

Dos lábios do amigo fiel emana leite, mel e água. Ele é o horto completo no qual todas as sementes nascem e procriam, e do qual todos os aromas partem. Ele é a fonte selada, sempre com água limpa, pois nunca enturvada pelas adversidades dos negócios do mundo nem inundada pela pressão das aflições. Ele é mais puro que o ouro; mais radiante que a prata; e sua fragrância supera o odor do bálsamo.

Demais, é pouco o número de amigos fiéis enquanto presente a prosperidade, eis que ela desconhece a constância deles; no entanto, o inverno da fortuna sutilmente examina todos os amigos, e estes vão sendo comprovados [como amigo fiéis] no caminho da tribulação.

15. Sobre o amigo-igual

15.1. O amigo “igual” é o que sempre está na verdade equilibrada, pois o próprio adjetivo (igual) mostra-se “casado” com o substantivo “amigo”, de maneira que por esta dita conexão compreendemos uma virtude única e especial, chamada de ternária, **pela qual se comprova** que existira uma antiquíssima paridade dos amigos.

Todavia, crê-se atualmente apenas ser possível encontrarmos no mundo uma amizade de virtude binária. Por este conceito, a paridade dos amigos exige que não há nada de honesto que agrade a um dos amigos, e que, ao mesmo tempo, possa desagradar o outro, sendo que tudo que for considerado desvantajoso e vantajoso seja compartilhado por ambos. E, mais do que tudo, os amigos iguais, neste caso, devem igualmente alinharem-se pelo compartilhar das virtudes, sendo que cada um considere alegrar-se mais com o proveito dado ao outro do que a si mesmo.

Demais, não serão amigos iguais, a não ser que a condição, a idade, o ofício e a vontade deles forem convenientes a ambos, tendo em vista as suas escolhas e seus afetos.

Por exemplo, suponhamos que observássemos dois amigos viajando, sendo que um deles adiantou-se na caminhada, com intuito de obter a recompensa pela viagem, antes do outro.

Ao conseguir a recompensa antes do amigo que vinha logo em seguida, próximo a si, notando que estava mais descansado que ele, disse-lhe: “- *Reserva tuas forças, pega a recompensa, pois estás mais fatigado do que eu*”. E, então, naquele momento, o amigo que retrocedeu, entregando a recompensa, permaneceu a insistir constantemente ao outro, para que aceitasse. Pois bem, este amigo, ao refutar a recompensa, nada mais tinha dito do que toda a verdade que pensava.

No entanto, o outro amigo, aquele que recebeu a recompensa, [obviamente crendo que o motivo da ajuda nada tinha a ver com seu estado físico, mas, sim, unicamente à amizade], comentou firmemente aos que estavam próximos dele: “- *Ele me deu a recompensa, não pelo motivo que justificou, mas, sim, somente por causa da amizade pela qual estamos igualmente ligados. Apenas por isto é que aceitei a recompensa*”.

Portanto, neste caso, como vacilaram os ânimos dos homens ao explicarem a sua verdadeira intenção ao falar, acabaram nada ou muito pouco conhecendo da verdade.³⁹

³⁹ O amigo afirmou que dava recompensa para o outro, em vista de sentir menos fatigado; o segundo refutou, afirmando que a recompensa lhe tinha sido dada apenas pela amizade, e que não estava fatigado (mais do que o primeiro). Qual a verdade? O motivo da doação foi a compensação em virtude da fadiga alegada ou a pura amizade e desinteressada? N.t.

15.2. Ouvi dizer que na Grécia – naquele tempo em que formava um estado com a cidade de Tróia – um certo Clíope assassinou o filho do rei e a sua esposa. Pois bem, ele foi levado preso, conforme manda a lei, dada ao tribunal.⁴⁰

Então, enquanto todos celebravam as lamúrias do lamentável funeral, o presidente da *demo*, que estava a conduzir o julgamento, determinou a sentença capital para o réu.

Aconteceu que Evero, pessoa que detinha a dita “amizade igual” com o condenado, vendo que tinha sido decretada a sentença irrevogável de morte, disse em voz alta, ainda que inocente: “- Ai! Por que matarás este homem e me deixarás de lado? Eu fui mais réu do que ele na preparação do homicídio cometido”.

Por consequência, diante de tal comentário, Evero teve rapidamente suas mãos amarradas, sendo levado para a degola. Quando o degolador estava a executar seus trabalhos cruéis em ambos, disse o inocente ao condenado: “- Quem sem ti não poderá viver, também sem ti não poderá morrer”. Ambos então foram degolados.

15.3. Nas histórias dos gregos, acerca deste mesmo tema, lia-se que, no tempo de Alexandre Magno, Megaônides e Filadelfo eram conjugados pela amizade igual.

Assim, quando Megaônides foi levado ao patíbulo, por causa de uma acusação de homicídio, Filadelfo afirmou que somente ele seria o verdadeiro réu do crime negado fortemente pelo condenado.

Para solucionar o problema, Alexandre resolveu julgar, por meio da promoção de um duelo entre os dois, no qual, aliás, deu-se tão grande crueldade na luta, que todos ficaram em desespero, prezando pela saúde dos dois combatentes, diante dos golpes dados.⁴¹

Não obstante a luta, aconteceu de o primeiro destes combatentes, tomado como culpado desde o início, fosse levado ao patíbulo. E neste momento, Alexandre, tocado pela amizade inaudita e admirável dos dois, julgou que toda diligência deveria ser posta sobre ambos, permanecendo-os em custódia do Estado, e, então, em seguida, os pôs em liberdade. Isto nunca fora lido nas histórias “oficiais de Alexandre”, isto é, a de dois amigos que (por sua amizade) tão grande graça tinham recebido de Alexandre.

⁴⁰ Passagem do amigo que se sacrifica pelo outro. Nada obstante a figura de linguagem de uma amizade que muito se desaproxima das experiências atuais, das amizades “utilitárias”, o modelo dado pelo autor é o de uma amizade em atos, e não apenas em palavras. Não podemos nos esquecer de fortíssima remissão ao Banquete de Platão e à Ética a Nicômaco de Aristóteles, quando ambos tratam da relação de amizade pautada por atos e por sacrifícios. N.t.

⁴¹ No sentido de que “quem vencesse” teria a honra de ser o condenado, salvando o amigo: “- vencer para perder a vida em pró de outro”. N.t.

16. Sobre o amigo-senhor.

O amigo que tem o poder de senhor transcende essa relação de grau hierárquico, eis que a amizade ignora tal gradação, e, por isto, falarmos em um “amigo” que é “senhor” (na amizade) parecer-nos-ia uma contradição “em termos” [ou aparente].

No entanto, nada obstante raros, existem alguns amigos e senhores, os quais, ademais, conversam familiarmente com seus subordinados.

Ressalto-te que há de ser cuidadoso com o amigo-senhor, eis que ele [normalmente] deseja tomar para si tanto o que lhe pertence (o seu) como o que pertence a ti (o teu), de modo que te aconselho a raramente dar a este tipo de amigo tal opção (de escolher o que tu desejas para ti e o que ele deseja para si), porque não podes pensar em secar as próprias mãos de quem deves pessoalmente lavar os pés.⁴²

⁴² Proposição presente em Aristóteles: da impossibilidade de existir amizade entre pessoas desiguais, eis que apenas na igualdade moral é que haverá a relação por puro desinteresse. N.t.

17. Sobre o amigo subordinado

O amigo subordinado é obrigado a servir ao seu “amigo” senhor, já que esta subordinação provém da declinação de grau irregular entre ambos.

No caso, como o substantivo opõe-se a um consórcio com o adjetivo, então estamos diante de uma inclinação própria sofrida por este nome “amigo”.⁴³

⁴³ Inclinação semântica, no sentido de ἐγκλίνω (ênclise), eis que o nome “amigo”, no instante em que se aproxima do adjetivo “subordinado” ou “submetido” acaba matizado por um sentido contrário ao conceito aristotélico de amizade entre “iguais” (lembro que é a mesma construção ocorrida no caso do “amigo senhor”, complemento necessário para o entendimento do “amigo subordinado”). N.t.

18. Sobre o amigo real⁴⁴

O amigo real recebe este adjetivo “real” (de “res, rei – coisas”), pelo fato de que ele se serve livremente de dar as suas coisas e outras para seus amigos.

No entanto, diante da natureza desta espécie de amizade, deves compreender estes “amigos reais”, por meio de um grau de aumento ou de diminuição, e assim hás de julgar segundo a presença de mais ou de menos coisas por ele doadas.

Com efeito, alguns doam uma túnica sem manto; outros, cavalo sem cela; uns, bolsas vazias ou facas sem bainha. Nota, portanto, que é a quantidade das próprias coisas e o afeto pelo qual o amigo as dê a ti que te indicarão claramente a diversidade delas.

⁴⁴ “Reali Amico”, de “res, rei” (coisa), no sentido de se considerar o amigo que livremente concede coisas para o outro. N.t.

19. Sobre o amigo falante.

19.1. O amigo falante apenas serve aos amigos por sua voz, eis que ele diz: 'Oh, que probo é este conde, soldado, quão generoso e agradável, e como refloresce neste exército!'. Ou também diz: 'Oh, quão bom clérigo é esse que vejo, quão letrado, como brilha a honestidade de seus costumes!' Assim que todos os amigos dos "falantes" são honrados por segundo suas dignidades e postos.

Acontece que os cães, as aves, os filhotes de gansos que são vendidos no mercado também podem ser honrados do mesmo modo que são aqueles honrados pelo amigo falante.

Quando o amigo falante depara-se com um amigo chegando de viagem de parte distante, mal se levantando de seu assento, rindo por dentro, lhe diz: '- Amigo, há quanto tempo estás ausente! Dou graças a Deus que conseguiste retornar para tua pátria! Percebo que estás bem, por isso estou, agora, muito mais feliz!'. Todavia, se ocorre o oposto, diz-lhe: '- Muito me entristeço com o teu infortúnio, porém, neste instante, alegro-me que estás aqui'.

Justamente nas cidades e nos grandes centros comerciais existem muitos amigos falantes que vagam, cruzando fronteiras, de castelos e vilas, e recebem dos amigos graciosos presentes, mas, quando um destes amigos depois o encontra, ele [imediatamente] delicadamente abraça-o e lhe fala com uma voz mansa: '- Como tu estás bem! Como tens passado? Tua esposa está bem? E teus filhos, gozam de boníssima saúde?'

Ou, em outras situações, vi um deste tipo perguntar: '- Quando ireis casar com Isabela? E, em seguida: '- Onde estais hospedados?' A resposta: '- Estamos hospedados na casa de Semprônio'. E exaspera-se, dizendo: '- Fico realmente surpreso de não terdes sido dignos de vos ter hospedado, em minha casa, pois, quantas vezes quiserdes, podeis vir aqui hospedar-vos'.

Porém, caso a resposta tenha sido outra, a saber: '- Por hora, não estamos hospedados em lugar algum.' Certamente responderia o seguinte: '- Vou ajudar-vos: podeis ser hospedados muito bem na casa de Tito.' – ou: '- Ide e acomodei-vos no alojamento que vos ofereço; ide à minha casa; quanto a mim, infelizmente, não posso ir convosco, pois estou cuidado de negócios urgentes!' Então, ele diz a um dos que o acompanham: '- Oh, quão tu és cuidadoso quando livremente me acomodas em tua casa.' E assim, de um mesmo modo são honrados os clérigos forenses e os moradores das vilas.

Ademais, a maioria dos mestres e dos escolares são denominados justos amigos desta espécie acima explicada, eis que, quando um deles encontra outro, nunca deixam de saudarem-se mutuamente, mais ou menos do seguinte modo:

'- Salve, queridos colegas!' – E, então, com aspecto de grande felicidade, movendo sua cabeça e sorrindo, completa seu discurso, abrindo sua boca: '- Por que não vindes até minha casa? Sabeis que estou em inteira e em total disposição para vós; em benefício vosso, estou pronto e devo agir com total

dedicação a meus amigos'. E, então, respondem-lhe: '- Sabemos bem de tua gratidão para conosco, eis que sempre tivemos contigo vínculo próximo de indissolúvel amizade'.

Pois bem, por acaso, não te recordas de que prontamente sabes tais convites serem rasteiros e mentirosos, quando tu - estudante ou professor - encontras esse tipo de "amigo falante", que frequentemente te convida para comer e banquetear, pois age o "amigo" com engodo, com uma segunda intenção? Não te recordas que, se, no fim do dia, depois de tanta insistência do amigo tagarela, resolves fingir ter concordado em acompanhá-lo e, sem delongas, dá-se o rugir do espírito do tagarela, o que se prova pela mudança de cor de sua face, revelando o terrível suspiro de seu íntimo, [no instante em que se deparou inesperadamente com a concordância com o seu falso convite?]

Mesmo pensamento dar-se-ia no exemplo de um soldado a quem sempre conferisses presentes oportunos e convenientes, e que frequentemente te dissesse, após receber os presentes: '- Por que não me desafia? Por que não pões à prova minha humildade e fidelidade para contigo?' E, nesta linha, continuava: '- Rogo a Deus que te inspire em dignificar, pedindo-me qualquer favor!' Pois bem, depois de assiduamente este soldado te ter repetido incessantemente as mesmas palavras, acabaste por resolver requerer que te emprestasse um cavalo, para poder dirigir-te para a cidade de Galera. Acontece que este 'amigo tagarela', no instante do pedido, te responderia o seguinte: '- Peças a outro, pois, neste momento, nenhum de meus cavalos posso disponibilizar nem a ti nem a qualquer outra pessoa'. E com esta mesma resposta procederia em oportunidades futuras, respondendo negativamente a todos os outros pedidos que a ele direcionasses.

19.2. Sendo assim, há muitos amigos falantes que, com grande insistência, convidam várias pessoas para o almoço ou para o jantar, e que, com muita relutância, oferecem não mais que um copo de água gelada. E eles repetem por muitas vezes a seguinte frase: "- Digo-vos que não estou apenas a livremente servir-vos, com todo amor, mas também a vossos gatos e cachorros".

Há também infinitos amigos falantes que convidam seus amigos de outro modo, a saber, com premissas interrogativas ou condicionais, por exemplo: "Caso vos tivésseis estado conosco, nós teríamos ficado muito felizes"; ou "Por que não estais conosco?"

Não há dúvidas de que o convite "condicional" de hospitalidade afasta o amigo, e aquele formado por uma oração interrogativa implica repulsivamente em um intento negativo de receber o outro. Todavia, os pobres e os necessitados são coagidos – pelas circunstâncias – a serem amigos falantes, eis que não são capazes de expressar sua verdadeira opinião, até porque, apenas se fossem ricos, é que lhes caberia permanecer na mesma situação que condenamos acima, [das falsas promessas pelos falantes.⁴⁵]

⁴⁵ O pobre é obrigado a, no máximo, se utilizar de frases "condicionais" que, na prática, são falsas, como, por exemplo: "- Se tivesses vindo aqui, terias comido bastante!" Ora, não possuindo condições para fornecer a refeição prometida no passado casual, resta-lhe apenas acomodar-se com o amigo, dizendo-lhe que o teria agradado, se tivesse dada circunstância ocorrido (uma mentira em vista da sua realidade). N.t.

Os amigos falantes, em resumo, dão conselhos a ti, mesmo nunca os tendo requerido e, também, muitas vezes, comentas sobre teus atos, às vezes elogiando-os; outras, criticando-os ferozmente; elogiando-te por tua grandeza ou criticando-te por tu avareza.

Sabe-se, então, que todo amigo falante é similar a um saco de ar que vai enchendo, até estourar. O amigo falante promete muitas coisas, mas não cumpre nenhuma delas. Age justamente como se estivéssemos a encher um saco de vento, eis que, uma vez o saco, inchado de ar, quando estoura, o vento dele sai, com força, fazendo um grande barulho. O amigo falante também rapidamente, como o turbilhão de ar do saco, sai rodopiando e vai enfraquecendo, até desaparecer, reverberando, esvaziado de suas mentiras.

20. Sobre o amigo repentino

O amigo repentino é aquele que toda vez que encontra seu “amigo”, abraça-o, prometendo-lhe muitos presentes, e dizendo-lhe gentilezas, tais como: ‘Eis que porto comigo uma coisa precisamente para te agradar!’ Ele, então, vai com seu amigo, acompanhando-o para aqui e ali, gira por diversos lugares, mas, na verdade, não quer servir para nada.

Acontece em várias situações este tipo de amigo aparecer, diante de príncipes, de altos prelados da Igreja, de chefes militares e de senhores conhecidos, prometendo-lhes a mesma coisa que os amigos falantes costumam.

Por isto, podemos chamar os amigos repentinos de “escolares”, eis que, após passarem certo tempo em uma vida dedicada de estudos, acabam acompanhados por seus cavalos que [levam suas coisas], após o fim dos estudos ou a sua promoção para assumir um digno cargo.⁴⁶

⁴⁶ O estudante “acompanha” o cavalo, não por virtude deste último (que, com o primeiro, “giram por todos os lados”), mas, sim, por interesse. Na esteira de Cícero (*Laelius de amicitia*), o autor faz forte crítica à amizade fundada em mero interesse. N.t.

21. Sobre o amigo condicional.

O amigo condicional é aquele que não serve a um “amigo” que não tenha condições, isto é: ‘- Se me deste, eu te darei; se nada me concedeste, negar-te-ei’. E continua: ‘- Que tu resolves se queres ser meu amigo, ajudando-me, quando eu necessitar, pois, de outro modo, que cada um viva por si: tu, com tuas coisas, e eu, com as minhas.

Um estudante tinha um *código* sem correção, e pediu para um amigo ajuda, requerendo o livro deste para poder completar o seu. Depois de lhe fazer o pedido, escutou a seguinte resposta: ‘-Ontem, queria poder ter corrigido o meu *digesto*, mas tu, sem qualquer razão, não me permitiste ver o teu já corrigido. Portanto, admiro-me muito de não te envergonhares por estar hoje me pedindo o meu *código*. Ora, quem não quer ser amigo, quando o bem de si provém, não há de sê-lo, quando o bem lhe convém, pois, como, ontem, o favor não veio de ti, hoje, nada te devo’.

22. Sobre o amigo imaginário

O amigo imaginário é o que nunca viste, mas, a despeito dito, tu o amas, pois a imagem dele te dá fama, de modo que recomendas que deves sempre crer nesta amizade para te favorecer.

No entanto, sem dúvidas, tu sabes que uma amizade deste tipo evanesce frequentemente, sendo ligeira, como um aborto que ocorre logo após o parto.

Além disto, como não se pode saber de que cor será um animal, antes de seu efetivo nascimento, também muitos parecem ser amigos, antes de se alcançar a familiaridade e a convivência contínua, sendo que, uma vez deparando-se com novos atos de convivência, estes vão se convertendo na bile mais amarga.

23. Sobre o amigo sombrio.

23.1. O amigo sombrio, sob o véu e a sombra de sua “amizade”, dedica-se a dar presentes e agrados a várias pessoas, até que se ponha às claras sua verdadeira intenção.

Muitas pessoas podem ser claramente denominadas de amigos sombrios por estarem infectadas com a doença da “dignidade” [dos cargos públicos⁴⁷], e, então, antes de receberem a tão desejada promoção, ocultavam os venenos da fraude e da avareza, prometendo presentes e dinheiro a esses com quem estão acostumados familiarmente a conversar.

Pois bem, não pretendo dissertar mais sobre as ações dolosas e enganosas deste tipo de amigo, eis que a tua própria experiência deve ter sido suficiente para te instruir sobre elas. Até porque qualquer pessoa [com essa pecha e] que se nomeie teu amigo, ao alcançar um posto importante, não se comporta com os que os antecederam, mas, uma vez alcançado seu intento, assumindo o alto posto desejado, imediatamente atira-se para o fogo de Caifás junto com outros que possuem posto semelhante ao seu, e não enrubesce de vergonha alguma se trai com um beijo seu amigo, alegando [que não cumpre os deveres de amizade] por conta de [falsos] impedimentos e diversas desculpas.

23.2. Assim, todo aquele que, prostrado na altitude de seu cargo, infla o saco da soberba, passa a não se lembrar de mais ninguém, a não ser de seus mais próximos parentes, filhos e netos, ou outros que estão habituados mitigar o fogo de sua loucura ou de prender um búfalo com rede⁴⁸.

Além disso, tu não podes impedir esta espécie de amigo eventualmente de permanecer mais triste, tendo em vista apenas o sofrimento que as palavras lhe podem causar.

Se ocorreu somente a ti ou se estivermos diante de um caso esporádico é uma coisa, mas, se acaba por receber apoio de diversos companheiros, cujas vozes de lamento ressoam nas alturas, então ocorre consigo o inverso: enquanto normalmente as várias vozes em defesa do injustiçado convertem as pessoas indignas em dignas, essas, por seu turno, quando direcionadas ao amigo sombrio tornam de fato miseráveis as pessoas a quem o discurso de defesa é dirigido.⁴⁹

⁴⁷ O texto original não contém “cargos públicos” (“*multi qui sunt lepra dignitatis infecti*”), mas o sentido é justamente o vício das pessoas que, exercendo funções públicas (geralmente “políticas”), acabam vivendo a elogiar a todos, visando ao “bom aceite social”. Esta também foi a leitura do tradutor em língua espanhola: “*muchos que están afectados por la enfermedad de los puestos de importancia*”.

⁴⁸ A amizade interessada dos que adquirem altos cargos. Permanecem com a amizade por utilidade familiar, parentes próximos – e a amizade com outros que são uteis por minorarem seu nervosismo constante (*mitigar o fogo*) e por trabalharem em seu benefício, em tarefas árduas (*prender um búfalo com rede*). Adaptei as duas passagens, na esteira do que também fez o tradutor, em língua espanhola: “*mitigare consueverat furorem vesani et ducere bubalum in plagellam*”. N.t.

⁴⁹ O amigo sombrio é utilitário, e, por isso, quando várias vozes se levantam para defendê-lo de uma acusação de indignidade, dá-se o inverso, a defesa em conjunto torna-se acusação cediça N.t.

Por fim, se tu te deparas com alguém que não está aberto a quaisquer barganhas, então, resta que ponhas uma pedra no monte de Mercúrio ou risque marca semelhante na tabela⁵⁰ para que não se perda um mínimo sinal de milagre. Mas tu deves crer e não desistas de ter esperança de que a famosa liberalidade do Conde Nicolau de Castelo Novo, diante de sua ascensão nesta dignidade pública, não possa nem deve ser alterada, o que eventualmente até poderia ocorrer. No entanto, caso depreenda-se com essa mudança, digas: “- A fênix é animal único e o pinho converte-se em ébano que não pode ser consumido pelo fogo”.⁵¹

23.3. Os estudantes também são amigos sombrios, se conseguem ser promovidos ao magistério. Eis que, quando estão sendo educados, sob o peso dos castigos e do chicote de alguns mestres, prometem mares e montes a eles, repetindo incessantemente lisonjas e promessas, mas, após ascenderem em suas cátedras magistrais, expelem seus venenos, que, até então, latiam ocultamente em seus corações, e não desistem de iniciar suas críticas, sempre buscando alcançar a ruína e o vitupério deles, agindo, então, com todas as suas forças, [expondo-os ao ridículo] em diversas obras.

Também assim age o amigo sombrio que “arde” de amor pela bela filha, pela esposa, pela irmã, pela cunhada ou pela sobrinha de seu “amigo”, já que, neste caso, logo começa a servi-lo com todas as suas forças, pois observa não existir outro jeito de conquistar a mulher desejada, adimplindo o seu propósito, [a não ser com seus favores e com sua falsa amizade.]

Justamente por isso, sob essa “sombra” [de falsos favores e mentirosos louvores], persiste essa amizade fingida, e, então, podes facilmente chamar de sombrios muitos amigos que se encontrem neste gênero de amizade.

⁵⁰ Refere-se ao ato de promover trocas com o Deus Hermes, diante de uma situação impossível (“só resta tentar pedir favor ao Deus Hermes”), sendo que o significado de Hermes: “monte de pedras”, devido ao hábito dos seus adoradores buscarem o favor deste Deus, e cada vilarejo, nas devidas encruzilhadas, inseria uma pedra em um monte, representando a divindade. Doutro lado, o “fazer uma marca semelhante na tabela” é expressão usada no tempo do autor, pois, para ensinar as crianças a escreverem, usava-se de se repetir por várias vezes (a mesma marca) nas lápides (tabelas). Também, aqui adiantamo-nos à situação de imutabilidade da opinião de outro, restando-lhe o desejo de repetidamente escrever nas tabelas, esperando um milagre. N.t.

⁵¹ Boncompagno trabalha com exemplos didáticos para explicar o tema da amizade útil. Diz-nos de um conde que, assumindo o cargo, diante da sua nobreza, é de se esperar que não mude seu comportamento com os amigos de antes. A nobre hígidez: - que seja justo como uma “fênix”, animal único e que sempre renasce do “mesmo modo”, ou que mude para melhor, com o pinho (que pode ser destruído pelo fogo) tornar-se ébano, madeira nobre e escura, resistente ao ardor das chamas. N.t.

24. Sobre o amigo sofisticado

24.1. O amigo sofisticado é aquele que fala sofisticadamente e de nenhum modo enrubesce ao mentir, porque é quem vende o “latão hispânico” por ouro, ou terebintina⁵² por bálsamo.

Logo, eu digo que, em geral, qualquer pessoa que cientemente vende uma coisa falsa ou permite que ela seja vendida a outra pessoa que nele confia, deve ser chamado de amigo sofisticado.

Assim, por exemplo, agiu um sujeito que, com uma neta coxa e de pequena estatura, sendo, portanto, incapaz de encontrar um marido, obrigou-a a usar sapatos com salto muito alto, bem como, não permitiu que caminhasse, movendo-se de seu lugar no salão. E foi assim, com esse sofisma, é que conseguiu iludir duplamente seu amigo, [tornando-o imediatamente o noivo].

24.2. Mesma coisa fazem as mulheres que enfeitam sua cabeça com perucas e adornos postiços. E também aquele que escondeu o asno que tinha emprestado e, em seu lugar, comprou um feixe de couro de cor similar à do animal, encharcando-o com sangue, e, então, levando-o para o dono, reforçando firmemente em lamento que o referido asno havia sofrido uma morte repentina. E, então, recebe uma resposta: “- *Pare de chorar, pois a mim não convences desta tua história de acidente!*”

24.3. Os amigos sofisticados ainda podem ser encontrados entre os comerciantes, sobretudo entre os vendedores de perfumes e de especiarias, entre os padeiros e os que vendem seus produtos pesando-os com balanças, pois este nunca ou quase nunca exercem seus serviços de mercancia sem os sofismas.

⁵² Solvente que gerava engodo ao comprador, confundindo-o com bálsamo. N.t.

25. Sobre o amigo orgulhoso⁵³

O amigo orgulhoso é aquele que “ergue o nariz” e, rijo em espírito, permanece altaneiro⁵⁴. Por isso, qualquer que seja a sua amizade com a qual se depare, ele se esforça por superar todos com sua arrogância, de modo a desfazer de seus amigos, afastando-se de todos, e criticando os costumes dos demais que lhe cercam, enquanto enaltece os seus.

⁵³ O autor fala-nos em “*De Superstitioso Amico*”. Eis que estamos diante de um adjetivo que indica natureza superior do amigo – ou, ao menos, um pensamento de que se sinta melhor do que os outros, mas, de fato, não o é, justamente pela concepção aristotélica de “amizade” pautada em um íntimo sentimento igualitário. N.t.

⁵⁴ É quem permanece em grande altura. N.t.

26. Sobre o amigo arrependido

26.1. O amigo arrependido é o que, em um primeiro momento, efervesce [em sorrisos e elogios], mas, logo em seguida, amorna-se, para evaporar-se por último. E é assim porque, para ele, tudo o que, [em nome da amizade,] começa como um forte desejo, acaba abandonado como vergonha. Muitas vezes, no obséquio aos amigos, mostra-se como água fervente, e, depois, paulatinamente, passa a retroceder como um caranguejo, e seu amor ao propósito [prometido ao amigo] torna-se mais frio do que gelo.

26.2. Havia dois amigos. Um deles propusera que desejava peregrinar para a catedral de Santiago, e, então, o seu amigo arrependido lhe prometeu prontamente: “- Sem mim, não irás, pois não posso permanecer por aqui sem ti. O que mais eu deveria fazer?” Justo por isso, preparou seu testamento, gastou com a aquisição de todos os preparativos necessários e iniciou a jornada com seus companheiros. Porém, após dois dias de viagem, disse-lhe o amigo arrependido: “- Tenho de retornar!” E iniciou prontamente a jornada de volta. Satirizado pelos companheiros, resolveu seguir alguns peregrinos, afirmando para seu amigo o seguinte: “ – Esperarei por ti aqui, pois resolvi não ir para Santiago, e não quero retornar para minha casa por vergonha.

26.3. Outra vez, eram dois amigos que cortaram lenha juntos. O amigo arrependido, então, disse: “- Façamos um barco com esta madeira!” Diante disso, responde-lhe: “- Que se faça como queiras, amigo.” Então, no dia seguinte, o amigo retrógrado se arrepende, dizendo: “- Acho que é mais útil, primeiro, fazermos dois remos com esta madeira do que o barco.” A concordância do amigo foi imediata, mas, pouco depois, retoma o amigo arrependido: “- Pensando melhor, é estultícia construir barco ou remos, deveríamos, na verdade, construir casas e prensas⁵⁵ que são mais [úteis e] valiosas”. Diante da nova desistência, o amigo repete: “- Tudo bem, concordo contigo!” [Sem embargos, o amigo arrependido muda de novo:] “- Acho que não, para mim é certo que nos será mais útil construir o barco do que qualquer casa”. Pois bem, veja que o amigo arrependido sempre concorda com todas as manifestações de vontade do outro, mas nunca permanece firme em suas decisões.

⁵⁵ Boncompagno fala-nos de “turcularium”, ou seja, o mecanismo de madeira construído para prensa da uva e retirada do suco com posterior fermentação, na produção de vinho. N.t.

27. Sobre o amigo eventual.

27.1. O amigo eventual é aquele que “gira” como uma roda e julga conforme o caso, ora segundo os de Roma, ora os de Constantinopla.

27.2. Não faz muito tempo que presenciei várias pessoas, de Cápua a Salerno, que, em um domingo, apresentaram-se, diante dos soldados do Rei da Sicília, portando consigo frondosos ramos de árvores e lindas flores, clamando em alto e bom som: “- Viva Tancredo, rei da Sicília, e que morra o imperador Teotônico!” Entretanto, justo na segunda-feira, um dia depois, quando deu-se a fuga dos soldados do rei, por força do exército do imperador, as mesmas pessoas prontamente correram ao encontro dos soldados do Império, proclamando, na mesma altura: “- Viva Henrique, imperador dos romanos...viva, viva e morram os sicilianos!”

Posso trazer à tona inúmeros exemplos semelhantes em que presenciei os ditos “amigos eventuais”, eis que são comumente encontrados, em todas as espécies de negócios.

28. Sobre o amigo interesseiro.

28.1. O amigo interesseiro é generoso, sobretudo por meio de sua própria cortesia, mas, no fim, espera receber em dobro, como fazem os espoletanos, levantando ao alto os escudos e ornamentos aos príncipes, aos prelados eclesiásticos e aos soldados que passam, esperançosos de, com isso, receberem, não apenas o preço combinado por seus serviços, mas vários outros presentes, além do que esperavam.

28.2. Há, nesta linha, amigos interesseiros que dão elefantes e camelos, cavalos, ursos e diversas espécies de bestas selvagens e de aves; há amigos interesseiros que oferecem anéis, braceletes ornamentados e todo tipo de instrumento feito de metal valioso; há os que dão casacos, almofadas grandes e as finas para descanso do pescoço, bem como peles e roupas de todo gênero; há os que preferem dar bálsamos, púrpuras, musgos, noz moscada e índica, cravos entre vários outros aromas e temperos com mesmíssima cortesia. Pois bem, muitos deles acabam tendo seus desejos premiados, sendo que diverso com frequência recebem em troca muitos presentes.

Doutro lado, quem oferece roupas de dormir, leves camisolas a seus convidados para pernoitarem em sua casa, não é amigo interesseiro, pelo contrário, neste caso, ele mostra-se cumprindo seu dever de ajuda a alguém necessitado.

29. Sobre o amigo capcioso.

29.1. O amigo dito capcioso é o que frequentemente persuade o outro a certas atitudes, puxando-o como se usasse um laço, e, por isso, não sei se há como não o julgar um histrião, que pode, sem dúvidas, ser comparado a um cão.

Isso porque o cão agita a cauda e lati com entusiasmo para quem lhe mostra pães e ossos, e assim fazem os pastores que os usam com mui zelo para cuidar de suas ovelhas. O histrião, de modo semelhante, apresenta elogios, mostra-se respeitoso e exalta o próximo de quem se lembra de já ter recebido ou que ainda anseia por receber favores, assemelhando-se “algumas vezes” ao cão citado.

Digo “algumas vezes”, [e não “sempre”], pois, enquanto o cão, ao receber a comida dos pastores, às vezes as consome e, em outras oportunidades, após consumi-las, não as digere e as vomita, não há presentes dados aos histriões que lhe causem qualquer indigestão.

O cão ladra para o rei, o histrião aproveita-se dos virtuosos; o cão agradece pelas sobras e pelas porcarias, o histrião se inclina diante de arreios, e, de certo modo, parece-se com uma meretriz, sempre dispondo-se para quem lhe ofereça mais.

29.2. Podemos denominar de amigo capcioso o sujeito adulator, por exemplo, um eventual hóspede, que sutilmente aproxima-se de determinado bem [– presente na cada do “amigo-vítima” –], ansiando por tomar posse para si, e, então, usando de palavras persuasivas, convence o proprietário de lhe dar o desejado.

Não poucas vezes, o amigo capcioso age com maior engenhosidade, extorquindo sua vítima, ao manter, em sua casa, lindas mulheres, utilizando-as para fazerem carícias e afagos no amigo-vítima, e, não raras vezes, convocando, para esta torpe atividade, suas próprias filhas e sua esposa. Justo por isso, com o “laço de Vênus”, busca sagazmente “pescar” [os favores, as vantagens e os bens] de seus amigos.

29.3. Podemos, por fim, acima de tudo, denominarmos de amigo capcioso o adulator, sendo que muitas mulheres são amigas desta espécie, porque estão sempre próximas dos que caçam os corações e o dinheiro dos incautos⁵⁶

30. Sobre o amigo viperino⁵⁷.

30.1. O amigo viperino é o que fere com sua cauda envenenada o próximo como um escorpião.

Tenho certeza que tu já tiveste muitos amigos viperinos que te afagavam, levando a tua cabeça a doçura do leite e o azeite da adulação, justamente na presença das outras pessoas, mas, após dar algumas voltas, afastada a comitiva, levantavam o nariz presunçosos, convertendo os sorrisos em testas

⁵⁶ **Boncompagno utiliza-se** de linha satírica, trazendo-nos a figura de uma mulher suficientemente capaz de, com seus dotes e beleza, aproximar-se de um “bom partido”, um rico senhor, para, com isso, subir na vida. Por óbvio, não se trata de uma leitura generalista, sobretudo diante da participação da mulher como “centro moral” de toda filosofia cristã, não correspondendo a qualquer “preconceito” ou “estigma” feminista N.t.

⁵⁷ “Viperino” é referente ao veneno da víbora. N.t.

enrugadas, dizendo: “- Esse Boncompagno vem se dedicando a este ditame há muito tempo, por isso, não nos admiramos que ele saiba confeccionar simples cartas ou se já memorizou alguns ditados, [é um sábio no que faz, decerto!]”. E um desses amigos viperinos completa, da seguinte maneira, ao observar um suposto vício nele: ‘- vou além: antes de tudo, digo que o que mais me causa admiração em relação a este senhor é que ele nunca estudou teologia, direito canônico ou civil nem ciência física, mas, ainda assim, trata de ensinar qualquer faculdade como se fosse erudito em todas’. Na sequência, outro amigo viperino responde: “- Sem dúvidas, já ouvi falar que este senhor continuamente tem atuado, divulgando seu trabalho, por sua arte reconhecida, mas por meio do conselho de espíritos imundos.” E um terceiro reitera: “- Não se pode negar que seja capaz de realizar coisas grandiosas, no entanto, é intemperante e supersticioso, porque, algumas vezes, apresenta-se com roupas caras de seda, púrpura e dourada, mas, em outras, aparece como um mendigo, de forma abjeta e com a vileza de seus andrajos”.

E, se alguém responde: “- Digas o que quiseres, mas sei que não existe homem vivo que saiba melhor se acomodar aos costumes de todas as pessoas do que ele!” Mas em demora, um amigo viperino retruca o elogio: “- Ah, ah, não conheces esse homem como eu, não sabes o que ele faria em busca de uma bela mulher!” E, continuando, aliás, com muitas outras ofensas.

De fato, esse é o costume dos detratores que, quando não são capazes de criticar o conhecimento [de quem odeiam], convertem seus discursos sobre [supostos] hábitos desonestos [que “observam” no injuriado], misturando-os em um mesmo discurso⁵⁸.

Por essa via, o amigo viperino, no momento em que te encontra, com seus braços abertos [e com um largo sorriso], te saúda, dizendo: “- Oh, fonte insaciável de sabedoria e glória⁵⁹ dos filósofos!” Sem embargos, recomendo que, nesses casos, te cuides, pois, ao mesmo tempo em que faz continuamente tantos elogios, ele franzi seu nariz ou entorse seus lábios em leve sorriso, dobra língua ou pisca rapidamente um de seus olhos, executando um ridículo movimento, mexe a cabeça de um lado para o outro, como se estivesse negando o que diz, ou, como um histrião (que é!), realiza certos movimentos com as mãos e com os pés que indicam um escárnio traiçoeiro.

Sobre estes gestos corporais e interpretação dos movimentos [o mentiroso], creio que não é momento para tratar com mais profundidade, eis que sobre este conhecimento já escrevi um livro específico: “Sobre os gestos e os movimentos dos corpos humanos”, no qual, pelo conhecimento humano ali ensinado, se bem

⁵⁸ Os detratores, amigos viperinos e venenosos, incapazes de negar as virtudes de quem desejam injuriar, têm de admiti-las, mas, simultaneamente, tratam de difundir os defeitos do “amigo”, a fim de misturar virtudes com vícios. Com essa mistura, deturpam a imagem do ofendido, minorando suas qualidades positivas e, unilateralmente, buscam a transmissão à sociedade apenas dos aspectos viciados, como se o indivíduo, para ser valorizado, tivesse de ser perfeito. Essa prática de deturpar as virtudes, majorando os defeitos (ainda que mínimos, perto das virtudes) é tática constantemente utilizada pelos meios de comunicação da atualidade N.t.

⁵⁹ “*Corona philosophorum*” que, na literalidade, seria “*coroa dos filósofos*”. No entanto, na perspectiva metafórica, sentido retórico do trecho, optamos por substituir “*coroa*”, por “*glória*”. N.t.

aprendido pelo leitor, saberás não se iludir com as várias pessoas que, [com suas táticas retóricas], tentam [continuamente] te iludir.⁶⁰

30.2. Sendo assim, o amigo viperino vive a afanar a mim, a ti e a qualquer pessoa com sua persuasão enganosa, e, em toda parte, trata continuamente de buscar agradar amigos e inimigos com adulações traiçoeiras.

Com muita frequência, no entanto, os que foram inimigos, mais facilmente percebem os malfeitos e as falsas promessas do viperino, eis que todas as pessoas que, com muito esforço, alcançam a felicidade, são sempre acompanhadas por amigos viperinos, em suas escolhas e em qualquer um de seus ofícios.

⁶⁰ Pesquisas entre os vários comentários e traduções sustentam que a obra referida no trecho foi perdida. No livro X, de *Rota Veneris*, Boncompagno resume algumas destas observações sobre a análise do movimento corporal de quem fala e que indicam potencial mentira no discurso. Sem embargos, Boncompagno antecede inúmeros estudos “modernos” de análise corporal, desmitificando os responsáveis por obras famosas e “best sellers” como *O Corpo Fala*, como os “descobridores da roda”. N.t.

31. Sobre o amigo fingido.

O amigo fingido põe bastante comida em uma arapuca para que consiga fazer cair a presa indefesa em uma delas, eis a malícia dos que dele se escuta, sendo chamado de “cheio de enfeites”, porque, tal como uma mulher que aumenta sua beleza sofisticadamente, usando enfeites, o amigo fingido expõe a “brancura” e a “vermelhidão” do amor, para que o enganado creia ser verdade, tanto o conteúdo do que diz, como a maneira como apresenta.

Estes amigos dizem coisas desse tipo: “- Todos sabem que eu amo o marquês e sou unido a ele, por uma linha de consanguinidade, no entanto, não posso negar estar disposto em relação à verdade, a saber, que, sem dúvidas, ele conduz mal seu exército e fugiu desonrosamente do campo de batalha”. E também proferem essa espécie de discurso: “- Roberto é um ótimo navegador, mantenho consigo vínculo de sangue, no entanto, não posso me escusar de confirmar termos ficado prestes a naufragar, tudo por culpa, por equívocos e por confusão dele! Ele não parava de confirmar, quando o vento soprava contra as velas: “- Mantenha a direção da Ursa”. E, por acaso, não ocorreu que, avançando justamente para o lado contrário, firmemente empenhou-se em alcançar o porto, crendo estarmos próximos a Brindes, quando, na verdade, pouco nos distanciávamos de Chipre?”⁶¹ Ademais, eu queria cortar a antena maior, antes de levantar a vela, para que aliviasse a proa com cordas de esparto, mas ele totalmente se recusou a assim proceder.

Em outras oportunidades, vi tais “amigos” afirmarem: “- Ninguém pode dizer que o Senhor Azo não seja um perito em Direito Civil, e eu o considero um amigo muito especial, no entanto suas várias e enormes trapaças legais não podem alegrar-me. Por exemplo, em certo caso, cabia a Tício apenas a quarta parte de uma herança, mas ele, adepto a um trâmite jurídico sem escrúpulos, escusando-se, com a justificativa de uma ação hipotecária, após a morte de Antônio, no momento apropriado fez com que Tício tomasse para si metade da herança, dissolvendo os legados e os fideicomissos.”⁶²

Um outro “amigo” diz: “- Mestre Mauro é, sem dúvidas, um médico eruditíssimo⁶³, eu mesmo fui seu aluno, participando de suas aulas, chamando-o de senhor e mestre. No entanto, a despeito da reverência a que ele faz jus, como mestre, não devia ter prescrito “laxativo catártico” a um doente padecendo de sínoca⁶⁴. E, da mesma maneira, errou ao prescrever a um físico o medicamento, antes do

⁶¹ Brindes é uma província portuária italiana, distante 113 KM de Bari; enquanto Chipre, uma ilha – a República do Chipre – no sul da Turquia. São pontos finais de navegação diametralmente opostos, de modo que um navegador que creia estar aproximando-se de um deles, mas, de fato, encontra-se no outro, cometeu equívoco seríssimo. Por óbvio, Boncompagno usa esse exemplo exagerado para expor a típica difamação executada pelos “amigos fingidos”. N.t.

⁶² Trata de um exemplo de trapaça técnico-processual: o herdeiro garante a sua quarta parte, mas, simulando débitos do falecido com terceiros (hipotecas), toma para si metade da herança. O amigo “fingido” exalta a técnica de outro, mas critica sua “conduta moral”. N.t.

⁶³ “*Physicali scientia eruditus*” (“erudito em ciência física”) que pode ser traduzido como “médico”. N.t.

⁶⁴ *Sínoca* ou *Ephimera* é uma febre contínua e inflamatória, que, em regra, não tem como causa problemas na digestão ou na evacuação. *Laxativo* é o mesmo que laxante, substância que facilita a evacuação; *catártico*, o inverso do laxante, substância que evita a evacuação; assim, um “laxativo catártico” é composto de meio-termo, usado pelos alquimistas para regularizar a evacuação, a partir do arquétipo da oposição pitagórica entre dois elementos antagônicos. N.t.

terceiro dia⁶⁵...mas, veja bem, não quero mais nada dizer sobre isso, porque devo reverência a “meu” mestre...” Não satisfeito, após alguns momentos, recomeça: “- outra coisa, ele frequentemente profere várias opiniões contra as lições dos antigos mestres!”

Por fim, não me espanto com amigos fingidos que igual aos anteriores citados, difamam o outro, até mulheres, como, por exemplo, a dizerem: “- A Senhora Agimbérgula é uma mulher nobre e belíssima, e eu – por respeito a seus pais – amo-a, como se fosse minha própria filha ou irmã, mas como ela enganou um homem com tamanha vileza e torpeza, deveria ser atirada em uma pira de fogo para ser queimada, diante de todas as pessoas”.⁶⁶

⁶⁵ Refere-se ao seguinte aforismo de Hipócrates: “43. *As febres contínuas que se agravam no terceiro dia são perigosas; a intermitência, não importa como ocorra, indica que elas não são perigosas.*” Note que, pela regra médica hipocrática, antes da prescrição de forte medicamento, há de se analisar se a febre permanece a mesma, até o terceiro dia, ou se vem gradativamente aumentando, após este período. Pela mentalidade médica do tempo de Boncompagno, prescrever um medicamento, antes da certeza do aumento da febre (que se dará apenas no terceiro dia), seria um equívoco. Creio que o pensamento médico vetusto por ele exposto envolvia febres oriundas de doenças como “malária”, “febra amarela” ou simples infecções de garganta (gripes) cujo próprio corpo, com muita alimentação e repouso, acaba encarregando-se de superar. O aumento da febre, por outro lado, indica que a inflamação é mais grave, não proveniente de uma doença pontual, mas de causa mais grave que merece tratamento. N.t.

⁶⁶ A proposta de Boncompagno é a de comprovar a mentira extrema dos “amigos fingidos” que, inicialmente, começam com um discurso “de elogio” contra o outro que, no fim, será massacrado. N.t.

32. Sobre o amigo voluptuoso.

O amigo voluptuoso é o que confunde o vício com a fidelidade. Assim, quando os amigos voluptuosos juntos cometem atos de adultério, de fornicações, de pilhagens, de roubos e deleites carnavais errôneos similares, na maioria das vezes permanecem calados sobre tais atitudes, conservando-se mutuamente no silêncio.

Muitos destes amigos, em várias oportunidades, conseguem sair dos vícios e alcançar as virtudes, mas, com mais frequência, quando cessa o desejo, cessa também o efeito do amor.⁶⁷

⁶⁷ Para Aristóteles, no Livro VIII da *Ética*, a amizade “voluptuosa” é uma espécie de amizade “útil” e, então, por si só, não poderia ser tomada como verdadeira amizade. Os amigos pela utilidade são extremamente “amigos passageiros”, eis que, uma vez deixando de serem úteis, mudam a opinião sobre sua relação com o outro, passando de “verdadeiros” companheiros, para “falsos acompanhados”. N.t.

33. Sobre o amigo cego.

33.1. O amigo cego é aquele que, quando se submete ao desejo forte por uma mulher, põe nela toda a sua esperança.

É chamado de “cego”, porque seus olhos encontram-se fechados pelo “velo” do desejo e por um amor inane⁶⁸, e, por isso, não vê a verdade nem conhece a si mesmo. De fato, o coração das mulheres é como “*vivo mercúrio*”⁶⁹ que, uma vez em contato, modifica todos os corpos e altera a natureza deles.

Cego foi o nosso primeiro pai, Adão, que, persuadido por Eva, contra o edito de seu Criador, comeu o pomo proibido. Cego foi Davi que, a despeito de ser rei e profeta, pelas formas belíssimas de Betsabé, não hesitou em cometer homicídio e adultério. - Salomão, Salomão, em que lugar encontravam-se os olhos de tua sabedoria, os quais elegeste acima de todas os bens mundanos, as alturas e as profundidades das ciências que te vangloriavas de possuir, quando adoraste o ídolo, pela libido de Iduméia ou, como alguns dizem, quando determinaste o sacrifício de um vitelo de corte, em pró de um ídolo? De fato, estavas cego, pois hoje não me restam dúvidas, quanto à tua salvação: se não tivesses te salvado, não terias escrito o decálogo dos eleitos. Cego foi Sansão que revelou o segredo de suas forças para uma mulher pouquíssimo prudente, e, uma vez fatalmente sendo-lhe cortados os cabelos, tornou-se duplamente cego. Cego foi Aleixo que, por persuasão de sua esposa, usurpou o trono de seu irmão, o Imperador Isaac, e, por consequência, a cidade de Constantinopla foi destruída e pilhada.

33.2. O que mais posso dizer? Infinito é o número dos cegos, eis que quase todos eles produzem para si mesmos [um objeto de pudicícia] quase como se fosse uma deusa torpe e disforme. Há pouca diferença para eles entre o desprezível e o seu inverso, o formoso, quando este objeto está a agradar um cego desta espécie, [eis que o feitiço da cega paixão] converte uma mulher curvada e nariguda em uma Helena ou em uma Isolda, e, a partir de então, passa o cego a chama-la de preciosa margarida, uma estrela matinal que nem mesmo os raios do sol hesitam de ser incapazes de a superar. [Tomados por tal cegueira,] dizem que o ar é “clareado” por sua própria beleza; diante dela, as aves cantarolam; as plantas florescem; os campos enchem-se de flores; surgem os lírios dos vales; as rosas emitem odores; e as violetas se vestem de púrpura.

O amigo cego não sente calor, não teme o frio, transpõe os Alpes, supera os mares, vai à batalha desarmado, gasta seus próprios bens, furta os outros, escarneia os pais, abandona os amigos e não hesita de perpetrar, [por sua paixão insana], qualquer crime.

E se, por acaso, sutilmente observares os amigos cegos com atenção, perceberás que frequentemente eles gastam suas forças e implementam suas

⁶⁸ Amor vazio. N.t.

⁶⁹ Conceito alquímico, o mercúrio vivo ou “mercúrio solvente” era considerado um elemento da terra que alterava os corpos, a fim de aprimorá-los. Não se confunde simplesmente com uma composição química, pois, no mercúrio alquímico solvente, existia um arquétipo filosófico muito mais relevante, considerando o valor simbólico atribuído pelos alquimistas à natureza e os reflexos na concepção de mundo. Homero, nesta linha explicada, chamava Mercúrio de Arquicida, e, na filosofia, o Mercúrio é o “vaso único dos filósofos”, quando o *magisterium* é finalmente cumprido (vinagre dos filósofos) N.t.

ações em suas faculdades e ofícios, totalmente no intuito de agradar as mulheres [pelas quais nutrem uma paixão insana].

33.3. Também acontece de as mulheres mostrarem-se cegas, sobretudo por dois modos: pelo primeiro, cegas pelo valor do dinheiro que facilmente é capaz de alterá-las; quanto ao segundo modo, resta-me calar, pois posso tornar deselegante meu discurso, eis que é um problema facilmente mitigado pelo furor uterino⁷⁰. Entretanto, caso observarmos uma mulher que mereça respeito, por conta de sua alma proba, não debes te cansar de admirá-la, porque será algo milagroso e que acontece pouquíssimas vezes.⁷¹

No entanto, valemo-nos de indagar o seguinte: se um homem ou uma mulher que se mostrem juntos, amando-se apenas por causa de fornicção, possam verdadeiramente estar vinculados por uma amizade. Ora, neste caso, tal vínculo mostra-se impossível, pois não é sólido um edifício que tenha a volúpia como

⁷⁰ Pode referir-se, no caso, aos comportamentos excessivos de várias mulheres, no período pré-menstrual, em vista de alterações hormonais, causa desconhecida à época. Daí, com o “furor uterino” (“mênstruo?”), dar-se-ia a normalidade. Sobre um possível “*comentário desrespeitoso às mulheres, pelo ponto de vista moderno*”, vide próxima nota. N.t.

⁷¹ É preciso uma leitura contextual do trecho. Boncompagno. Com intuito pedagógico, ele utilizou-se de um comentário baseado em uma concepção geral de seu tempo (não necessariamente exata, pelos moldes atuais) acerca das mulheres, mais especialmente caminhando por uma veio unilateral da atuação social mitigada da mulher na corte. A despeito de, por uma leitura moderna, dar-se forte repulsa ao trecho, é indispensável que não haja um julgamento de todo o espectro filosófico discutido, por conta de um sentimento pontual, vigente em certos pensadores deste período, ainda que equivocado. É preciso lembrarmos de que a participação da mulher na Idade Média, como atuante na educação, era grandiosa. As mulheres eram responsáveis pela transmissão do conhecimento, como várias obras defendem, em especial, *As Mulheres nos Tempos da Catedral* de Regine Pernoud. É preciso, por fim, lembrarmos de um entendimento equivocado da seguinte premissa aristotélica: “*Femina est aliquid deficiens et occasionatum*” (“*Feminina é algo deficiente e incompleto*”). Cremos no equívoco de um julgamento “feminista” do trecho por dois motivos: **Primeiro**, pela regra pitagórica, o feminino era o aspecto “passivo” da existência, isto é, a potência que há de ser atualizada pelo aspecto “ativo” ou masculino. Ao falar da incompletude do feminino, Pitágoras (daí, influência direta em Platão e em Aristóteles), estava comentando da relação “potência” e “ato”, a saber, quando determinado ente possui a capacidade de vir-a-ser, mas necessita da qualidade presente em outro, quem aciona, o ativo, o “masculino”. Na perspectiva de Pitágoras, não há “superioridade” do masculino (ativo), em relação ao feminino (passivo), e, sim, mera diferença “temporal”: o passivo só se atualiza se detiver, ainda que em potência, as possibilidades no instante do ativo. **Segundo**, por outra leitura, há entendimento de que Aristóteles estaria referindo-se à natureza particular do sêmen, uma mera tese biológica de seu tempo (não metafísica, espiritual ou moral), eis que, por desconhecer a existência do óvulo, acreditava o Estagirita que o sêmen (por ser mais visível), era “mais concentrado” do que o “mênstruo”, detendo, por isso, mais calor. O mênstruo da mulher (pensado à época como substância passiva para a atuação do sêmen) seria menos concentrado, porque era pouco visto, aparecendo em maior quantidade e “mais fino”. Esta concepção física incorreta foi e é indevidamente estendida a um suposto conceito geral de mulher, sobretudo na Idade Média, tudo subministrado pela interpretação literal da Bíblia. Santo Tomás de Aquino, pondo abaixo tal leitura, discorreu sobre a importância da condição filosófica da mulher, tentando separá-la de uma leitura “simplista” e misógina, expondo que a “incompletude” referia-se à “natureza particular do sêmen”, uma questão “corporal”, e não moral ou espiritual. Por este meio, na resposta ao art. 1º da questão 92, da Summa Theologicae, o Aquinate escreveu que “o homem (*homo*) é ordenado para a mais nobre atividade vital, o conhecimento intelectual” — e isso vale tanto para os indivíduos do sexo masculino, quanto para os do sexo feminino. O termo “*homo*” usado é traduzido como “ser humano” (incluindo homens e mulheres), posto que “homem, no sentido de macho”, é “*vir*”. N.t.

seu fundamento, eis que, uma vez destruído o antecedente, evanesce o conseqüente: se o princípio não é eficaz, tão pouco o será o fim.

Além disso, apenas em raríssimas oportunidades a mulher é constante em seu amor, porque, como o estômago de um enfermo se apetece com uma diversidade de gêneros alimentícios, muitos que lhe podem ser prejudiciais, também a complexidade frágil da mulher deseja a companhia de muitos⁷².

Assim, um homem incapaz deliberar-se dos laços [carnais] das mulheres não possui de fato um vínculo de amizade, mas, na verdade, é atado por uma corrente de demência, adstrito pela volúpia.

Neste sentido, muito me admiro, quando um homem destrata uma mulher ou quando passa a blasfemar contra ela, justamente quando ela é carne de sua carne e ossos de seus ossos. É um julgamento presunçoso condenar uma mulher em virtude de sua fragilidade, porque, uma vez observada a fragilidade do próprio sexo, não se pode, por isto, parecer estarem acometidas por um vício⁷³.

Uma mulher pode ser chamada de mole, no sentido de que tudo que é mole pode facilmente alterar outro, bem como, alterar-se. Ora, as mulheres “moles” amolecem e abrandam a alma dos incautos. Neste caso, a fragilidade é “quase” natural na mulher, e, então, ela não pode simplesmente ser “removida” da matéria. Portanto, como o ferro misturado ao estoraque remove o fogo da palha e as penas do visco⁷⁴, é extremamente difícil para qualquer homem, sobretudo para os mais jovens, evitar as astúcias e as armadilhas das mulheres.

Demais, há sete remédios que são úteis para a cura do amigo cego: a contemplação da pátria celestial, o amor ao conhecimento, o trabalho contínuo, o afastar do desejo por coisas materiais, a prática de jogos de dados ou de damas, a mudança frequente de ambientes e a variação do objeto de amor. No entanto, existem alguns tão cegos que não há remédio suficiente para remover o véu de sua cegueira.

⁷² Novamente, um comentário que, descontextualizado, pode soar como “misógino”. É certo que Boncompagno não critica o gênero “feminino”, as mulheres, mas, sim, “a mulher da corte”, ou seja, a que se dedica a volúpias carnis, e não aos princípios maiores. Crítica semelhante será feita mais à frente “contra os homens” que caem na volúpia, buscando intimamente Boncompagno a valorização do “*amor Dei*”. Repetimos que há de se “contextualizar” o trecho, evitando um julgamento unilateral, restrito a um conceito moderno de “feminismo” que pode simplesmente desqualificar todo o sentido último de várias passagens pulsantes e profundas presentes em toda dissertação presente no *Sobre a Amizade*. N.t.

⁷³ Comentário que há de ser contextualizado. A fragilidade “física”, compreensível no período de Boncompagno: um pressuposto das condições ambientais da Idade Média, e elos históricos, haja vista várias situações bélicas, em regra, protagonizadas por homens, como *in casu* os “combatentes”. N.t.

⁷⁴ “Resina storacis calamitae” (“*resina de estoraque calamita*”) era uma poção alquímica utilizada para minorar dores no quadril oriundas de reumatismos, mas que também, uma vez aplicada a determinados elementos, com muita dureza, separava determinada substância de outra N.t.

34. Sobre o amigo fútil.

O amigo fútil, como as mulheres⁷⁵, vive a revelar qualquer segredo que lhes chegue aos ouvidos, incapazes, portanto, de ocultá-los.

Ele é chamado de “fútil”, ou seja, “vão”, porque, do mesmo modo que, quando se fura uma bola ela murcha⁷⁶, a mente deste amigo é tal qual uma peneira que não pode reter as [finas] imundices, mas tão somente prende consigo os pedaços mais grossos.

Veja que, quando se pede a este amigo que conserve um segredo, ele promete, jura e remete-se a Deus, dizendo que nunca o revelará para qualquer pessoa. Mas, pouco depois disto, começa a perambular pelos cantos, dizendo: ‘- Sei exatamente de uma coisa. Fica empanturrado com o peso do segredo, como se estivesse atado por um arado, tal qual um asno na lavoura, e, finalmente, acaba vomitando o segredo, como uma pessoa doente, incapaz de reter o alimento em seu estômago. Em seguida, quando lhe perguntamos: ‘- Por que não retiveste o segredo?’ Ele nega que tenha feito qualquer juramento, como se fosse uma meretriz desmemoriada. Por esta linha, muita frequência, ele vive a dizer além ou aquém da verdade, vai mentindo, inventando histórias que nunca ocorreram [para justificar suas infâmias], mas, mesmo assim, continua a rogar, suplicar, circular e a propor para que tu lhe contes um segredo, para que, em seguida, uma vez conhecendo-o, simplesmente o possa revelar⁷⁷. No final de tudo, comentam, rejubilando-se, de que te induziste sagazmente a lhe revelares o segredo, e, por isso, ridiculariza a improvidência de seu abandono ao segredo que revelou.

Por isso tudo, debes evitar o amigo fútil como uma peste para que não acometa tua própria alma com o poder dele, porque tu podes facilmente perecer por suas maldades.

O que pode ser mais estulto do que quem se esforça para te dominar, ameaçando revelar um segredo, que, em uma ocasião pretérita, forçou para que tu lhe revelasses? Então, tu pareces perder uma certa espécie de liberdade, pois, quando ao amigo fútil se cansa ou enfurece, não pensa duas vezes, e diz: ‘- Deste agora eu digo e repito que irás te arrepender, por uma vergonha perpétua, do que eu te divulgar!’ Ou: “- Se me forçar a dizer o que sei...”.

Pois bem, por isso é que infinitas pessoas arrependem-se, por terem revelado imprudentemente seus segredos mais íntimos⁷⁸, sendo impossível voltar atrás,

⁷⁵ Por óbvio, como o modelo viciado de “mulher” que Boncompagno apresenta, e não, obviamente, como o gênero feminino (vide notas superiores). N.t.

⁷⁶ O trecho é o seguinte: “*id est vanus, quia velud cucurbita perforata vaporat*” que, na literalidade, seria: “*este é vão, porque evapora, como uma abóbora furada*”. A fruta “abóbora” ou outra qualquer desta espécie, com núcleo líquido, uma vez esquentada, por conta de altas temperaturas, caso furada, solta um forte gás de seu interior e evapora. Achei melhor alterar a tradução das palavras, criando frase mais factível para o leitor contemporâneo: o furar da bola e o murchar dela, desaparecendo sua forma inicial. N.t.

⁷⁷ Boncompagno fala-nos do “prazer dos fofoqueiros” simplesmente em fofocar, ainda que nada obtenham com isso. N.t.

⁷⁸ O termo latino é “inspirador”: “*archana suorum pectorum*” que, na literalidade, seria traduzido como “arcanos das suas almas (de suas intimidades)”. A palavra “arcano” é considerada, por uma interpretação exotérica, sinônimo de “segredo”. Utilizamos esta posição no texto, para

reatando o segredo, após a revelação da palavra pelo “amigo”, do mesmo modo que não se pode refazer a virgindade, após a ruína.

facilitar a compreensão de “primeira camada”. Acontece que há uma diferença ontológica entre “segredo” e “arcano”. O segredo é a mera informação narrativa sobre um fato e que não pode ser transmitida ao público. Qualquer fato “desconhecido”, mantido oculto pelo detentor (ou detentores) da informação é um segredo (narração desconhecida). Já “arcano” é também um conhecimento restrito ao seu detentor, e não simplesmente transmissível (ainda que em tese) por narrativa. O “arcano” é o segredo mais íntimo do indivíduo, um elemento particular, próprio e não repetível, cuja relação com o seu detentor se dá por “vivência direta”, e não por “exposição narrativa”. O arcano é a verdade íntima que se repete por “símbolos”, daí uma proximidade indelével com a realidade concreta e, de certa forma, alquímica em que o “macrocosmo” repete-se na participação do microcosmo do iniciado. A diferença entre arcano e segredo é explicada na Filosofia Mística medieval, em iniciações das grandes religiões (islamismo, judaísmo e cristianismo) e, a despeito de sua superficialidade, por sociedades secretas ascendentes com o colapso da Idade Média e supremacia do cientificismo iluminista N.t.

35. Sobre o amigo ventoso.

O amigo ventoso é o que busca o vento da fama e, por isso, é facilmente discernido como quem infla rapidamente com adulações vazias e louvores vãos, mas também murcha na mesma proporção com a mais simples difamação.

Assim, desejoso da glória, a despeito de ser hábil em encher-se de todo o ar, [as vanglórias inanes], não achará por si nenhum remédio que lhe cure.

O amigo ventoso pode ainda ser concebido como o que não possui qualquer ódio ou amor contra outra pessoa, e que apenas esforça-se para servir a outro por causa da fama.

[Alguns] soldados, pelo exposto, são amigos ventosos que não temem exporem-se aos perigos de morte, em torneios e em disputas, somente atentos em obter os ventos da fama.

Na verdade, poderás encontrar amigos ventosos, em todas faculdades e profissões, quando as pessoas vivem a promoverem-se arduamente apenas para serem gabadas com louvor público, tudo em nome de seus próprios feitos.

36. Sobre o amigo de vidro.

36.1. O amigo de vidro é o que possui consciência transparente, [como um cristal], ou seja, corresponde a alguém incapaz de guardar consigo apenas os segredos de seu coração.

Veja que, com disse, é chamado de “vítreo” por similitude ou em sentido figurativo.

Explico: o vidro, [nada obstante sua transparência], é frágil, por conta de sua excessiva secura, eis que não pode ser modificado com um martelo e a sua substância não é porosa o suficiente para garantir uma grande resistência.

É a secura contínua de sua substância que o faz brilhar, de maneira que os espelhos são feitos do vidro, cuja natureza conhecida é a de refletir, por qualidades opostas, a beleza e a feiura [de quem permanece diante dele.]

O amigo de vidro também é frágil, pois se afasta de ti, por causa de uma módica ofensa ou mesmo por uma reles suspeita. Ele também não é modificável pelo martelo, porque não consente com a vontade de outra pessoa. Ele possui em si a secura, porque não está consigo o bom humor⁷⁹ e, pela continuidade de sua malícia, expõe seu engodo interior e exterior.

Deves entender o invejoso como um amigo “de vidro”, cujo coração está cheio de venenos, não conseguindo ocultar os segredos que lhe tocam.

Estes venenos trocam a forma essencial do espírito corrupto, e, por isso, seus lábios estão marcados por uma descoloração obscura, seu nariz, seus olhos, sua testa e os gestos de seu corpo sutilmente expressam os indícios dos invejosos.

A inveja, neste sentido, é esta descoloração, [a palidez] da consciência que aparece pelo aumento da felicidade de outra pessoa, e, então, é a triaca dos invejosos⁸⁰, morando no fundo de seus corações, e que, quando sentem o ardor

⁷⁹ Boncompagno fala-nos da qualidade negativa do amigo vítreo de “*nullum habet dilectionis humorem*” que literalmente seria “não possui qualquer humor amoroso”. Quiçá uma analogia entre um caráter fechado, não aberto a mudanças - a opinião de outros -, “fechado” para novas ideias, idiotizado em suas próprias concepções falhas e egoístas. O adjetivo medieval para expor tal caráter é a “secura” (“*siccitas, tis*”), no sentido de agir fechado como um material seco, quando não possui frestas ou espaços para a absorção de água. Creio não estarmos diante de mera analogia (entre a secura de um material impermeável e a secura de caráter do ególatra), mas, sim, frente a um modelo arquétipo: a secura moral é uma realidade, um aspecto intrínseco do indivíduo, repetido ao longo do tempo. Prova cabal disso é que, mesmo nos tempos modernos, não é incomum a seguinte colocação: “- No júri, fulano deu uma resposta seca!”. A secura no debate é a resposta objetiva, simples, não aberta ao contraditório, aparentemente “suficiente por si”. N.t.

⁸⁰ Preparado químico de origem vegetal, mineral ou animal, composto por ópio (e, até por partes da carne de víboras), tomado como antídoto contra venenos de todo tipo. O composto sofreu variações múltiplas na Idade Média – eis que nunca fora uma fórmula “química”, mas, sim, um “símbolo alquímico”. Apenas em 1745, com a ascensão da química moderna, William Heberden – Royal College of Physicians – London – escreveu o ensaio *Antitheriaca: Essay on Mithridatium and Theriaca* – excluindo as tríacas do rol dos medicamentos. Por óbvio, o sentido do fármaco e a sua importância não era de trato bioquímico – no sentido moderno e empirista – mas, sim, trata-se de um arquétipo alquímico, que, por seu turno, constitui e é explicado por meio de uma linguagem simbólica, diversa da praticada pela ciência moderna. Prova cabal disto é o uso

da felicidade de outra pessoa, subitamente, por um movimento repentino, sobe até a ponta da língua deles, e, rapidamente aderindo nela, expõe os venenos da traição.

Acontece que em seguida este veneno retorna recôndito para o fundo do coração, alterando-se e afastando repentinamente a ira, convertendo-se em veneno que queima e destrói o lugar escolhido para sua morada interior.

36.2. Além do mais, a inveja conduz inumeráveis homens ao seguimento das virtudes e das probidades, não como causa eficiente, mas como uma causa indutiva, porque quase todos desejam tornarem-se virtuosos [– ou ao menos assim parecerem –] para [no futuro] defenderem-se das detrações e dos impropérios jogados contra si pelos próprios invejosos.⁸¹

Há, então, uma inveja específica que acomete muitos homens pertencentes às altas cortes, não atingindo os miseráveis, os fracos ou os mendigos, [acometidos, como o explicamos, por outra forma de inveja].

Sendo assim, na inveja, prevalece a soberba, o que comprava a inveja como a raiz de todos os vícios, eis sua [inelutável] presença entre os poderosos e os miseráveis.

simbólico dela por Boncompagno: a inveja é “a tríaca dos invejosos”, uma força íntima que transparece e toma o controle da vontade, no instante em que uma outra pessoa adquire determinado bem ou status desejado pelo sujeito. A psiquiatria moderna reconhece que há “pulsões” íntimas que direcionam os atos dos homens, permanecendo “silenciosas”, enquanto um determinado evento não as potencializa. Psicólogos passam anos tratando seus pacientes a decifrar os “fatos geradores” de suas atitudes continuamente tratadas nas sessões. Em síntese, a força do inconsciente é matizada por “triacas do inconsciente” que podem ser “tratadas” com a apresentação ao paciente de “triacas do consciente”, uma vez decifradas pelo terapeuta, de certa forma, “alquimistas da alma”. N.t.

⁸¹ Utilização da teoria das causas de Aristóteles. A causa eficiente é a responsável pelo movimento inicial e contínuo para o alcance da causa final, sendo detentora da forma a ser alcançada (a forma em ideia está em si), assumindo uma espécie de “causa consciente”. Na metáfora, a causa eficiente corresponde ao ferreiro que detém, em sua mente, a forma ideal de uma espada (causa formal) e, então, transforma um pedaço de ferro (causa material) em espada de ferro (causa final). Por óbvio, quando uma pessoa executa atos de virtude com a intenção de usá-los como justificativa de defesa contra os invejosos do futuro, a inveja foi a “causa” das boas ações, mas, por óbvio, não encontramos na inveja, concebida em si mesma, qualquer “causa formal” da virtude. Assim, a inveja deu condições indiretas para a execução da virtude, sendo, então, uma “causa intuitiva”, não adentrando na definição de intuição consciente de Aristóteles. A inveja causou atos de virtude heterônomos, mas nunca autônomos, daí o seu afastamento do conceito de causa eficiente (consciente), em busca da execução do bem. N.t.

37. Sobre o amigo por causa do inimigo.

37.1. O amigo por causa do inimigo surge em virtude do ódio, por exemplo: os gregos amavam os sarracenos (árabes), em virtude do ódio comum que compartilham com os sarracenos contra os latinos (romanos), já os sarracenos, por seu turno, também odeiam os gregos pelo motivo inverso, a saber, porque estes amam seus inimigos.

De modo semelhante ao exemplo acima, o Rei da França concede favores aos que o Rei da Inglaterra odeia e que considera como seus inimigos, sendo que crê não errar, caso considere esse ódio natural, pois observa a reciprocidade de tal atitude executada pelo outro rei contra si. E mais: também nota que o mesmo costume ocorre entre os reis da Espanha.

37.2. Neste tipo de amigo, inserem-se todos os homens que promovem disputas para iniciar a separação entre bons companheiros, de modo que se pode citar uma variedade grandíssima de exemplos de classes e de espécies destas manifestações de ódio.

38. Sobre o amigo férreo.

O amigo férreo é o que rói a moral do outro com injúrias e toma para si suas coisas, mas não quer dar as suas para outras pessoas.

Diz-se “amigo férreo”, por sua semelhança ao ferro, eis ser um metal duríssimo e inflexível, caso não seja prontamente esquentado pelo fogo, e, então, convertido em aço, torna-se muito incisivo. Por isso, vejais que em todas as operações mecânicas são utilizados instrumentos feitos de ferro.

Por isso, eu julgo o amigo férreo como um avaro, pois ele sempre diminui outras pessoas, nada pode tomar algo de outrem sem que antes não o coaja com um cansativo (e ameaçador) discurso e, até mesmo, injuriando-o com golpes.

A avareza, por seu turno, como definida em certas situações, é um “mal detestável”, um ultraje terrível, um pequeno ninho do diabo, uma escravidão abominável, uma praga religiosa, uma extirpadora de todas as virtudes.

A avareza é similar à lepra, mas a excede em efeitos, eis que, enquanto a lepra apenas contamina o corpo, a avareza – estendendo suas mãos sobre todos os desejos – conjuntamente besunta as almas e os corpos. Demais, ela também possui uma paridade com a lepra, pois sempre vai aumentando, com o passar do tempo, com a idade.

- Todavia, que desgraça! Hoje em dia, há pessoas que consideram a avareza benéfica à virtude, e pior, alguns dizem que ela até ampara a virtude, de modo que qualquer homem avaro é muitas vezes chamado de emulador da virtude!⁸²

A avareza acumula pecúnia, sendo por meio desta que os bens são comprados pelo avarento. E, em seguida, é pela usura que esses bens adquiridos pela avareza frutificam, são duplicados. Por este caminho, a liberalidade, [a generosidade em recompensar cada um conforme o que lhe convém], fica aos pés da avareza e, por ela, é submetida, miseravelmente jazendo esmagada.

Um avaro, sob indução da submissão referida, pergunta a uma pessoa muitíssimo generosa:

“- Questiono-me o porquê de tu teres chegado a tamanha situação de penúria econômica: não tinhas tu comprado castelos, adquirido imóveis e posses várias, e, de repente, afogaste em tal naufrágio? Não me venhas com esta desculpa. Será que pereceu tudo que tinhas ganhado, que o fogo consumiu tua casa e todos os teus bens ou que ficaste preso, por conta de teres sido condenado em juízo? Então, se não perdeste de fato teus bens por estas causas citadas, então, resta afirmar que dilapidaste tua herança com gastos concupiscentes

⁸² Colocação assustadoramente “atual” de Boncompagno de Signa. A avareza vista como uma subespécie de virtude, com a escusa de que, com ela, não se corroborariam os gastos supérfluos, vai desvirtuando e minorando a maldade intrínseca que dela nasce. O avaro apega-se aos bens materiais e passageiros, de tal modo que perde a perspectiva dos bens maiores, das virtudes morais e espirituais, passando a ser um autômato, tomado pelo aspecto bestial de acúmulo desenfreado de bens desnecessários, trocando a noção de fim pela de meio, crendo cabalmente por sua perspectiva material limitada que a justiça, a liberdade, a igualdade, o amor e todas as outras qualidades que diferenciam os homens das bestas estariam abaixo da ganância por pecúnia. N.t.

desordenados ou nos jogos de azar, por mera diversão. No entanto, eu sei que serviste com vigor aos príncipes e tens muito compartilhado teus bens com os outros para que, com isso, adquirisses fama passageira e para que fosses julgado como um homem glorioso. Sendo assim, que venham até ti os príncipes e os histriões para ampararem-te, porque sofres atualmente da miséria e da vergonha pela falta de dinheiro. Não percebes que meu pai quase nada deixou-me de herança e eu, por minha grande diligência, vim adquirindo imóveis valiosos e tenho mais de três mil moedas de prata, valores esses que constantemente não param de me dar lucro, enquanto girando no mercado?”

Portanto, o avaro não procura [nem se interessa por] essa pessoa que não possua uma posição não perseguível por vários pedidos, a não ser que ela traga fama ao seu detentor.⁸³

De igual maneira, ricos prelados e autoridades da Igreja riem de filósofos e sábios, dizendo-lhes: “O que lucrais com a prática da filosofia? O que tendes alcançado com ela? Vossas costas nuas aparecem, eis vivendo jogados, na mais pálida miséria. Sem dúvidas, conheceis a espécie da árvore, mas não podeis comer de seu fruto. E vos vedes a lua, em uma cisterna, e conheceis os raios do sol, metidos em uma esterqueira.”

Certamente, se os filósofos tivessem a nobreza de cavalgadura, não andariam sozinhos sob as estrelas, mas, como assim procedem, fazem da necessidade uma espécie de virtude.

Por isso é que, [valorizando as coisas do mundo], a virtude perece sob a avareza, e a probidade resta escravizada sob o seu domínio.

Portanto, diante de todas estas condições, há de se dizer que pessoas de ambos os sexos são tomadas muitas vezes pelo domínio da avareza.

Há de lembrarmo-nos de que, independente do que vejamos neste mundo, não devemos duvidar de que todo o ocorrido aqui, sob o sol, não passa de coisas vãs, devemos, pois, desprezá-las como sombras que são plenamente passageiras e caducas.

Não vos exalteis com vestes preciosas que nunca tornam quem as usa mais valioso nem fiquéis deprimidos com a simplicidade de vossas indumentárias, eis que elas em nada depreciam a virtude da alma. Vistais quem podeis ver com vestimenta feita de tecido de saco e com cinta do mais simples cordão, mas, com isso, não conteis que lhe trará os raios dos olhares dos que o seguem; adornais um cego com púrpura e com finas cintas, a cegueira de modo algum prevalecerá, não deixarão por isso de segui-lo, pois esta espécie de troca não altera a beleza interior.

Façais outro teste: coloqueis essas mesmas vestes vis que então levais convosco, mostrando-as as quem vos olha, e, neste instante, as troqueis por

⁸³ Trecho de difícil tradução. O avaro busca o sujeito detentor de cargo ou posição social que é adquirida por insistentes pedidos e por jogos políticos, eis que, somente assim, poderá receber favores de que alcançou o posto, justamente com a prática cortesã que é repetida pelo primeiro. Os cargos não obtidos por joguetes e influências políticas apenas atraem o avaro se, por seu turno, eles dão grande vantagem e fama ao seu detentor. N.t.

luxuosos trajes, verás que pela mera troca de roupa em nada aprimorou o conhecimento filosófico, porque as vestes são como a lã das ovelhas, mas confeccionadas pelo engenho humano, coloridas com uma mistura química do sulco das ervas ou das flores, com resina e secreção dos troncos. Já as peles dos vestidos são de vários cores grisalhos de algumas bestas caçadas com redes e laços. A ceda vem da viscosidade dos vermes que se alimentam das folhas da amoreira. O ouro de enfeite provém da arena e a prata, das minas.

Pelo exposto, como a terra nenhuma coisa busca fora de si mesma e que não possa ser encontrada em seu interior, o homem virtuoso valoriza especialmente as suas próprias coisas, as que pertencem à sua interioridade, e não as pertencentes ao outro, ao homem exterior.

39. O Veredito da Razão

39.1. A matéria contenciosa que entre vós fora questionada por ocasião da investigação sobre a amizade transitou em debates sobre as virtudes, bem como, sobre muitos outros temas.

Por isso, aprovo as questões apresentadas pelo Corpo, e confirmo as soluções dadas pela irrefragável autoridade da Alma, persuadindo todos os filósofos das grandes cidades que estudaram o conceito de amizade desde o princípio do mundo, e que não permaneceram em um silêncio, em relação a este tema, não permanecendo limitados no que se refere a algo superior e que é revelado das alturas.

Demais, caso desejemos com mais diligência o que é a verdade sobre a amizade, perceber-se-á que a palavra “amizade” é equívoco como “amigo”. Eis que há a amizade celeste e a amizade terrena, de modo que todas as descrições expostas no primeiro capítulo e com intuito de louvar a amizade, devem ser entendidas com referência à amizade celeste. Não descreveste, de nenhum modo, a amizade terrena, nem qualquer menção fizeste sobre os efeitos dela no mundo.⁸⁴

39.2. A amizade terrena é um efeito do poder diabólico que une e desune as almas dos mortais, por meio de um pacto indissolúvel. Eis que como a amizade celeste pelo amigo possui sua origem no Deus Vivo, a essa terrena a possui do príncipe das trevas. E, tal como Satã que se torna anjo da luz, assim essa amizade é transformada em espécie de amizade celeste, sendo que ela permite todos os crimes e delitos, abraçando qualquer um como uma meretriz ímproba. Seus lábios destilam o sabor do mel, mas suas extremidades são como venenos de um horrível basilisco, que já assassina todos os que estejam no seu entorno, com um mero respirar.

[Esta amizade mundana é] a rainha de todos os vícios, a organizadora de todas as calamidades, a quem todos estão submetidos, como seu principal senhor. Porém, é uma amizade que desaparece, como sombra, como um vento fortíssimo que some rapidamente.

Ela possui uma irmã, uma sócia criminosa, uma inimiga que continuamente copula consigo, a inimizade que, como Átropos⁸⁵, no momento final, dissolve o elo artificial da suposta afeição.

A amizade terrena e a inimizade, portanto, atuam simultaneamente, uma não pode viver sem a outra. De maneira que todos os que dela se aproximam com promessas vazias e adulações induzidas, acabam por dissolver a amizade por

⁸⁴ Inicia o julgamento da amizade com uma perspectiva realista: as definições das “espécies” de amigos até então apresentadas por Boncompagno direcionaram-se para um conceito ideal de amizade, mas não rumaram por uma concepção real, segundo padrões de coexistência social, pelo viés heterônimo. N.t.

⁸⁵ Referências às três moiras, as irmãs que, na mitologia grega, representavam as forças divinas determinando o destino dos homens, com reflexos na própria passagem do tempo. A primeira delas, Cloto (palavra traduzida como “fiar”), representava o primeiro momento da vida, o parto e o nascimento; Láquesis (“sortear”) puxava o “fio da vida”, representava a continuidade da vida, os desafios, as boas e as más escolhas; Átropos (“afastar” ou “cortar”) era o ponto final, a morte, o fim da vida. N.t.

meio de sete caminhos: pela ambição da dignidade, pela avidez por dinheiro, pela eminência de conhecimento, pela excelência da força, pela beleza atrativa, pelo vício da ebriedade e pela concupiscência da fornicação.

39.3. Na época de Alexandre III, pela ambição da dignidade⁸⁶, dissolveu-se a Igreja de Roma, e este cisma fê-la vacilar por muito tempo. Pela ambição da dignidade, afastou-se da fé católica o Conde de Trípoli, de maneira que o reino de Tiro uniu-se a Saladino. Pela ambição da dignidade, suprimiram-se os filhos de Saladino, e, por consequência, o reino da Babilônia passou por um período agitado de perigos. Pela ambição da dignidade, suprimiram-se os príncipes da Alemanha e, então, o império romano tremeu por sete anos. Pela ambição da dignidade, dissolveu-se Bela, rei dos húngaros, e seu irmão, enquanto Bela, por sua vez, permaneceu no cárcere, por muitos anos, até a morte. Pela ambição da dignidade, destituiu-se o rei Américo, filho do rei Bela e seu irmão Andréa, e o Senhor libertou a consciência e retirou-o do cárcere, pela pureza da sua fé, e, até hoje, permanece no trono real⁸⁷. Pela ambição da dignidade, caíram os Gregos, que, pela ambição imoderada do império, não temiam mais matar, envenenar ou enforcar a si mesmos, de modo que a herança deles passou para as mãos de estrangeiros e os que até então nadavam em púrpura foram jogados no esterco, momento em que seus tesouros inestimáveis e seu império foram perdidos, reduzidos, então, à servidão dos romanos. Por fim, muitos clérigos e laicos são reduzidos a nada, pela ambição da dignidade, em proporção aos muitos que aspiram pela dignidade.

39.4. Primeiro, são os usurários e os avaros os que se dissolvem, por causa da avidez por dinheiro, e, em seguida, também caem todos os homens e mulheres – de qualquer ordem ou condição social, cuja generalidade pode salientar essa característica especial. Pela avidez por dinheiro, diversos filhos insurgem-se contra seus pais e, alguns deles, por seu turno, até os condenam à morte ou à pena de encarceramento. Com frequência, pelo mesmo motivo, vemos irmãos cortando as vísceras de irmãos, e amigos, antes vistos compartilhando vínculo de amizade aparentemente indissolúvel, matando-se ou assinando, ao ofertar ao outro, um cálice envenenado. Pela avidez por dinheiro, também dissolvem-se monges e eremitas célebres e, mais ainda, também acabam por dissolver o direito canônico e o civil.⁸⁸

⁸⁶ **AMBIÇÃO DA DIGNIDADE:** traduzi literalmente o termo “*dignitatis ambitionem*”, o que, em termos atuais, pode ser entendido como a ambição por reconhecimento social, o “status” momentâneo que voa com mero sopro do vento. N.t.

⁸⁷ A sucessão da coroa húngara segue a ordem: Bela III (1172-1196); Emerich (1196-1204); Lászlo III (1204-1205); Andrés II (1205-1235); Bela IV (1235-1270). N.t.

⁸⁸ **AVIDEZ POR DINHEIRO:** Boncompagno explica-nos os efeitos da ganância e da redução de todas as ações humanas, pelo viés da busca por bens materiais, com a substituição da pecúnia – como meio – tornando-se impropriamente um fim. Muito bem, com clara exposição da falência das relações de amizade e dos vínculos familiares, por conta da ganância e do materialismo fútil, finda o trecho, confirmando-se que os monges e os religiosos, tomados pela ganância por dinheiro, terminam referendados pela dissolução do “direito”. O fato é que, nos tempos de Boncompagno, tanto as normas de orientação das relações civis quanto das religiosas dependiam da atuação de juristas subservientes aos preceitos normativos das lições e dos mestres do passado, replicadas pelo pensamento e pela filosofia cristãs. N.t.

39.5. Os mestres, os escolares, os artífices das artes mecânicas entram em conflito pela eminência do conhecimento⁸⁹. Por isso, pode-se ler em vários relatos sobre a morte deles, por meio de envenenamento ou por estileteada.

39.6. Pela excelência da força, desaparecem do mundo todos os homens lutadores, eis que, na medição dela, vários são mortos.

39.7. Pela beleza atrativa, solvem todas as mulheres, diante de seu natural envelhecimento.

39.8. Pelo vício da ebriedade, uma infinidade de pessoas continuamente é destruída, pois a ebriedade por vinho, por cerveja ou por espumantes⁹⁰ obstrui as virtudes da alma, e, ascendendo no cérebro, ocupam as meninges esponjosas, de modo que a imaginação, o intelecto e todas a virtude naturais fogem do porto tranquilo em que antes estavam, e se encontram em uma turbulenta tempestade. Assim sujeitas – como navios sem timão e velas dão voltas – vagam sem direção certa, e não hesitam em cometer qualquer crime ou em perpetrar toda espécie de atropelo.

39.9. Infinitos homens e inumeráveis mulheres dissolvem-se pela concupiscência da fornicação. Frequentemente, vemos algumas pessoas amando-se com tal devoção que parecem compartilharem de um único coração de uma só alma.

Assim acontece de alguém, tomado por grande amor por uma mulher, quebrar qualquer vínculo de amizade com outro homem que a amara ou que mesmo um que, antes, a tenha possuído, de maneira que entre eles nasce um ódio mortal. Observemos que, em situações assemelhadas a esta, já se observou um número elevado de mortos, bem como, [embates acalorados, que, a despeito de não matar, causam] feridas gravíssimas [entre os disputantes.]

Doutro lado, são várias as mulheres que se enfurecem com crueldade tamanha que, caso não se coloquem os freios do respeito [mútuo], viverão a se maquinarem pela crueldade dos malefícios e dos augúrios, espalhando entre si os venenos da detração. Pondo de lado tais freios [éticos], muitas delas afligem-se, atacando-se com discursos [difamatórios], espalhando ao povo tudo aquilo que compartilharam, [na intimidade do] tempo em que viveram em ótima amizade.

Demais, a inimizade é que gera essa espécie de separação citada, bem como, outros desentendimentos similares, sendo que se dá a posterior dissolução do vínculo criado pela resultante inimizade, na mesma medida em que, pela união de alguns, construiu-se, antes, a amizade terrena. Já a amizade celeste, por seu turno, não apenas perdura até a morte, mas vai além. Aqueles que se unem pela

⁸⁹ **EMINÊNCIA DO CONHECIMENTO:** a doença moral de querer superar o próximo, subjugando-o, por conta de se deter consigo certo saber específico, superior ao de outra pessoa. N.t.

⁹⁰ Boncompagno utiliza o termo “*medonis fumositatibus*”. A despeito de a grafia estar a sofrer de algum equívoco, o termo “*fumositatibus*” traz-nos o plural de “*fumosus*”, no caso, no ablativo plural. *Fumosus* é “fumo”, “fumaça” ou “o que se esvai pelo/no ar”. A etimologia lembra-nos de bebidas que “espumam”, eis que “delas” saem bolhas que se perdem no “ar”, como se fosse uma espécie de “fumaça” da própria bebida. Lembremo-nos de que as bolhas também aparecem, quando a água é fervida, daí a comparação óbvia entre o espumante e suas bolhas de gás com a água fervida comprovada justamente pela presença de bolhas. O termo “*medonis*” não teve identificação até o momento em que escrevo. N.t.

amizade celeste assim permaneçam, sendo que essa não pode ser simplesmente dissolvida, pois os amigos são ligados por uma fé verdadeira.⁹¹

39.10. De fato, dissemos “amor” da “amizade”, e não o contrário, a “amizade” como palavra oriunda do “amor”, erro este indevidamente presente na opinião de alguns. Mais ainda: a amizade é dita por provir do amigo supremo e o amor é o instrumento pelo qual essa amizade é operada. [Assim, para evitar tal equívoco,] algumas pessoas frequentemente preterem a palavra “amor”, trocando-a por “dileção”⁹². Por este prisma, fixa-se a amizade terrena em uma amor adúltero e caduco, sendo este o instrumento de sua operação, e, por isso, é amizade frágil e caduca.

Também há de ser reprovada a sentença desses outros [ditos estudiosos], afirmando que as bestas amam-se, tratando de fazer reflexões racionais sobre as [supostas] “paixões” delas. Será por acaso ter Deus feito o homem à sua imagem e semelhança, fixando nele o sinal racional do Senhor, e, por isso, denominando-o de “animal racional”?

Justamente, por meio da razão, é que o homem discerne, entre o bem e o mal, alcança a descrição pela paridade da imagem que demonstra que ele participa da [essência da] divindade. Portanto, o amar é atribuído propriamente ao homem, pois não pode dar-se a amizade, sem o amar, e, por sua vez, a amizade não é suficientemente forte para ser exercida [no mundo], caso faltante o discernimento da razão.

Neste diapasão, aos animais brutos não há de se atribuir o amar, bem como, não se pode dizer que neles habita o amor, eis que a diligência vigente neles não pode ser oriunda da força da amizade, mas, sim, da própria natureza.

Então, o que observamos como mais alto amor, a saber, aquele que os pais possuem em relação aos filhos e às filhas não procede da amizade, mas da natureza, pois, se fosse contrário, e procedesse da amizade, poder-se-ia observar um mesmo amor recíproco e igual dos filhos em relação aos pais, mas sabemos que nunca foi assim, nem nunca será, logo não há de se dizer que seja obra da amizade, mas, de fato, da natureza.

⁹¹ Estamos diante da divisão aristotélica da amizade, “traduzida” pelo reforço filosófico da Idade Média. A “amizade terrena” baseada em utilidades materiais, em interesses financeiros, em ascensão social ou em influência política, e não no vínculo de respeito mútuo de caráter intrínseco: o negar das mesmas coisas, o defender dos mesmos preceitos, por conduta direcionada pela luz da verdade (conceito íntimo de amizade). Infelizmente, a moral “iluminista” enterrou o preceito metafísico de amizade, reduzindo-o a uma relação “política”, sobretudo perpetrado por finalidades financeiras. Aqui, faz-se o adágio da obra de Mário Ferreira dos Santos: “*A Invasão Vertical dos Bárbaros*”. Para Mário, a redução dos vínculos ao utilitarismo materialista e ao reconhecimento “social” é típico das sociedades bárbaras que, por miopia e por limitação da participação mística do homem como “arquetipo santo do divino no mundo”, limitam a relação humana (do homem consigo, do homem com sua família, do homem com seus amigos etc) a fins terrenos, temporários, sensuais, ao “reconhecimento positivo do grupo de iniciados e convertidos”. Daí o valorar da sensualidade sobre a intelectualidade; da aparência sobre a essência; do financeiro e inautêntico sobre a espiritualidade e a autenticidade; da violência física sobre o diálogo racional etc. Não restam dúvidas de que a modernidade, sobretudo o Brasil, passa por este “neobarbarismo”. N.t.

⁹²“Dilectio” é amor espiritual que se **dirige** a alguém que se escolheu ou preferiu. N.t.

Essa afeição natural, ademais, não é apenas observada entre os animais brutos, mas, também entre os seres do reino vegetal. Uma árvore velha protege as suas sementes jovens com um humor natural, uma gosma que retém elementos nunca deixando escorrer na raiz, pois a natureza não admite uma ordem retrógrada, impede a reversão do procedimento de alimentação.

Além disso, amigos unidos por uma felicidade incompleta são gerados pela amizade terrena, porque sempre estão sujeitos a situações de embates por vantagens pessoais. Assim, um deles diz: 'Eu sou o mais desafortunado entre todos os mortais, pois não temi, em benefício de meus amigos, doar-me completamente, ou seja, de corpo e alma, ofertando-lhes o meu dinheiro e as minhas posses, no entanto, no momento em que tive necessidades, não me vali de encontrar qualquer um deles que de qualquer modo se dispusesse em amparar-me'. Assim, o estulto é conquistado pela sorte, mas não se atenta ao fato de que necessariamente também perece aquele com quem diretamente adere-se.

39.11. Na verdade, creio que todos deveriam se esforçar para encontrar um amigo, não digo igual, mas que, ao menos, seja "co-igual", isto é, que esteja em mútua conformidade, [comungando anseios e objetivos semelhantes], porque todos que buscam uma amizade com alguém além de seu limite, irremediavelmente a terá arruinado.

Mas, neste instante, dirijo-me a ti, oh Tusculano, cuja intenção sempre foi inteiramente clara e conhecida por todos, indagando-te: ' - Por que buscaste com vigor a amizade dos pontífices e dos sumos imperadores, e depreciastes as cidades de Campânia, jogando lixo nas ruas? Tirastes sarro de Ferentino, de Anagnia, de Altro e de Vérulas, mas pensavas em Véletro, límpido e verdadeiro como vidro. Ah, ah, o que me traz a lembrança, neste momento, de ti? Não é exato que, apesar da amizade dos já citados, presumistes ascender no ápice do mundo, porque acreditavas superar Roma, eis teres paulatinamente sido atingido pela flecha da arrogância, não como causa eficiente, mas, sim, indutiva?⁹³ Todavia, sei e não podes negar que o sacerdócio e o império, com os quais mantiveras amizade, te entregaram a Roma e aos romanos que, não sem motivos, abriram tuas vísceras, lavaram de sangue as mãos e os pés de teus filhos, impedindo, portanto, a concepção de tua prole não nascida. Por isso, com plena razão, ainda que te denominaste "Tusculano", mais adequado seria chamar-te de "Fusculano", pois é fato que permanecestes enegrecido, destituído [do sumo descanso, eis que é só por tua índole que descansas sem] travesseiro e cobertor'.⁹⁴

Mesmíssima coisa aconteceu com Margarito, que buscou amizade com reis e com imperadores os quais, na verdade, desprezava, mas que mantinha conversas, de modo a alcançar o poder marítimo superior a todas as potências

⁹³ Boncompagno afirma que a escolha torpe da personagem deu-se por sua arrogância, por sua vontade de poder, sem a utilização de um raciocínio baseado nas virtudes. A escolha, portanto, deu-se, por força da paixão (por mera indução), e não pela razão (agindo por causalidade eficiente). N.t.

⁹⁴ Trecho adaptado do sentido latino de Boncompagno. O acuado é o amigo sombrio. O nome "Tusculano" refere-se à facção dos tusculanos que, em 1012, toma o controle político vencendo os crescenzi. O papado passa a ser de domínio desta família, permanecendo até 1046, com a intervenção romana de Henrique III (deposição dos três papas). N.t.

marítimas de seu tempo, mas converteu-se automaticamente no mais miserável entre todos os miseráveis da Terra. Portanto, caiu indelevelmente no abismo o que buscou os cumes mais altos.

Fica claro que há de se observar a paridade de ordem social e a similaridade familiar para se firmar uma amizade coerente. O que pode ser mais idiota do que uma amizade com aqueles que sabemos prostrar-se em reverência amorosa a ti, por medo ou com a intenção de suprir suas necessidades e para obter lucros?

O amor é o tesouro incomparável, mas que o idiota frequentemente gasta e sem obter para si qualquer recompensa. Um imbecil eleva ao máximo o encontro que tenha com um príncipe ou com um alto prelado, mas o presenteia [quicá aproveitando-se do desconhecimento do “amigo”] com uma tela já manuseada, com uma espada que não mais deseja ou com um cálice usado.

Diga-se, então, que o este imbecil age, nestes casos, como se estivesse a oferecer esmola aos pobres e ossos aos cães, pois muito mais probó é dividir o pão com os necessitados e com os famintos do que, tomado pela vergonha, sentar-se à mesa com os príncipes, comendo de um boi bem cevado.

E isto tudo porque, quando se escolhe a mesa da liberdade, converte-se automaticamente o que é amargo em doce, e, nesta mesa, um simples copo de água prevalece sobre o néctar mais doce que eventualmente fosses tomar por temor, elevando os olhos a quem te sirva, eis que este, por sua vez, com ar superior, julgar-te-ia, enquanto estivesses a beber. Mais honesto é cobrir o corpo nu com saco e silício do que carregar a toga dos príncipes, porque, se um homem honesto traja vestes indevidas, pertencentes a outros, mancha sobremaneira a sua honestidade, porque, com isso, ou mostra-se [moralmente] um mendigo [com vestes inapropriadas] ou comprova ter se tornado um histrião.

39.12. Ademais, nada pode ser tomado como favor ou graça entre prelados e príncipes, a não ser que sejam de fato igualmente mentirosos e mentazes, pois, é como, no primeiro momento, que se vê a frente calva da cabeça, e, logo depois, na parte detrás, eis seu longo rabo de cavalo!⁹⁵

⁹⁵ Parte do trecho latino: “occasionem calvam in fronte reperire noverint capillata” que provém de um brocardo antigo, oriundo dos tempos gregos e romanos, que, segundo consta, em determinada Ocasião, festejavam a necessidade de se aproveitar das bonanças de certo dia, pois tudo é passageiro neste mundo, e as ocasiões vão-se embora. Os gregos falavam do “Deus da Ocasião” (Kairós, filho de Kronos, o deus do tempo), eis que este Deus constantemente escapava de seu pai, Kronos, que, pela mitologia, buscava devorar seus próprios filhos. Kairós conseguia escapar na ocasião apropriada. Entre os romanos, Kairós tornou-se “Occasio” uma deusa representada por meio de uma linda donzela, com um dos pés alados e, o outro, em uma roda giratória, levantando-se no ar; em uma das mãos, uma navalha, representando as pessoas que, em constante equilíbrio, aproveitam o momento oportuno (ocasião certa) para cortar os obstáculos do tempo e as dificuldades da vida. A característica mais saliente de Occasio era seu corte de cabelo: a parte frontal, aparentemente raspada; a parte anterior, cheia, com uma longa mecha, parecendo um rabo de cavalo. O símbolo é fortíssimo: as mechas mostram que, em um primeiro instante, não há vantagens ou oportunidades salientes, mas, na medida em que “a deusa passa”, a oportunidade aparece e deve ser agarrada (“segurar nos cabelos, subir pelos cabelos, como Rapunzel”). Atualmente, muitas pessoas utilizam o brocardo “não se pode perder o bonde”, nas situações em que deixamos passar ao léu uma oportunidade vital. N.t.

39.13. Assim, a amizade terrena principia-se na orbe terrestre com a multidão onerosa da espécie, mas a sua verdadeira virtude está presente em quem possa e seja capaz de dizer que, de fato, possua amigos sinceros. Inúmeros sumos pontífices, imperadores e reis, bem como, príncipes e prelados são acompanhados de vários invejosos, e de poucos amigos, pois a maioria dos que se dizem amigos e, melhor dizendo, todos eles, vivem a lhes dar graças, venerando-os por troca de dignidade e por lucro, como os corvos que rodeiam os cadáveres.

Quem foi maior e mais poderoso do que Henrique, imperador dos romanos? No entanto, na sua morte, foi destituído por príncipes e por soldados de todos os seus ornamentos, sendo seu “corpo imperial” abandonado nu em um determinado porto sarraceno, e, então, ali, uma formosa mulher pecadora, cobrindo-o com palha, continuamente aos soluços gemeu, gritando aos ares:

“- Oh, imperador, onde se encontra todo o teu poder? Onde estão teus príncipes e teus soldados que outrora trazias contigo, presenteando-lhes com pedras preciosas e ouro? Eis que, neste instante, estás abandonado nas mãos desta prostituta pecadora que acusaste de infâmia, por edito imperial. Digo que, enquanto viveste, teu poder era tamanho podias fazer tremer toda a terra, mas, neste momento, estás à mercê de uma única mulher! Bem esta que, durante tua vida, não ousava nem mesmo de longe mirar os olhos para ti, mas que é quem te guarda, silenciosamente te custodia do tumulto promovido pela multidão, e que, caso não estivesse a lhe fornecer essa palha, deixaria permaneceres sem qualquer cobertura, [ao relento para cães e ratos consumirem teus restos]”.

39.14. Para finalizar o que digo, que questionemos o imperador Alexius, que se encontra, nestes tempos, preso em Monteferrato com seu filho e esposa. Neste ínterim, o interrogaria do seguinte modo: - “Será que te sobraste algum de teus antigos amigos? Não me restam dúvidas de que tu não és capaz de confessar possuir um único amigo fiel e real, bem como, não podes negar a presença, contigo, de muitíssimos amigos passageiros e por acaso. Vou além: onde estão os mil soldados que viviam a gritar: ‘- Que reine poderoso e supremo por muito tempo!’ Onde estão o ministro, o protosalvasto, o megahúngaro que eram os príncipes, as colunas do império de Constantinopla? Onde estão os patriarcas e o papa mentiroso? Onde estão os monges criminosos cuja iniquidade destruiu a cidade de Constantinopla?”



Emblematum / Les emblemes (1584), Paris

Os sátrapas, governadores de uma determinada região, não podem predizer o futuro, superando opinião dos intérpretes⁹⁶; os juízes emudecem, não ousando impor suas opiniões, se para isso tenham de arriscar todos os seus bens e sua fortuna.

Assim, não te banharás mais nas fontes públicas e nos banhos com condessas e com formosas escravas, derramando bálsamo em tua cabeça, besuntando teu corpo com preciosos unguentos – aloe, musgo, âmbar, tiamitas – e fumigando-te igualmente com diversos gêneros de perfumes, aproveitando-te de tudo isso, enquanto adormecias docemente, em um leito duplo. Cessou, portanto, o estridente clamor das trombetas; não se ouve mais qualquer som triunfal para ti; foi-se toda a glória que alcançavas, nos jogos de palestra de Predominio⁹⁷.

Contudo, ainda assim poderias: ‘Constantinopla caiu e, entre os gregos, não posso encontrar qualquer amigo. De fato, não há dúvida de que os Gregos foram os responsáveis por subverter o teu estado, por meio de suas traições, no entanto, tu aceitaste tudo isso em silêncio. Por acaso não havia uma porção de romanos que te adoravam, eis que os presenteavas com grandes pedaços de terras e com caríssimos presentes? Oh, a quantos romanos tu não concederas a tua graça, conferindo-lhes ouro, prata, moedas preciosas e capas imperiais? Mas veja quantos que te juraram fidelidade e tornaram-se vassalos teus, mas que, no futuro, violando com turbidez esse religioso juramento de vassalagem, trataram prodigamente com os Gregos a tua expulsão e o teu exílio!

Sei também que vários desses romanos, quando tu foste tomar satisfação sobre tamanha traição, objetaram-te, dizendo que tentaste assinar teu irmão, o Imperador Isaque, a fim de tomar o poder do Império de Constantinopla, e que poderias ter alcançado tal intento. Entretanto, creio que, qualquer que tenha sido o juramento de fidelidade feito por eles, é certo que não deviam, em tal momento, se transformado em teus juízes ordinários, com o intuito simples de vingarem a honra de Isaque, eis que não foram poucos os romanos que, por muito menos, assassinaram seus próprios irmãos, seus netos e seus pais, assassinos estes que nunca tiveram seus crimes “vingados”.

39.15. Soma-se ao que foi dito os poucos de Milão, ou ainda, a ausência de quaisquer amigos dali, após a tua caída, já que os lombardos reedificaram o poder da cidade, não devido à amizade ou amor a ti, mas, sim, “induziram a febre para livrarem-se da convulsão”. Em outros termos, agiram os lombardos, defendendo a liberdade de Alexandria, não por causa da amizade com os alexandrinos, e, sim, devido ao ódio que sentiam pelos alemães.

Concluo, então, que o povo da Itália não pode nem deve viver sob tributo, porque a liberdade possui sua sede principal na Itália.⁹⁸

⁹⁶ Sátrapas eram os governadores das regiões da Pérsia cuja influência dos “conectores” ou adivinhos (leitores dos sonhos) era tema repetido pelo imaginário popular. A ideia de Bocompagno trata do limite de cada função social N.t.

⁹⁷ Disputas ou jogos retóricos. N.t.

⁹⁸ Boncompagno retrata o período de luta das cidades italianas por liberdade, frente à multiplicidade de poderes locais, variação específica presente desde a formação do império romano, com a ascensão bárbara e, em seguida, a resistência de cada “vila” pertencente a um nobre romano. Na Idade Média, as províncias desenvolvem-se desta singularidade da história; neste tempo, na escrita do texto, o conceito

39.16. Mas é certo que a Itália vai do farol de Messino, de Brundisio e de Aquilégia até Segusio, e, netão, são estes os limites que a liberdade dos tempos modernos não vem conseguindo alcançar. Roma estende os direitos da liberdade até Perúsia e Faventia e Tarvísio até o nascimento do rápido Taliamento. Certamente, o reino dos venezianos que é um dos principais membros da Itália, conserva, em um patamar mais alto, a liberdade da Itália.

39.17. Portanto, a amizade terrena ou temerária, como uma imperatriz soberana, usurpa para si vinte e três, dos vinte e seis tipos de amizade, e, nesta linha, permanece para a amizade celeste ou “superior”, tão somente os pares fiéis, os reais amigos, a saber, quando juntos, faz-se a amizade entre si, simplesmente por um travar justa relação com outro, e vice-versa, e, assim, não podem nem nunca poderão ser encontrados amigos semelhantes, logo temos de compreendê-los conjuntamente (sempre juntos), relacionando-se com ambos.

A amizade terrena possui muitos ministros e defensores, situação esta que, no começo deste livro, fez com que o Corpo, não sem razão, resignava-se, eis que a sua opinião não diferenciava o conceito de amizade do de amigo, rumando, portanto, por uma consideração equivocada. A Alma, então, escusava-se, explicando acerca da amizade celeste, não dando atenção alguma à amizade terrena, e, daí, procedeu tomada pela ignorância, caindo em todo tipo possível de erro. Digo, então, neste momento, que venho firmemente vos inibindo de continuardes a insistir na discussão sobre a oposição entre amizade e amigos, insistindo neste tema de disputa, e, sim, deveis evitar com mais cuidado a amizade terrena, com todos os seus satélites, em pró da salvação temporal, como podeis bem fazer.

Confirmo-te ainda que nunca há de acreditares que alguém seja teu amigo, por conta de favor mútuo que vós tendes compartilhado ou por uma constante familiaridade entre vós, até porque, mesmo diante de vários presentes que possas lhe ter dado, pode ou não vir a ser teu inimigo, dadas as circunstâncias.

Com efeito, distintos são os gêneros dos amigos e os seus vícios, daí ser indispensável que muito te acauteles para evitar amigos viciados.

Assim, para compreender algo mais geral, não se deve preocupar com nenhum destes cidadãos compartilhando desta amizade, porque o amor destes vai e vem, conforme as palavras ditas, como uma insignificante espuma que se dissipa na tempestade, justo como fumaça rapidamente desaparecendo com o sopro do vento.

39.18. Essa amizade, portanto, que gira por todo o firmamento, e que circuita por toda a corte, entre todas as pessoas, incentiva e convoca as pessoas, a serem sempre afetas e cuidadosas em cultivar presentes e afeições gratuitas, mantendo acuradas na esperança, potentes, direcionadas para o amigo superior, isto é, aquele que está acima do mais alto de todos os céus, que não deixa de se encontrar por todos os lados, e, por isso, que dá comida a todos os homens, fazendo nascer o seu sol, sobre os bons e maus, porque qualquer que

de “liberdade local” vai se arraigando, até, no futuro, com influência do cristianismo como poder político e espiritual, a “integração nacional da Itália”. N.t.

seja a amizade, sendo mundana e terrena, ela acaba sorvida, por sua própria fragilidade.

TÉRMINO DO LIVRO SOBRE A AMIZADE.

